

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

MARIA DA GLÓRIA SERRA PINTO DE ALENCAR

**A POLÍTICA BRASILEIRA DE INCLUSÃO DIGITAL NO
CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO: o elo perdido do Programa Casa Brasil**

São Luís
2013

MARIA DA GLÓRIA SERRA PINTO DE ALENCAR

**A POLÍTICA BRASILEIRA DE INCLUSÃO DIGITAL NO
CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO: o elo perdido do Programa Casa Brasil**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Políticas Públicas.

ORIENTADORA: Prof^a Dra. Valéria Ferreira Santos de Almada Lima

São Luís

2013

Alencar, Maria da Glória Serra Pinto de.

A política brasileira de inclusão digital no capitalismo contemporâneo: o elo perdido do Programa Casa Brasil / Maria da Glória Serra Pinto de Alencar. – São Luís, 2013.

168 f.

Tese (Doutorado em Políticas Públicas)–Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2013.

1. Inclusão Digital – Políticas Públicas – Programa Casa Brasil – Avaliação I. Título

CDU 004.5-044.252:304.42-047.44(81)

MARIA DA GLÓRIA SERRA PINTO DE ALENCAR

**A POLÍTICA BRASILEIRA DE INCLUSÃO DIGITAL NO
CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO: o elo perdido do Programa Casa Brasil**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Políticas Públicas.

Aprovada em ___/___/___

BANCA EXAMINADORA

Profª. Dra. Valéria Ferreira Santos de Almada Lima
Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Flávio Bezerra de Farias
Universidade Federal do Maranhão

Profª. Dra. Franci Gomes Cardoso
Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Oswaldo Francisco de Almeida Júnior
Universidade Estadual de Londrina

Profª. Dra. Aldinar Martins Bottentuit
Universidade Federal do Maranhão

Aos meus pais, Socorro (*in memoriam*) e Simeão,
pelo exemplo de vida e dedicação aos filhos;
A Dedé, Gabriela e Lara;
sem eles nada em minha vida teria sentido.

AGRADECIMENTOS

No processo de elaboração desta tese, algumas pessoas e instituições contribuíram de maneira decisiva para que eu pudesse concretizá-la e, sem esse apoio, talvez ainda estivesse percorrendo caminhos que não me levariam a lugar algum, de modo que quero manifestar a minha gratidão.

Em primeiro lugar, à minha “rede” familiar:

Ao meu pai por respeitar esse meu momento e por ter sido talvez uma das pessoas que mais sentiram as minhas inúmeras ausências, embora fisicamente presente, pela total entrega às abstrações desta tese.

Ao meu marido pela compreensão das diversas vezes em que tentei me desculpar por não poder acompanhá-lo: em nossa conversa diária, na resolução de problemas domésticos, nas saídas de final de semana...

Às minhas filhas por entenderem que os meus muitos: “agora não posso”, “quem sabe amanhã”, “deixem que eu termine minha tese” tinham lá sua razão: eu não podia desistir...

Às minhas irmãs e amigas: Maria, Tereza, Miconço, Cíntia e Márcia Pimenta; sem o incentivo, o apoio e as várias formas de solidariedade que vocês me proporcionaram nesta etapa da minha vida, eu não teria conseguido.

Aos meus sobrinhos, todos, sem distinção, principalmente por acreditarem e, em nenhum momento, duvidarem de que eu seria capaz.

A Silmara e Saci, vigilantes colaboradoras; sem a ajuda de vocês teria sido tudo mais difícil.

E à minha “rede” acadêmica:

À Professora Doutora Valéria Ferreira Santos de Almada Lima pela orientação, mas, acima de tudo, pela tranquilidade em conduzir esse processo, pelo constante estímulo nos momentos mais difíceis e pelas ricas sugestões e contribuições, sempre muito bem direcionadas.

À Professora Doutora Franci Gomes Cardoso por ter sido a responsável por meu mergulho na teoria marxista, pela permanente disposição em colaborar e acompanhar de perto os nossos progressos, pelas críticas construtivas que favoreceram o aprimoramento do método. Espero não ter ficado no nado raso!

À Professora Doutora da UnB, Maria de Fátima Ramos Brandão, pela solicitude, ajudando-nos, com toda a sua experiência, como membro da equipe nacional do Programa Casa Brasil.

Ao Senhor José Antônio Pinheiro pela gentileza em nos acolher na Unidade do Casa Brasil do Anjo da Guarda, fornecendo informações de grande valor para a elaboração desta tese.

A todo o corpo docente e discente do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas pelo compromisso, respeito e empenho de cada um para tornar este um dos mais reconhecidos e conceituados programas em âmbito nacional.

A Selma, Danielle e Gentil, colegas de turma; acredito que não foi o acaso que nos aproximou. Não poderia ter tido melhores companheiros. Criamos um laço afetoso e desejo que ele não se desfaça.

Aos colegas do Departamento de Biblioteconomia pela liberação parcial das minhas atividades acadêmicas; sem esse apoio tudo se tornaria mais complicado.

A Cláudia Pecegueiro e Valdirene da Conceição pela presteza neste precioso momento; serei eternamente grata.

A Teca Bacelar pela revisão primorosa e pela oportunidade de resgatarmos nossos risos soltos da juventude. Foi prazeroso trabalhar contigo!

A todos os funcionários da Secretaria do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e do Departamento de Biblioteconomia; pessoas sempre dispostas a ajudar da melhor maneira possível. Sintam-se também responsáveis por essa conquista.

“Taparam tua visão; o mundo se estende dissimuladamente sobre ti. Roubaram teus ideais, massacraram teus valores. Roubaram-te de ti mesmo. Fazes parte de um jogo em que não ditas as regras, apenas segue-as; cega e tolamente.”

Gabriela Serra de Alencar, em “Fim de linha II”

RESUMO

Pesquisa avaliativa do Programa Casa Brasil. Análise dos fundamentos de ordem política, ideológica, econômica, social, institucional e cultural que condicionaram o processo de formulação da política brasileira de inclusão digital e a dinâmica da implementação do Programa Casa Brasil, tendo como referência empírica, a título de ilustração, a experiência da Unidade do Anjo da Guarda, em São Luís-Maranhão. Para tanto, realizamos uma abordagem crítica da ação do Estado, na atual fase do neoliberalismo, como forma de explicar a sustentação do discurso da propalada “Sociedade da Informação” no panorama brasileiro. Além disso, enfatizamos como a inclusão digital é compreendida a partir do fascínio provocado pelas novas Tecnologias de Informação e de Comunicação que se manifestam em um discurso tecno-ufanista a respeito das possibilidades de inclusão social, sobretudo em países periféricos, como é o caso do Brasil, e, especificamente, do Maranhão. Também discutimos como a relação orgânica entre o Estado e o capital, impulsionada pela ideologia neoliberal, compôs a estrutura que instaurou os fundamentos da política brasileira de inclusão digital. Constatamos que a origem dessa política na atual conjuntura brasileira decorreu da ação ideológica advinda do Estado e do capital, influenciada pelo fetichismo das novas Tecnologias de Informação e Comunicação no capitalismo contemporâneo, ao se apresentar como um projeto capitalista de ajuste do Estado brasileiro às pressões políticas dos países desenvolvidos e dos organismos internacionais, cujo objetivo principal consistia em inserir o país na economia mundial globalizada. Fez-se necessário apresentarmos a concepção de inclusão digital que os teóricos da ideologia apologética defendem no âmbito dessa política e do Programa Casa Brasil, assim como apresentar a nossa própria compreensão, ao defender uma concepção de inclusão digital cuja ideologia esteja realmente comprometida com a classe trabalhadora, a partir de um projeto de emancipação humana. Também foram analisados os elementos constitutivos do programa, dando merecido destaque aos termos: geração de trabalho e renda, economia solidária, desenvolvimento sustentável, acesso e produção de informação e conhecimentos, popularização da ciência e da arte, ampliação da cidadania e ação da sociedade civil, desmistificando o conceito que cada termo desse representa no contexto da ideologia dominante. Identificamos, ainda, os mecanismos de participação e controle social do Casa Brasil, o que requereu enfatizar as

abordagens de diferentes autores e matrizes conceituais a respeito do controle social, da gestão participativa e dos conselhos gestores. Verificamos que, em seu processo de implementação, o Programa Casa Brasil apresentou-se ineficaz por deparar-se com obstáculos que dificultaram o alcance dos seus resultados. Além disso, tal proposta, por mais interessante e adequada que tivesse sido em nível micro, não teve como pretensão romper com a lógica da ordem estabelecida. Concluimos, assim, que o Programa Casa Brasil não se configurou como um programa de inclusão digital, cuja proposta estivesse pautada na emancipação humana da classe trabalhadora, mas, sim, na preservação e expansão do capitalismo, tendo em vista que seus elementos constitutivos sustentavam a lógica da exploração capitalista, favorecendo os interesses da classe dominante.

Palavras-chave: Inclusão digital. Políticas Públicas. Programa Casa Brasil. Avaliação.

ABSTRACT

Evaluative research from Casa Brazil Program. Analysis of the foundations of political, ideological, economic, social, institutional and cultural order that conditioned the process of the formulation of the Brazilian digital inclusion policy and the dynamics of the Casa Brazil program implementation, having as empirical reference, as a way of illustration, the experience of Unit of Anjo da Guarda in São Luís, Maranhão. Therefore, we performed a critical approach of the Government action, in the current phase of neoliberalism as a way to explain the sustenance of the vaunted speech "Information Society" in the Brazilian scene. Furthermore, we emphasize how digital inclusion is understood from the fascination caused by the new Information and Communication Technologies that are manifested in a speech techno-boastful about the possibilities of social inclusion, particularly in peripheral countries, such as Brazil, and specifically Maranhão. We also discuss how the organic relationship between the government and capital, driven by neoliberal ideology, composed the structure that established the fundamentals of the Brazilian policy of digital inclusion. We noted that the origin of this policy in the current Brazilian situation resulted from the ideological action arising out of the Government and capital, influenced by the fetishism of the new Information and Communication Technologies in contemporary capitalism, presenting itself as a capitalist project adjustment of the Brazilian Government to the political pressures from developed countries and international organizations, whose main objective was to insert the country in the globalized world economy. It became necessary to introduce the concept of digital inclusion that theorists of the apologetic ideology support under that policy and Casa Brazil program, as well as presenting our own understanding, by advocating a conception of a digital inclusion whose ideology is really committed to the working class, as from a project of human emancipation. It was also analyzed the constituent elements of the program, giving deserved prominence to the terms: generation of employment and income, economic solidarity, sustainable development, access and production of information and knowledge, popularization of science and art, extending of citizenship and civil society action, demystifying the concept that each of these terms represents the context of the dominant ideology. We further identified, the mechanisms of participation and social control of Casa Brazil, which required emphasizing approaches from different authors and conceptual matrices about social

control, participative management and management councils. We found that, in its process of implementation, the Casa Brazil program presented itself ineffective due to encountering obstacles that hindered the achievement of results. Furthermore, such proposal, as interesting and appropriate as possible at the micro level, had no such intention of breaking with the logic of the established order. We conclude thereby that, the Casa Brazil Program did not configure as a digital inclusion program, whose proposal was guided in the human emancipation of the working class, but rather the preservation and expansion of capitalism, given that their constituents supported the logic of capitalist exploitation, favoring the interests of the ruling class.

Keywords: Digital Inclusion. Public Policy. Casa Brazil Program. Evaluation.

LISTA DE SIGLAS

CGPCB	Comitê Gestor do Programa Casa Brasil
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CVT	Centro Vocacional Tecnológico
C&T	Ciência e Tecnologia
EUA	Estados Unidos da América
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FMI	Fundo Monetário Internacional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBICT	Instituto Brasileiro em Informação e Tecnologia
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
ITI	Instituto de Tecnologia da Informação
ITU	International Telecommunication Union
MCT	Ministério da Ciência e Tecnologia
MID	Mapa da Inclusão Digital
ONG	Organização Não-Governamental
OSI	Organização Socialista Internacionalista
PBID	Programa Brasileiro de Inclusão Digital
PCI	Partido Comunista Italiano
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios
PPA	Plano Plurianual
PT	Partido dos Trabalhadores
P&D	Pesquisa e Desenvolvimento
REID	Rede de Extensão de Inclusão Digital
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SECIS	Secretaria de Inclusão Social
SEMCAS	Secretaria Municipal da Criança e Assistência Social
SEMPPLAN	Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SOCINFO	Projeto Sociedade da Informação
TIC/TIC's/TICs	Tecnologias de Informação e Comunicação
TIN	Telecentros de Informação e Negócios

TV	Televisão
UBES	União Brasileira de Estudantes Secundaristas
UCA	Projeto Um Computador por Aluno
UnB	Universidade de Brasília
UNE	União Nacional dos Estudantes
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
2	AS NOVAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO E SUAS IMPLICAÇÕES NOS PAÍSES PERIFÉRICOS	34
2.1	O discurso apologético da “Sociedade da Informação” no Brasil	37
2.2	A inclusão digital e o fetichismo da Internet	50
2.3	O nó da trama da exclusão digital: o Estado e o capital como protagonistas da política brasileira de inclusão digital	57
3	O PROGRAMA CASA BRASIL NA SOCIEDADE BRASILEIRA	76
3.1	A concepção teórico-ideológica da política de inclusão digital: favorecimento para o capital ou para a emancipação humana?	77
3.2	A ideologia neoliberal e os elementos constitutivos do Programa Casa Brasil	88
4	A IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA CASA BRASIL	114
4.1	A engenharia do Programa Casa Brasil: concepção e realidade	115
4.2	O jogo da implementação: determinantes institucionais e socioculturais que incidiram sobre a dinâmica do Programa Casa Brasil em São Luís	132
5	CONCLUSÃO	147
	REFERÊNCIAS	155

1 INTRODUÇÃO

Na segunda década do século XXI, os apologistas das novas Tecnologias de Informação e Comunicação-TIC ainda proclamam que estamos em uma nova era: a da informação. Era da informação e do conhecimento ou seria, por trás de todo o apelo ideológico que permeia esse discurso, a era da indeterminação?

O advento da “revolução tecnológica” está, na realidade, relacionado com a reestruturação produtiva capitalista que se manifesta sob a égide da ideologia neoliberal iniciada na década de 1970 no centro do capitalismo mundial e, a partir da década de 1990, no Brasil. Esse processo vem interferindo de modo incisivo na organização da produção, influenciando diretamente as esferas do Estado e das políticas públicas.

Assim, ao mesmo tempo em que os ideólogos do capital tecem o seu discurso tecno-ufanista sobre a nova “sociedade da informação”, a teoria marxista contribui para o entendimento dessa nova configuração de sociabilidade capitalista, alertando para o fato de que, na verdade, estamos ainda vivenciando uma nova fase de intensas redefinições do capitalismo. Oliveira (2007, p. 34), numa análise consistente sobre a realidade brasileira, denomina tal fase de era da indeterminação: “trata-se de um novo processo no capitalismo mundial, cujas expressões são ainda mais fortes na periferia.” Santos (2007, p. 292), ao se referir à análise de Oliveira (2007), destacou: “a era da indeterminação inaugura-se com os efeitos da financeirização do capitalismo, da explosão da dívida externa e da perda da centralidade do trabalho provocada pelo avanço tecnocientífico da Terceira Revolução Industrial.”

Isso significa atestar que a “Terceira Revolução Industrial” ou “Revolução Tecnológica” é uma revolução industrial capitalista pautada, em sua constituição, pelas reformas neoliberais. “A chamada Sociedade da Informação é uma sociedade da exclusão.” O desenvolvimento das Tecnologias de Informação e Comunicação, caracterizado como um dos elementos determinantes dessa nova era, está intrinsecamente relacionado ao processo de mundialização do capital, à reestruturação produtiva e aos fenômenos que deles decorrem, como: o desemprego, a flexibilização e a precarização do trabalho e a perda de conquistas sociais por parte dos trabalhadores. (BOLAÑO, 2005, p. 2). “A sociabilidade plasmada na época do trabalho como categoria central do trabalho fixo, previsível a

longo prazo, base da produção fordista e do consenso welfarista, dançou.” (OLIVEIRA, 2007, p. 27).

Ademais, se partirmos para o exame a respeito do Estado nessa nova configuração capitalista, assim como em outras fases do capitalismo, comungamos da concepção de Farias (2000) quando afirma que Estado e capital formam um todo organicamente articulado, isto é, “o Estado não pode ser simplesmente considerado capital, mas também não é algo estranho, externo ao capital, que, por sua vez, necessita do Estado para operar a sua reprodução; eis aí o elo orgânico” entre os mesmos. (NASCIMENTO, 2011, p. 93).

Tendo em vista ainda que “o fenômeno estatal obedece à leis que trazem a marca da história em articulação orgânica com as formas assumidas pelo ser social na produção, na reprodução e na crise do capitalismo” (FARIAS, 2000, p. 30), constatamos que, em conformidade com a própria dinâmica de desenvolvimento capitalista, o Estado assume, historicamente, configurações distintas, incorporando, em sua organização, duas lógicas: a acumulação e a legitimação, utilizando-se dos instrumentos de coerção e de consenso. (LIMA, 2002, p. 131).

É assim, então, que o Estado Moderno toma as várias feições de Estado Liberal, Estado de Bem-Estar Social – onde a garantia do emprego estava assegurada - e, mais recentemente, incorporando o Processo de Reestruturação Capitalista Global, retoma alguns dos princípios liberais, assumindo a face do Neoliberalismo. Com a imposição desse processo ocorre “a transição do regime fordista de acumulação para um regime mais flexível que possa fazer frente ao novo contexto de instabilidade geral dos mercados e de mudança dos padrões competitivos.” (LIMA, 2002, p. 135).

Assim, essa nova configuração capitalista, impulsionada pela lógica neoliberal que tenta a todo custo remover o trabalho da posição central que ocupa na estrutura dessa forma de organização societária, tem gerado “uma descomunal ‘sociedade dos excluídos’, esparramada mundialmente e para a qual as tentativas de resolução, nos marcos da lógica societária contemporânea, não passam de um exercício de manipulação” (ANTUNES, 2005, p. 24), uma vez que essa nova lógica provoca a transição do “pleno emprego”, em que o Estado era o garantidor dessa condição, para a “empregabilidade”, atribuindo ao trabalhador a total responsabilidade de se tornar empregável.

Dessa forma, sendo as inovações das TIC e a financeirização do capital (inovações/especulações financeiras) os elementos que movimentam o capitalismo contemporâneo (FARIAS, 2003), a classe trabalhadora deve “ajustar-se” às essas novas exigências do mundo do trabalho como forma de garantir a sua sobrevivência, necessitando, então, da sua capacitação em relação ao uso das TIC. Os países periféricos que não fazem parte do centro do capitalismo mundial devem, assim também, buscar a inovação e o domínio das tecnologias mais avançadas como uma meta para que possam sobreviver na “nova ordem mundial”.

Diante desse contexto, no processo de análise do objeto, partimos do pressuposto de que a origem da política de inclusão digital, na atual conjuntura brasileira, decorre da ação ideológica advinda do Estado e do capital, manifestada pelo fetichismo das novas Tecnologias de Informação e Comunicação no capitalismo contemporâneo, ao se apresentar como um projeto capitalista de ajuste do Estado brasileiro como resposta às pressões políticas dos países desenvolvidos e dos organismos internacionais, cujo objetivo principal seria o de garantir a inserção competitiva do país na economia mundial globalizada.

Ademais, a política pública de inclusão digital no Brasil, assim como as demais políticas que surgem no contexto da ideologia neoliberal, encontra-se pautada nos aspectos da modernização e da inovação, assumindo, também, como pressuposto, “a necessidade de se buscar um ‘novo perfil de qualificação’ do trabalhador” que atenda as exigências do novo padrão produtivo e tecnológico no atual contexto de globalização da economia, substituindo o paradigma taylorista-fordista. (LIMA, 2004, p. 117).

Para atender as exigências dos organismos internacionais e como forma de suprir a “demanda” desse novo perfil do trabalhador, iniciam-se os debates a respeito da inserção do Brasil na propalada “Sociedade da Informação”, desencadeando diversas ações do Governo Federal, cujo objetivo principal seria o de promover a “inclusão digital” como forma de atenuar a desigualdade social que se instala a partir dessa nova sociabilidade capitalista, apesar de sabermos que é típico do capitalismo dividir, marginalizar e excluir. Ou seja, diante desses aspectos conjunturais e estruturais, começam a proliferar inúmeras iniciativas de programas governamentais, nas quais se insere o Programa Casa Brasil, no sentido de resolver uma das expressões atuais da questão social: a exclusão digital.

Assim, a motivação para a realização desta tese teve origem nessas controvérsias e toda a discussão aqui exposta é atravessada por esses eixos centrais, na tentativa de oferecer respostas às seguintes questões: 1) O que determinou a política de inclusão digital no Brasil e quais foram os fatores de ordem econômica, ideológica, política, institucional e sociocultural que condicionaram o processo de formulação dessa política e do Programa Casa Brasil? 2) O Programa Casa Brasil, como uma política de inclusão digital, foi elaborado tão somente para criar condições para um ambiente regulatório das TIC, com vistas ao favorecimento do capital, ou para oferecer a possibilidade do uso crítico e autônomo destas, podendo se constituir como instrumento de luta para a emancipação humana? 3) Qual o conceito de inclusão digital que é adotado por essa política e pelo Programa Casa Brasil? 4) Qual a concepção teórico-ideológica e quais foram os elementos constitutivos do Programa Casa Brasil e da própria política brasileira de inclusão digital? 5) Quais foram e como se constituíram os mecanismos de participação e controle social que o Programa Casa Brasil ofereceu aos seus usuários? 6) Qual foi a experiência do Maranhão no processo de implementação do Programa Casa Brasil? 7) Onde se situa o elo perdido do Programa Casa Brasil: no desenho dessa política ou no processo de sua implementação?

A partir desses questionamentos, esta tese teve como propósito identificar e analisar os fatores de ordem política, ideológica, econômica, social, institucional e cultural que determinaram o processo de formulação da política brasileira de inclusão digital e a dinâmica da implementação do Programa Casa Brasil.

Para analisar tal política tornou-se também necessária uma abordagem do tema “inclusão digital”, apreendendo a dimensão de suas determinações constitutivas. Assim, o caminho metodológico que escolhemos iniciou-se abordando o projeto dominante de sociedade da informação e de inclusão digital a partir da análise dos processos social, ideológico, político, cultural e econômico que determinaram a política brasileira de inclusão digital, na qual se insere o Programa Casa Brasil, como forma de explicar a conjuntura atual do capitalismo.

Para tanto, realizamos uma abordagem crítica da ação do Estado, na atual fase do neoliberalismo, para a sustentação do discurso da propalada “Sociedade da Informação” no panorama brasileiro. Além disso, enfatizamos como a inclusão digital é compreendida a partir do fascínio provocado pelas novas Tecnologias de Informação e de Comunicação que se manifestam em um discurso

tecno-ufanista a respeito das possibilidades de inclusão social, sobretudo em países periféricos, como é o caso do Brasil, e, especificamente, o Maranhão. Também discutimos como “a relação orgânica entre o Estado e o capital” (FARIAS, 2000), impulsionada pela ideologia neoliberal, compôs a estrutura que instaurou os fundamentos da política brasileira de inclusão digital.

Fez-se necessário, ainda, discutirmos qual a concepção de inclusão digital que os teóricos da ideologia apologética defendem no âmbito dessa política e do Programa Casa Brasil, assim como apresentar a nossa própria compreensão a respeito dessa temática. Nesse sentido, cumpre salientar que adotamos duas categorias básicas que sustentam não só essa, mas toda a nossa discussão: a ideologia e a emancipação humana. Partimos do pressuposto de que a concepção de inclusão digital adotada pelo discurso oficial da política brasileira de inclusão digital, e também do Programa Casa Brasil, embora se identifiquem alguns elementos e indícios que pudessem se constituir como uma possibilidade de emancipação, na verdade, tal política apresenta uma compreensão de inclusão digital de acordo com a ideologia dominante, ocultando as formas de “dominação, exploração e humilhação” (FARIAS, 2009) às quais grande parte da classe trabalhadora está submetida na atual fase de configuração capitalista. Dessa maneira, defendemos, neste estudo, uma concepção de inclusão digital cuja ideologia esteja comprometida com a classe trabalhadora, a partir de um projeto de emancipação humana. Nada mais do que Mészáros (2004) destacou em sua obra “O Poder da Ideologia”: sem o poder da ideologia emancipatória torna-se inviável realizar potencialidades socialistas que abundam em nosso tempo histórico.

Por ideologia, conforme o próprio Mészáros (2004, p. 65) destacou, entendemos que ela “[...] não é ilusão nem superstição religiosa de indivíduos mal-orientados, mas uma forma específica de consciência social, materialmente ancorada e sustentada.” Este autor salienta, ainda, que o poder da ideologia não pode ser subestimado, pois “[...] afeta tanto os que negam a sua existência, quanto os que reconhecem abertamente os interesses e os valores intrínsecos às várias ideologias.” (MÉSZÁROS, 2004, p. 64).

No contexto do nosso estudo, referimos-nos à ideologia de acordo com duas perspectivas diferentes, tendo em mente que a ideologia pode, e de fato o faz, servir tanto para a classe dominante como para a classe trabalhadora com seus meios e métodos de mobilização dos indivíduos. (MÉSZÁROS, 2004). Assim, temos:

a ideologia dominante, ou seja, o discurso apologético dos teóricos do capital a respeito das TIC que, na perspectiva do capitalismo neoliberal, buscam a sua legitimação; e a ideologia emancipatória, que tem como objetivo oferecer à classe trabalhadora a capacidade de enxergar a possibilidade e a necessidade da construção de uma nova sociedade ou, em outras palavras, a superação da sociedade capitalista. É também em Mészáros (2004) que nos apoiamos para sustentar a nossa posição: sem a ideologia emancipatória a classe trabalhadora não pode se tornar “consciente dos seus interesses”, quanto mais “lutar por eles”.

Daí porque também apropriamos-nos da categoria da emancipação humana que se constituiu como o eixo central para a sustentação da nossa tese. Tal categoria foi extraída da obra de Marx: “A Questão Judaica”. Nessa obra, Marx faz críticas severas aos judeus por se submeterem à religião judaica de forma alienada, sem questionar qual o seu verdadeiro papel. É claro que a teoria de Marx não se limitou somente à crítica da religião judaica e, quando o fazia, criticava muito mais a organização societal do que a religião em si. Além do mais, na obra: “A Questão Judaica”, Marx trata dessa categoria quando faz uma análise dos judeus diante da religião, dissociando a emancipação política da emancipação humana. A emancipação humana estaria além da emancipação política, já que esta última ocorre dentro dos limites do capitalismo, quando o homem “aceita” todas as regras e normas dessa forma de organização e submete-se a ela sem questionamentos. A emancipação humana só fará sentido se conseguirmos mudar a atual forma de organização societal, ou seja, parafraseando Marx: a emancipação humana só será possível com a extinção do capitalismo.

Além disso, adotamos também a concepção de Mészáros (2002) no tocante à categoria da emancipação humana, que, em nosso ponto de vista, amplia, embora se baseie na noção de Marx sobre a referida categoria. Mészáros (2002) apresenta a tese de que não basta superar o capitalismo: têm-se, na verdade, que superar todas as interconexões estruturais das partes que o compõem, as quais ele denomina de mediações de segunda ordem: a família, os meios alienados de produção, o dinheiro, os objetivos fetichistas da produção, o trabalho, o Estado e o mercado mundial.

Assim, partimos da compreensão de que a inclusão digital não deve se limitar apenas a uma instrumentalização básica de uso das TIC, mascarando uma realidade cujo objetivo principal é negar a luta de classes, mas sim como uma

proposta de oferecer à classe trabalhadora condições de desenvolver a sua própria consciência, para que esta não se torne um elemento passivo diante do “fenômeno social fundamental da sociedade capitalista: a transformação das relações humanas qualitativas em atributo quantitativo das coisas inertes”, (GOLDMANN, 2008, p. 122), o fenômeno da reificação ou da coisificação, que transforma toda atividade humana em objeto, fazendo com que este assuma um valor acima do homem.

Defendemos uma concepção de inclusão digital que possibilite o uso crítico das TIC, tendo em vista o potencial que tais tecnologias oferecem ao se apresentarem como uma estratégia global capaz de mobilizar grandes massas da classe trabalhadora, podendo se constituir como um instrumento de luta para que “os novos ‘proletários’ deste mundo adquiram mais meios de se informarem e organizarem uma alternativa à atual” ordem existente, (ALMEIDA, 2002, p. 154), possibilitando a superação de toda e qualquer forma de exploração, humilhação e dominação do homem pelo homem. (FARIAS, 2009).

Entendemos ainda que “a discussão do socialismo como um projeto histórico – isto é, como um projeto para o qual se possa argumentar que existam as condições práticas necessárias – esteve, desde o início, estreitamente associada às questões da tecnologia.” (WALLIS, 2006, p. 55). Até porque, para Marx, todo “progresso tecnológico [...] é resultante do desenvolvimento das forças produtivas na sociedade capitalista.” (ANDRIOLI, 2008, p. 12).

Diante disso, cabe destacar também que, “no marco da modernidade, com avanços preciosos como os da comunicação e a chamada revolução informacional, o neoliberalismo, sob o domínio do capital financeiro, explodiu em grave crise mundial do capital.” (LOPES, 2012, p. 227).

A crise sistêmica que vem corroendo a ordem do capital já não pode ser minimizada e, menos ainda, ocultada. Uma das suas implicações, provavelmente a médio prazo, será – se a barbárie presente não nos destruir e para conjurá-la – a ativação do pensamento e da ação socialista e, no interior do seu diferenciado campo, do marxismo. (PAULO NETTO, 2012).

Porém, grande parte dos trabalhadores e de setores da intelectualidade de esquerda no Brasil, como em todo o mundo, principalmente influenciados pela derrocada da experiência socialista no Leste Europeu, acreditaram na noção de que a alternativa radical ao capitalismo já foi tentada e fracassou, o que os levou a desacreditarem no socialismo. “Embora parcialmente vitorioso no plano ideológico

desde o final do século XX”, este pensamento já não se faz mais tão abrangente. (COUTINHO; LOPES, 2012, contracapa). Entrando na segunda década do século XXI, já não se ouve mais com tanta presunção o vozerio dos porta-vozes “do fim da história e do admirável mundo novo do trabalho flexível e das virtudes da concorrência.” (BOLAÑO, 2005, p. 4).

Além disso, conforme destacamos acima,

Com a crise do socialismo real, sistema político, econômico e social fundamentado na também chamada teoria marxista, o Método de Marx tem sido bastante questionado em sua vitalidade, atualidade e até em sua possibilidade de continuar existindo como referencial teórico de compreensão da realidade. [...] [Contudo], as interpretações marxistas da realidade econômica, social, política e cultural da sociedade capitalista moderna foram as interpretações mais completas e originais desta sociedade - reconhecida por muitos pensadores, inclusive aqueles que discordaram de suas ideias socialistas de organização social - e que, neste sentido, sobrevivendo à sociedade capitalista (com todas as suas modificações atuais), [principalmente em momento de crise como a que a sociedade passa no momento], sobrevive, ainda, como a mais importante teoria de interpretação, conferindo atualidade e pertinência ao método materialista histórico-dialético [...]. (PIRES, 1997).

Tendo optado por esse método de interpretação da realidade para apreensão do objeto estudado, coadunamos com Mészáros (1993) quando ele afirma que a Filosofia de Marx e o seu método científico são potentes e originais, pois “relacionam-se com uma força sócio-histórica concreta” e essa força funciona como “integrante e necessária para o sucesso da luta pela emancipação”, tornando-se princípio-guia de toda nova filosofia, contribuindo essencialmente para o “desdobramento e a realização completa das potencialidades inerentes a uma prática emancipatória”.

Assim, partindo-se do objeto específico deste estudo: a análise dos determinantes estruturais e conjunturais expressos nos fatores políticos, ideológicos, econômicos, sociais, institucionais e culturais que condicionaram o desenho da política brasileira de inclusão digital, desenvolveu-se uma avaliação política da política, buscando desvendar o conjunto de forças atuantes que influenciaram, inicialmente, o projeto brasileiro “Sociedade da Informação”, como também a criação do Programa Brasileiro de Inclusão Digital-PBID, marco decisório para a origem do Programa Casa Brasil. Realizamos também uma avaliação de processo, identificando os determinantes institucionais e socioculturais que influenciaram a implementação do Programa Casa Brasil, no Maranhão, tendo como referência empírica, a título de ilustração, a experiência da Unidade do Anjo da Guarda

implantada em São Luís. No caso específico do Maranhão, não se tem, até o momento, conhecimento de análises e avaliações semelhantes.

Nesse sentido, esta pesquisa caracteriza-se, ainda, como uma avaliação *ex-post*, uma vez que foi realizada após a execução do Programa Casa Brasil com a intenção de se obterem elementos que justificassem sua permanência como uma política de inclusão digital. Dessa forma, classifica-se, conforme destacamos acima, como uma avaliação política da política combinada com uma avaliação de processo ilustrada com a implementação do Programa Casa Brasil na unidade acima citada. Vincula-se, assim, à linha de pesquisa, Avaliação de Políticas e Programas Sociais da área de concentração Políticas Sociais e Programas Sociais do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas. Trata-se, por outro lado, de uma iniciativa de aprofundamento e continuidade de estudos anteriormente iniciados e que resultaram na dissertação de conclusão do Mestrado em Ciência da Informação, que teve como foco específico a Internet.

Convém ressaltar que a escolha do Programa Casa Brasil para a realização desta pesquisa deu-se em função da dimensão atribuída à questão da inclusão digital, que, conforme seus objetivos, prevê, dentre outras possibilidades, a apropriação autônoma e crítica das TIC para o acesso e a produção de informação.

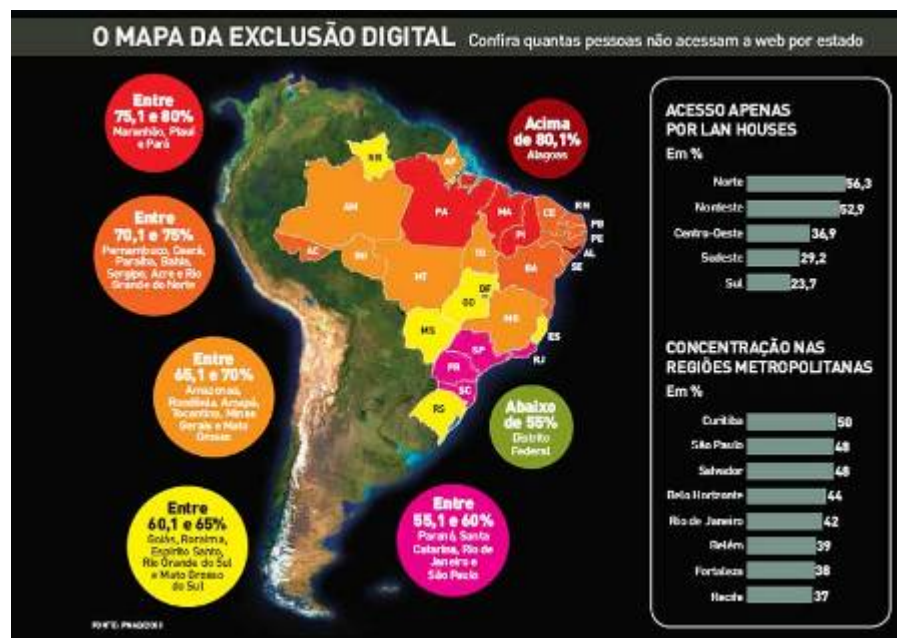
A opção em demonstrar a experiência da implementação do Programa Casa Brasil na unidade escolhida como exemplo da adoção dessa política no Maranhão foi provocada pelos alarmantes indicadores sociais que este estado apresenta no ranking nacional. O Maranhão configura-se como um dos estados mais pobres da Federação, ao apresentar sérias deficiências nos mais diversos setores (segundo o Atlas do Desenvolvimento Humano, o Índice de Desenvolvimento Humano-IDH do Maranhão ocupava, em 2000, a última posição no ranking dos estados brasileiros). Mais recentemente, com os resultados do Censo 2010, essa situação foi alterada e ele passou a ocupar o penúltimo lugar (Alagoas ocupa a pior posição agora), o que, entretanto, não modifica em quase nada o quadro calamitoso do nosso estado.

No setor de informação, com base em dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, em 2006, apenas 6,57% da população do estado possuíam computador e apenas 4,11% possuíam acesso à Internet. Ainda em relação à posse de computador, esse número foi aumentado para 11,4% em 2008 e 13,35%, em 2009. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA,

2009). “Apesar de ainda estar longe do ideal, o número de incluídos digitais aumentou 75,3% entre 2005 e 2008, segundo a PNAD¹. As estatísticas mostram que Amazonas, Maranhão e Roraima cresceram mais de 150%.” (LEAL, 2010).

No que se refere ao acesso à Internet, o Maranhão, apesar de ter avançado no setor, conforme citado anteriormente por Leal (2010), tal crescimento não alterou significativamente a sua posição em relação à inclusão digital, visto que esse estado continua ocupando um dos últimos lugares no ranking nacional (ver Figura 1), o que nos leva a crer, a grosso modo, que esses dados servem apenas para engrossar as estatísticas.

Figura 1 – Mapa da Exclusão Digital dos Estados Brasileiros



Além disso, se pautarmos-nos pelos dados apresentados pelo Mapa da Inclusão Digital-MID divulgado em 2012, verificaremos que o Maranhão volta a ocupar a última posição no que se refere a acesso a computadores e à Internet².

Se levarmos em consideração a situação do país a respeito do número de assinantes com acesso à Internet, o Brasil também se encontra em desvantagem em

¹ PNAD – Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios

² Cf. NERI, Marcelo (Coord.). **Mapa da Inclusão Digital**. Rio de Janeiro: FGV: Centro de Políticas Sociais, 2012.

relação aos países vizinhos da América do Sul: “A ITU³ estima também que o Brasil tenha 8,34 assinaturas de Internet para cada grupo de cem habitantes – um número mais baixo até que o de países vizinhos como Chile (9,85), Argentina (9,37) e Uruguai (8,59). Nos Estados Unidos, essa relação é de 26,04.”⁴ (COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DA BAHIA, 2013).

Assim, com o objetivo de “reverter” esse quadro de “exclusão digital” do país, o Governo Federal executa e apoia ações de inclusão digital por meio de diversos programas e órgãos. São várias as iniciativas e, entre essas, consideramos para o presente estudo, conforme já destacado anteriormente, o Programa Casa Brasil, política gerada no Governo Lula que se configurou como “um projeto interministerial do Governo Federal, com execução coordenada pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, por meio de um Comitê Executivo, e gestão coordenada pela Casa Civil da Presidência da República por meio de um Comitê Gestor”. (BRASIL, 2008a).

O Programa Casa Brasil faz-se presente em quase todos os Estados da Federação. Quando do seu início, totalizava 90 unidades. Após a realização de avaliações internas, passou a contar com 56 unidades, assim distribuídas pelo território nacional: Distrito Federal (2); Goiás (2); São Paulo (5); Paraná (2); Santa Catarina (3); Rio Grande do Sul (3); Rio Grande do Norte (1); Paraíba (4); Pernambuco (2); Alagoas (1); Bahia (2); Espírito Santo (2); Minas Gerais (3); Rio de Janeiro (3); Mato Grosso (1); Acre (1); Rondônia (2); Pará (1); Amazonas (3); Amapá (1); Piauí (3); Ceará (4); Mato Grosso do Sul (3); Maranhão (2) - Anjo da Guarda (Parceria: Prefeitura Municipal de São Luís); e Caxias (Parceria: Prefeitura Municipal de Caxias).

Em se tratando de políticas e programas de inclusão digital, estes, ao serem implementados, devem responder às necessidades e carências dos segmentos historicamente excluídos da sociedade, exclusão esta que se materializa na interdição do direito do acesso à informação e ao conhecimento em ambiente digital. (FERREIRA, 2007, p.5).

Apesar de o poder do Estado estar em questão, como decorrência do domínio do grande capital internacionalizado e das investidas da ideologia e da prática neoliberal, é importante destacar que ele continua tendo um papel

³ ITU-International Telecommunication Union

⁴ Dados referentes a 2009.

fundamental na orientação e regulação desse processo de desenvolvimento social. Mas somos conhecedores de que a resposta do Estado capitalista aparece somente como forma de amenizar as lutas que problematizam as expressões da questão social e ameaçam o equilíbrio dessa forma de organização societal.

Os variados programas que surgiram a partir das linhas de ação do Livro Verde⁵, considerado o marco regulatório para a inserção do país na Sociedade da Informação, parecem promissores em contribuir para o fortalecimento da inclusão digital. Entretanto, para que essa tendência possa concretizar-se, é necessário que os volumosos recursos que estão sendo aplicados nesses programas não se limitem apenas a treinamento ou manipulação das TIC. Isto é, mesmo garantindo-se o acesso às novas Tecnologias de Informação e Comunicação, não está assegurada a apropriação autônoma e o uso efetivo das potencialidades que tais tecnologias, principalmente a Internet, possam vir a oferecer.

Nesse sentido, Mattelart (1994, p. 284) salienta que os meios de comunicação têm um papel muito importante a cumprir no processo de transformação e propõe uma reflexão sobre “o papel ativo do receptor e a necessidade de estudar as práticas cotidianas dos usuários segundo uma lógica de produção ou apropriação e não mais segundo a lógica da reprodução”.

[...] tal situação deve ser combatida com um processo de oferta universal de acesso aos equipamentos, às redes, às linguagens, sem restringir-se a aplicativos e sistemas, mas estendendo-se à própria cultura da rede mundial. Apropriar-se das tecnologias significa desenvolver e aperfeiçoar habilidades que vão de tarefas básicas, como: escrever um e-mail ou reconhecer um *spam*, a atividades complexas, como: pesquisar de maneira eficaz, acessar serviços ou produzir um vídeo digital e transmiti-lo via web. Isso quer dizer que muitos aspectos da inclusão digital não estão nas máquinas nem na relação com as máquinas e, sim, no processo global de inclusão social. (ASSUMPÇÃO; MORI, 2006).

Assim, observa-se que a implementação de políticas públicas pelo Estado poderia aproveitar as novas tecnologias para melhorar as condições de vida dos trabalhadores, mas a luta contra a exclusão digital é, sobretudo, uma luta para

⁵ Publicado em 2000, o Livro Verde é um documento com 203 páginas, organizado pelo *expert* em tecnologia, Tadao Takahashi, e viabilizado, com o apoio do Ministério da Ciência e Tecnologia, no Governo Fernando Henrique Cardoso, por meio do auxílio de mais de 300 pesquisadores e estudiosos da área. (CARVALHO, 2007). Constituído ainda por representantes do meio acadêmico e da iniciativa privada. No Livro Verde está assinalado que o objetivo do Programa Sociedade da Informação é integrar, coordenar e fomentar ações para a utilização de tecnologias de informação e comunicação, de forma a contribuir para a inclusão social de todos os brasileiros na nova sociedade e, ao mesmo tempo, contribuir para que a economia do País tenha condições de competir no mercado global.

encontrar caminhos para diminuir o impacto negativo das novas tecnologias sobre a distribuição de riqueza e oportunidades de vida. A esse respeito, Silveira (2001, p.22) adverte:

É necessário assegurar o acesso às camadas socialmente excluídas como estratégia fundamental de inclusão social. Mas, para que isso não tenha um resultado pífio, torna-se indispensável a formulação de políticas públicas de orientação, educação não-formal, proficiência tecnológica e de uso das novas tecnologias da informação.

Nesse sentido, o Programa Casa Brasil apresenta, pelo menos no discurso, uma proposta ousada e inovadora, apontando para a possibilidade de proporcionar o acesso e o uso das TIC de modo autônomo e crítico, principalmente porque se propõe a desenvolver ações de inclusão digital que vão além da simples capacitação técnica de acesso às TIC. Assim, as unidades Casa Brasil são estruturadas em módulos, com vistas a propiciar a conexão de múltiplos saberes. As atividades desenvolvidas nos espaços da Casa devem articular temas e ações diversas e, para isso, conta com a seguinte estrutura: Telecentro; Sala de Leitura; Auditório; Laboratório de Divulgação da Ciência; Laboratório de Informática; Estúdio Multimídia; Oficina de Rádio.

Todavia, ao analisarmos a concepção teórico-ideológica desse Programa e os seus elementos constitutivos, percebemos, na verdade, que tal concepção está fortemente imbricada com a ideologia neoliberal, o que torna inviável uma proposta que esteja comprometida com a classe trabalhadora e muito menos ainda como uma proposta que possibilite a sua emancipação.

Além do mais, mesmo garantindo-se tais políticas, não podemos perder de vista que, sob o entendimento da hegemonia econômica neoliberal, as políticas sociais são geradas “pelo princípio da alta rotatividade, deslocando-se para os indivíduos a responsabilidade em superar riscos sociais”. Dessa forma, não são geradas garantias sociais, mas permanências de acesso, ou seja, vistos temporários para qualquer que seja a proteção social. O alcance das políticas sociais em contexto de desigualdade e exclusão deve alargar-se para dar conta das condições efetivas de vida de seus usuários. (SPOSATI, 2002, p. 3).

Em busca de entendimentos para explicar tais problemáticas, Gomes (2001, p. 25) complementa

Na realidade, permanecemos com problemas com raízes macro-históricas que se refletem na ineficácia e perversidade do nosso aparelho de política

social: problemas esses que são agravados ou consolidados em determinadas conjunturas, como ocorreu durante a ditadura militar ou com o neoliberalismo. Em que pese todos os avanços da política social no processo de redemocratização do país, esta é ainda legatária de uma modernização que se fez ao longo da história sob o signo da excludência social e do elitismo político. Frente à complexidade da questão social no mundo contemporâneo, e em nosso país especialmente, a avaliação de políticas e programas sociais coloca-se como uma exigência político-democrática para que se dê suporte a uma melhor distribuição da riqueza social.

Diante de todo esse cenário conflituoso e contraditório, a avaliação do programa de inclusão digital Casa Brasil configurou-se como uma tentativa de analisar e elucidar os princípios de ordem política, ideológica, econômica e sociocultural que fundamentaram esse modelo de intervenção social, bem como desvelar determinações e contradições presentes no processo de construção e implementação dessa política.

O procedimento metodológico compreendeu, portanto, a avaliação de políticas públicas como modalidade de pesquisa adotada, conjugada com o método de Marx como explicação da realidade social acerca do tema, consubstanciado pelas pesquisas bibliográfica, documental e de campo. Por se tratar de uma pesquisa avaliativa, consideramos que essa modalidade de investigação teve como entendimento conceitual as seguintes dimensões: em primeiro lugar, evidenciar os significados mais profundos dos conteúdos, isto é, a estrutura e a dinâmica da política brasileira de inclusão digital para a construção do conhecimento sobre a temática em questão, cumprindo assim a função acadêmica; e, além disso, teve também o propósito de oferecer informações para a classe trabalhadora fundamentar o seu processo de luta pela emancipação, assumindo, então, a dimensão da função política.⁶

Ainda por se configurar como um estudo avaliativo, a pesquisa enquadrou-se como uma avaliação política da política, uma vez que a análise aqui empreendida foi centrada nos fundamentos e fatores de ordem política, ideológica, econômica, cultural e social que condicionaram o processo de formulação da política. (SILVA, 2008, p. 149). Também foram analisadas as dimensões consideradas nos modelos de avaliação de processos de implementação de políticas, destacando-se: os determinantes institucionais e socioculturais que

⁶ Tomamos emprestadas duas das funções da pesquisa avaliativa empregadas por Silva (2008, p. 13), que as classifica como: função técnica, função política e função acadêmica (embora se tenha ampliado o conceito dessas funções diante de nossa perspectiva de estudo).

incidiram sobre a dinâmica da implementação; a relação entre o desenho da política e o formato que o programa adquiriu ao final do processo de sua implementação; e as condições que facilitaram ou dificultaram o processo de implementação do programa avaliado. (SILVA, 2008, p. 153). Complementando esses argumentos, Lima (2008, p. 229) esclarece:

Parte-se, aqui, do entendimento de que uma verdadeira avaliação implica em emitir um julgamento quanto ao mérito da política, mas não apenas isso. 'Uma boa e completa avaliação julga e explica. Mas julgar e, sobretudo, explicar é atributo da investigação científica'. (NEMES, 2001, p. 10). Portanto, é também papel da avaliação explicar as razões do êxito ou fracasso das ações implementadas.

Nesse sentido, cabe realçar ainda o que Hossoé (2012, p. 21) destacou:

O sucesso ou o fracasso da política pública não deve, portanto, constituir o objetivo do estudo por si, mas, sim, a busca pela compreensão da estrutura e dos determinantes que podem conduzir a esse sucesso ou fracasso é que consiste o foco mais adequado do estudo avaliativo.

Contudo, como forma de subsidiar a pesquisa avaliativa, tornou-se necessária uma posição metodológica que conseguisse sustentar a análise aqui empreendida. Para tanto, o processo metodológico de apropriação teórico-prática abordou o fenômeno da inclusão digital como uma totalidade, a fim de compreender as suas determinações constitutivas.

Essa posição metodológica está fundamentada na noção marxista de realidade concreta, uma vez que, para Marx (1983, p. 219), “o concreto é concreto por ser a síntese de múltiplas determinações: logo, unidade da diversidade.” Kosik (1969, p. 12), seguindo o raciocínio marxista, esclarece: “o fenômeno indica a essência e a esconde; e, sem a compreensão do fenômeno em suas manifestações, a essência seria inatingível.” Nascimento (2011, p. 18) acrescenta ainda: “o real guarda em si uma essência oculta que carece de investigação rigorosa para ser desvendada.”

Daí porque, no método de Marx, qualquer esforço de investigação deve ser capaz de superar a aparência, apreendendo a essência dos fenômenos, objeto de estudo, mediante aproximações sucessivas e o uso de procedimentos metodológicos sistemáticos e adequados para que se consiga chegar à exposição do concreto pensado.

Além das categorias ideologia e emancipação humana, que se constituíram como eixos centrais das nossas argumentações, outras categorias

serviram para a análise e compreensão da realidade, destacando-se: Novas Tecnologias de Informação e Comunicação, Sociedade da Informação, Inclusão Digital, Políticas Públicas de Inclusão Digital, todas essas utilizadas pelos ideólogos do capital como formas de alienação humana, revestidas de forte caráter fetichista por omitirem a relação orgânica entre Estado e capital.

Como procedimentos e técnicas de pesquisa, adotamos para a presente exposição: a pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental e a pesquisa de campo, esta última relacionada exclusivamente à análise da experiência da implementação da Unidade do Anjo da Guarda em São Luís.

Assim, fez-se uso da pesquisa bibliográfica para a revisão da literatura, com fins de apropriação e aprofundamento das principais categorias norteadoras do estudo, com a finalidade de analisar as principais produções bibliográficas que relacionassem a reestruturação produtiva do capital e a sua expressão ideológica, o neoliberalismo, com a era das novas TIC e o discurso da “Sociedade da Informação” utilizados na formulação e implementação das políticas públicas de inclusão digital.

A pesquisa documental foi adotada com vistas a visualizar e dimensionar a dinâmica da formulação e implementação do Programa Casa Brasil, utilizando como principal fonte de pesquisa a própria estrutura do documento do MEC, gerador do Programa, o qual contém os princípios e as diretrizes dessa política, assim como os relatórios, os editais e outros documentos oficiais (leis, decretos, portarias etc.) e, ainda, os documentos geradores/gerados da/pela implementação da Unidade do Anjo da Guarda.

Baseada em pesquisas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE e pela Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio-PNAD, realizamos também uma breve análise de dados secundários que forneceu subsídios para o entendimento da expressão da questão social representada pela contradição inclusão X exclusão digital.

No conjunto de procedimentos de coleta de dados da pesquisa de campo, utilizamos a entrevista semiestruturada, por ser mais flexível, permitindo coletar informações subjetivas e ampliando as possibilidades de compreensão da realidade. Entendemos por entrevista semiestruturada aquela que tem um roteiro pré-fixado de questões ou tópicos centrais (eixos norteadores), mas que pode sofrer alterações no decorrer do processo da entrevista. Os questionamentos dão frutos a novas hipóteses surgidas a partir das respostas dos informantes. O foco principal é

colocado pelo investigador-entrevistador. A entrevista semiestruturada “[...] favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade [...]” além de manter a presença consciente e atuante do pesquisador no processo de coleta de informações. (TRIVIÑOS, 1987, p. 152).

Dessa forma, foram entrevistados: a Professora da Universidade de Brasília-UnB, Maria de Fátima Ramos Brandão, principal defensora e integrante da equipe nacional do Programa Casa Brasil; e o Administrador da Unidade do Anjo da Guarda, Sr. José Antonio Pinheiro. Convém ressaltar que, com o Administrador da Casa Brasil do Anjo da Guarda, as entrevistas tiveram início em 18 de setembro de 2011, quando da nossa primeira visita a essa Unidade do Programa. Após várias visitas àquela Unidade, em 26 de fevereiro de 2013, realizamos uma nova entrevista com o Sr. José Antonio Pinheiro, que foi gravada e transcrita com o consentimento do entrevistado, permitindo a análise de sua fala e com vistas a se destacarem informações importantes relacionadas ao funcionamento do Programa Casa Brasil em São Luís.

Cabe destacar, ainda, que, na pesquisa de campo, como procedimento de coleta de informações, concomitantemente com a entrevista semiestruturada, também nos apoiamos na observação científica, “entendida como o uso sistemático de nossos sentidos na busca de informação sobre o objeto específico [do nosso] estudo”, o que possibilitou a percepção ativa da realidade exterior na obtenção de informações consideradas relevantes para a nossa exposição. (SILVA, 2008, p.165).

Quanto ao corte temporal, a investigação foi centrada no período de 2005-2013, com vistas a apreender os avanços e retrocessos na dinâmica da formulação e da implementação do Programa Casa Brasil. A data de início delimitada diz respeito ao marco institucional, que, nesse caso, se deu a partir da promulgação do Decreto, de 10 de março de 2005, que instituiu o Comitê Gestor do Programa Casa Brasil.

Com base nas considerações aqui apresentadas, esta tese foi estruturada, além desta introdução, da seguinte forma: no capítulo 2, intitulado: “As novas Tecnologias de Informação e Comunicação no capitalismo contemporâneo e suas implicações nos países periféricos”, realizamos uma análise para decifrar o papel das novas tecnologias na atual configuração da sociabilidade capitalista, em virtude do seu caráter fetichista e de seu apelo ideológico mascarado pelo discurso

da propalada Sociedade da Informação nos países periféricos, notadamente no Brasil. A discussão desse capítulo foi complementada, ainda, pela análise que nos levou a crer que a reforma do Estado, no contexto da reestruturação produtiva do capital, e o seu suporte ideológico neoliberal protagonizaram, e ao mesmo tempo compuseram, a estrutura que instaurou as circunstâncias políticas, ideológicas, econômicas, sociais e culturais das quais decorre a política brasileira de inclusão digital.

O capítulo 3 aborda a concepção do próprio Programa em tela, procurando, principalmente, realçar os princípios teórico-ideológicos que fundamentaram o protótipo do Casa Brasil. Cabe destacar, também, que apresentamos a nossa própria concepção de inclusão digital, baseada na categoria da emancipação humana, tendo aprofundado tais discussões no decorrer do capítulo. Além disso, são apresentados os fundamentos dos elementos constitutivos do programa, merecendo destaque para os termos: geração de trabalho e renda, economia solidária, desenvolvimento sustentável, acesso e produção de informação e conhecimentos, popularização da ciência e da arte, ampliação da cidadania e ação da sociedade civil. Necessário se fez, então, desmistificarmos o conteúdo que cada termo desse representa no contexto da ideologia dominante.

O foco da análise do capítulo 4, que se intitulou: “A implementação do Programa Casa Brasil”, integrou parte do processo avaliativo, especificamente no que se refere à delimitação desse trabalho, ou seja, a experiência do Programa Casa Brasil em São Luís. Inicialmente, a nossa atenção concentrou-se no modelo de gestão do Programa confrontando concepção e realidade, principalmente ao destacar os mecanismos de gestão, participação e controle social do Casa Brasil, o que requereu enfatizar as abordagens de diferentes autores e matrizes conceituais. Além disso, identificamos e revelamos as diversas nuances que perpassaram a implementação do referido Programa, analisando os determinantes institucionais e socioculturais que incidiram sobre a dinâmica do Programa Casa Brasil na Unidade do Anjo da Guarda, localizada em São Luís, capital do Estado do Maranhão.

Por fim, na conclusão apresentamos as reflexões acerca das questões que nortearam a análise e a avaliação da política brasileira de inclusão digital, tendo como referência o Programa Casa Brasil, com vistas a contribuir para o debate da temática no âmbito das políticas públicas.

2 AS NOVAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO E SUAS IMPLICAÇÕES NOS PAÍSES PERIFÉRICOS

Nas últimas décadas do século XX, e na primeira do século XXI, a sociedade presenciou profundas e rápidas transformações no modo de produção, impulsionadas principalmente pelo acelerado desenvolvimento da ciência e da tecnologia, que repercutiram e alteraram drasticamente o panorama mundial em suas dimensões política, econômica e social. Como resultado dessa dinâmica, acentuou-se a interdependência das diferentes nações, evidenciando-se uma tendência para a formação de um mercado único, com a economia “globalizada”.

O surgimento dessa fase, denominada pela ideologia apologética de “revolução tecnológica”, como resultado de tais mudanças, está, na realidade, relacionado com a reestruturação produtiva capitalista que se manifesta simultaneamente com a ideologia neoliberal, iniciada na década de 1970 no centro do capitalismo mundial e, a partir da década de 1990, no Brasil, como resposta à crise do padrão de acumulação então vigente. Esse processo, que se inaugura com a transferência sistemática de capitais ao mercado financeiro, vem interferindo de modo incisivo na organização da produção, influenciando diretamente a esfera do Estado e das políticas públicas.

Ademais, se descortinarmos esse véu, constataremos que a reestruturação produtiva do capital e o neoliberalismo, dotados de forte caráter destrutivo, vêm acarretando profundas destruições das forças produtivas, da natureza e do espaço ambiental, dentre outras. Nesse sentido, conforme Antunes assinala (2000, p.167), “torna-se imprescindível entender quais mutações e metamorfoses vêm ocorrendo no mundo contemporâneo, bem como quais são seus principais significados e suas mais importantes consequências”, principalmente para os países que não ocupam a centralidade no “sistema produtor de mercadorias”.

Em relação, principalmente, às novas Tecnologias de Informação e Comunicação, o avanço do fenômeno denominado “globalização” aumentou consideravelmente o fosso que se criou entre aqueles que produzem tecnologia e aqueles que a consomem ou vivem à margem dela. Além do mais, torna-se notório que:

A velha divisão do mundo entre ricos e pobres, dominadores e dominados, colonizadores e colonizados, encontrou um novo tipo de imperialismo com a globalização. Em consequência da sacralidade deste novo dogma, talvez seja adequado, apesar de herético, falarmos de dois tipos de globalização: a das metrópoles ou da dominação e a das colônias ou da dependência. (SOARES, 1999).

O Brasil, por sua condição de dependência, o que lhe atribui um caráter periférico no sistema capitalista, sofre de forma específica e acentuada as influências da crise do capitalismo e do clima de instabilidade e de mutabilidade que pontuam esta era.

Segundo Santos (2001), no que se refere à globalização, esta pode até apresentar uma nova face na atualidade, mas sua dinâmica já havia sido observada nos séculos XIX e XX, “principalmente por autores marxistas preocupados em explicar os mecanismos da acumulação do capital e da expansão dos monopólios imperialistas.” A referência a fenômenos históricos anteriores não significa, porém, desconhecer a emergência de novas realidades e conceituações. Como bem já destacamos e corroborando ainda com Santos (2001):

Merece especial atenção a análise do impacto das mudanças que a globalização, liderada fundamentalmente pela revolução científica e tecnológica, está provocando na estrutura interna das sociedades contemporâneas e nas relações internacionais.

A modernização da tecnologia, entre outros fatores, tem gerado profundas transformações nos processos produtivos e nas estratégias de reprodução do capitalismo, mas deve-se salientar que a estrutura básica do sistema opera através dos mesmos mecanismos. O processo de globalização, embora se consolide nas últimas décadas, já estava contido no capitalismo desde sua origem. Esse modo de produção já nasceu com vocação internacional, pois a dinâmica da acumulação, concentração, centralização e internacionalização do capital faz parte da sua própria constituição e forma de expansão.

Vale ressaltar também que, como em etapas anteriores do capitalismo, e, principalmente, a partir da habitual divisão “tradicional-moderno”, a sociedade ocidental industrializada, tecnologicamente avançada e moderna, sempre se apresentou, para os novos ideólogos da modernização ou do capital, como um modelo ideal a ser seguido pelos países da periferia. (SANTOS, 2001).

Observamos, assim, que a ênfase dada às chamadas novas tecnologias de informação e comunicação, principalmente nestas últimas décadas, despertou nesses autores (os novos ideólogos da modernização ou do capital) um interesse ímpar em se entender como as TIC contribuem para uma nova dinâmica na sociedade. Sociedade essa denominada, pelos que discutem essa temática, como

“Sociedade da Informação”, “Sociedade do Conhecimento”, “Sociedade Pós-Industrial” ou, ainda, “Era da Informação”, “Era do conhecimento”, dentre tantas outras designações. Nesse sentido, preconizam que a sociedade, de um modo geral, deve participar efetivamente dessa nova dinâmica. Porém, de acordo com o grau de desenvolvimento do capitalismo de cada sociedade, têm-se diferentes estágios:

No mundo pós-fordista, as nações estão divididas, basicamente, segundo o seu grau de progresso tecnológico. No topo da pirâmide estariam os países produtores de novas tecnologias e detentores dos conhecimentos de ponta. Na sequência, estão aqueles que consomem essas tecnologias e dependem desses conhecimentos. Por fim, à margem de tudo, estão aqueles que se encontram completamente excluídos da sociedade da informação. (SOARES, 2007, p. 71).

Nascimento (2011, p. 24) acrescenta que a ideologia dominante utiliza o discurso da sociedade do conhecimento ou da informação no sentido da fetichização das novas tecnologias de informação e comunicação, justificando que é através delas que a informação e o acesso ao conhecimento potencializam a vida em sociedade.

Ora, na verdade, ao analisarmos mais profundamente a situação atual do capitalismo, incorporamos ao nosso pensamento o que Soares (1999) explica afirmando:

O que se constata é que o neoliberalismo contemporâneo sacralizou a globalização. Esta está envolvida numa abrangência ideológica que vai do dogmatismo do mercado universal, passando pela democracia cosmopolita e pela vulgarização tecnológica, até alcançar a massificação da informação. Trata-se de uma panacéia que explica todas as situações, justifica todos os fatos, resolve todos os problemas.

Assim, percebemos que a origem e a expansão das políticas de inclusão digital na atual conjuntura brasileira decorrem dessa lógica na qual se verifica a ação ideológica advinda do Estado e do capital, influenciada ainda pelo caráter fetichista das novas Tecnologias de Informação e Comunicação. Além do mais, incorpora-se à lógica dominante das metrópoles nos países dependentes e periféricos, como bem assinala Soares (1999):

Seria tudo muito simples se isso não passasse de mero discurso ideológico. Essa indumentária hodierna do capitalismo selvagem vem colorida por um discurso igualitário em escala planetária, mas não diverge da essência do sistema centralizado na exploração dos fracos pelos fortes ou, em outras palavras, das metrópoles burguesas sobre as periferias coloniais.

Tendo como base essas breves argumentações, iremos então apresentar, na primeira subseção deste capítulo, a ação do Estado na atual fase do neoliberalismo para a sustentação do discurso da propalada Sociedade da Informação no panorama brasileiro. Discutimos, então, que é muito mais provável que o suporte ideológico neoliberal e a dinâmica estrutural do capital tenham sido os elementos fundantes para a inserção do Brasil na discutida sociedade da informação, do que uma demanda do conjunto da classe expropriada que procura o acesso à informação.

Tendo como referência o encantamento provocado pelas novas tecnologias de comunicação e de informação que se manifesta em um discurso tecno-ufanista a respeito das possibilidades de inclusão social e de democratização das sociedades atingidas pela penetração dessas novas tecnologias, traçamos a discussão na segunda subseção deste capítulo. Enfatizamos, particularmente, como esses mitos sustentam um devaneio apologético acerca de um hipotético papel equalizador e inerentemente democrático dessas novas tecnologias nas sociedades capitalistas à medida que estas vão sendo utilizadas como ferramentas de uma suposta inclusão digital para a classe trabalhadora.

Na terceira subdivisão, apresentaremos argumentos que nos impulsionam a afirmar como a reforma do Estado no contexto da reestruturação produtiva do capital e o seu suporte ideológico neoliberal são os protagonistas e ao mesmo tempo compõem a estrutura que instaura as circunstâncias políticas, ideológicas, econômicas, sociais e culturais das quais decorre a política brasileira de inclusão digital.

2.1 O discurso apologético da “Sociedade da Informação” no Brasil

Existe, na atualidade, uma vasta e diversificada literatura que atribui unicamente às chamadas novas Tecnologias de Informação e Comunicação a total responsabilidade para a diminuição das desigualdades e tormentos sociais.

É interessante observar o discurso ufanista dos teóricos da “pós-modernidade” em relação aos novos meios tecnológicos, pois estes parecem não considerar as reais determinações que estão imbricadas neste estágio de desenvolvimento do capitalismo. Além do mais, tal ideologia, ao propalar apologia a essa “nova configuração de sociedade” que advêm do uso das novas TIC, deixam

de reconhecer que, desde sempre, a sociedade esforçou-se para acumular e transmitir conhecimentos. Como bem afirma Kurz (2002):

Mais espantoso deve parecer que, há alguns anos, esteja se disseminando o discurso da “sociedade do conhecimento” que chega com o século 21; como se só agora tivessem descoberto o verdadeiro conhecimento e como se a sociedade até hoje não tivesse sido uma “sociedade do conhecimento”. Pelo menos os paladinos da nova palavra-chave sugerem algo como um progresso intelectual, um novo significado, uma avaliação mais elevada e uma generalização do conhecimento na sociedade. Sobretudo se alega que a suposta aplicação econômica do conhecimento esteja assumindo uma forma completamente diferente [...]. Será esse o estágio final da evolução intelectual moderna? Uma macaqueação de nossas mais triviais ações cotidianas por máquinas, conquistando uma consagração intelectual superior? A maravilhosa sociedade do conhecimento aparece, ao que tudo indica, justamente por isso, como sociedade da informação porque se empenha em reduzir o mundo a um acúmulo de informações e processamentos de dados e em ampliar, de modo permanente, os campos de aplicação destes.

O que Kurz (2002) salienta é que há um imbróglio nesse discurso, uma ideia aparente de que, por meio dos recursos midiáticos que a sociedade atual dispõe, seria possível uma nova ordem econômica, mas o que se verifica é que tal argumento é nada mais do que uma tentativa de mascarar as reais contradições existentes no modo de produção vigente. Ou seja: o discurso da “sociedade da informação” está completamente descolado do que se presencia no atual estágio do capitalismo. Daí porque se quer discutir o surgimento das TIC no contexto de uma sociedade burguesa na qual não se considera a história como resultado das ideologias e dos “heróis”, mas buscar-se-á, nas formações sócioeconômicas e nas relações de produção, os fundamentos verdadeiros da emblemática sociedade da informação.

Assim, pretendemos, então, tomando alguns fatos como referência, colocar ao léu a realidade latente que esse discurso tenta encobrir. Como bem expressa Paulo Netto (1997): é preciso analisar com profundidade as contradições que se ocultam na realidade, superando a pseudoconcreticidade para propor uma intervenção que tenha alcance e efetividade.

Na verdade, a interpretação dominante das consequências econômicas e sociais da expansão das TIC esteve contagiada pelos ideais ortodoxos/conservadores que lideravam as discussões a respeito das transformações sociais iniciadas pela intensidade do processo de globalização econômica ocorrido a partir dos anos 80. (MATTOS, 2006).

Mattos (2006) esclarece ainda que:

Historicamente, a expansão dessas novas TIC's coincidiu com uma guinada no discurso ideológico da maior parte dos ramos das chamadas Ciências Sociais em favor de uma abordagem conservadora. No campo da Economia isso é muito claro, notadamente a partir dos anos 80, após as eleições de Reagan e de Thatcher, quando se tornou hegemônico o discurso liberal/neoclássico, em substituição ao discurso e práticas de políticas macroeconômicas keynesianas, que haviam predominado durante os 25 anos do pós-Segunda Guerra, quando os países capitalistas desenvolvidos, principalmente, mas também a maior parte dos países do chamado Terceiro Mundo, havia trilhado um caminho de crescimento econômico sem precedentes, ao mesmo tempo em que reconheciam melhorias significativas em seus respectivos perfis de distribuição de renda (nesse quesito, principalmente os países europeus desenvolvidos conheceram mudanças). A desaceleração econômica do final dos anos 70/início dos anos 80 acabou dando espaço para uma interpretação conservadora de suas causas, com a “volta” da hegemonia do pensamento liberal, que havia sido relegado a plano secundário durante os Anos de Prosperidade do pós-guerra.

É a partir desse contexto que emerge o termo “Sociedade da Informação”, por volta da década de 1970, especialmente no Japão e nos EUA, no âmbito de discussões sobre o que seria a “sociedade pós-industrial” e quais seriam suas principais características. (TAKAHASHI, 2000, p. 2). Naquele momento, os formuladores de políticas perceberam que a informação estava desempenhando um papel cada vez mais importante, não apenas em setores econômicos, mas também na vida social, cultural e política. (CARVALHO, 2007).

Nesse sentido, Gomez (1987) assinala que:

É interessante identificar as características da nova “Sociedade da Informação” e suas diferenças em relação ao estágio anterior, o da sociedade industrial. O atual estágio de desenvolvimento do capitalismo tem, entre suas características, o novo estatuto da ciência como instituição e, como corolário desse processo, um desenvolvimento extraordinário e cada vez mais rápido das tecnologias e sua vinculação crescente com o aparato produtivo.

Decorre que o fim do “socialismo real”, com a queda do muro de Berlim em 1989 e com o esgotamento econômico da ex-URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas) diante da corrida armamentista com os EUA (Estados Unidos da América), libera nesse país uma soma incalculável de recursos, antes mobilizados pela “guerra fria”. Esses recursos são então investidos basicamente no desenvolvimento das TIC, muitas de origem militar, como a própria Internet. É aberto um novo ciclo econômico nos EUA, puxado pela indústria de informação, aí incluídos fabricantes de *hardware* e *software*, produtores de conteúdo como bases de dados, notícias, entretenimento etc., que se delineia como uma superação dos paradigmas tecnológicos, logísticos e de gestão da produção da sociedade industrial, levados ao

seu grau máximo, pelo Japão, através dos métodos de gestão da qualidade total. (MARCONDES; GOMES, 1997, p. 59).

Assim, a maior batalha das novas tecnologias de informação e comunicação desenvolve-se na arena internacional. Katz (1995, p. 99) assinala que

O domínio das TIC é uma peça chave na redefinição de qual será a potência hegemônica no mercado mundial.[...]

O debate desenvolvido nos anos oitenta sobre a “reindustrialização” dos Estados Unidos revela que a classe dominante norte-americana é muito consciente das consequências de um retrocesso na competitividade das novas tecnologias. O desafio do Japão, que em apenas dez anos conquistou a liderança internacional na fabricação de semicondutores, constituiu o sinal de alarme. O “reaganismo” desenvolveu gigantescos investimentos em informática militar, não apenas para ameaçar a ex-URSS, mas também para estimular o *high tech* contra o perigo comercial japonês.

A aplicação econômica das TIC desenvolveu-se após um longo período de provas na esfera militar. A economia armamentista serviu como campo de experiência de todas as inovações em curso e a maturidade desse desenvolvimento, nos anos 80, facilitou a atual transferência de tecnologia de informação à esfera civil. (KATZ, 1995, p. 76).

Diante dessa transferência, acentua-se o aspecto de inflexão que relaciona o capital e as TIC, com ênfase à Internet. A direção desta é alterada de uma rede acadêmica, ou seja, de um espaço aberto e livre de cobranças que comporta desde cientista até grupos alternativos, como os de auto-ajuda, para uma infraestrutura cada vez mais essencial para a reprodução do capital. (DANTAS, 1996).

O modelo capitalista molda a vida social de acordo com suas necessidades; sendo assim, o espaço da Internet, marcado também pela interação social, não poderia ser diferente. Situação semelhante foi observada com as telecomunicações nas décadas de 1920 e 1930, nos EUA, que de atividades livres passaram a serviços regulados e submetidos ao regime de concessão do Estado. (DANTAS, 1996).

Nesse sentido, a sociedade começa a ser impulsionada a criar mecanismos que aproximem mais participantes na tentativa de consolidação desta “nova ordem”. O discurso, então, passa a ser o de aproximar os excluídos que estão à margem, assistindo desplugados ao aparecimento de uma ocasião singular, capaz de possibilitar o usufruto de um infinito mar de conhecimentos. Isso se traduz, no mínimo, como um desafio para o Estado, uma vez que “uma das faces da discussão

da Sociedade da Informação em diversos países é a criação de políticas para minimizar a exclusão dos milhares de habitantes do planeta que não têm acesso a essa tecnologia.” (CARVALHO, 2007).

As razões são as mais diversas possíveis. A falta de recursos de muitos países do chamado Terceiro Mundo, ou periféricos, as desigualdades sociais geradas pelos países centrais, a falta de alfabetização e a alfabetização precária são pontos que levam a sociedade global a se preocupar com o avanço das TIC e criar programas mundiais que busquem alternativas para a diminuição das diferenças existentes atualmente, de modo a que essas diferenças não se ampliem em razão da utilização das tecnologias. (CARVALHO, 2006, p. 6).

Essa discussão envolve duas faces: globalização e exclusão, que se caracterizam com conceitos que definem duas realidades interligadas. O primeiro designa as características atuais do processo de desenvolvimento do capitalismo em nível mundial; e o segundo, sua consequência mais visível e imediata.

[...] a história é uma sucessão de etapas ou estágios graduais que levam necessariamente ao desenvolvimento. Atualizando a teoria da modernização para os dias atuais, encontram-se os mesmos argumentos funcionalistas para explicar a exclusão social: os “integrados” no mundo globalizado são aqueles que conseguem incorporar atitudes, valores e novos padrões de comportamentos mais adequados ao usufruto das oportunidades que as sociedades capitalistas oferecem a todos os seus cidadãos. As variáveis psicossociais novamente são consideradas as determinantes fundamentais da inclusão social, sendo a educação, a principal delas. A Internet transforma-se numa palavra mágica com força persuasiva: todos devem “integrar-se” à rede mundial para participar da era global. (SANTOS, 2001).

No entanto, no âmbito internacional, a abrangência da exclusão social adquire contornos extremamente elevados, o que a caracteriza como algo “disfuncional” ao sistema. Na ideologia dominante, a culpa pela exclusão recai sobre os próprios indivíduos e a situação de “atraso” que atinge as sociedades periféricas também é apresentada como se estas fossem as principais responsáveis por se situarem nessa condição. Os novos teóricos da modernização apontam que a principal explicação para a situação de dependência dos países periféricos refere-se tão somente “à incompetência e à corrupção das elites”. (SANTOS, 2001).

Evidentemente que estes problemas existem, mas o que se quer salientar aqui é que uma consequência transforma-se em causa, encobrendo as reais determinações estruturais da crescente situação de exclusão social: as contradições da acumulação capitalista. (SANTOS, 2001).

Dentro dessa ótica, vemos, portanto, que o neoliberalismo, expressão ideológica do processo de reestruturação produtiva capitalista, insistiu em uma

ofensiva fervorosa ao Estado e às políticas públicas. Tal ofensiva manifestou-se na reorganização da estrutura estatal e de seu papel: “a investida neoliberal qualificou a *satanização* do Estado, colocando-o como o responsável por todas as mazelas sociais: a retórica do FMI e do chamado ‘Consenso’ de Washington, sendo o mercado a única alternativa para a superação da pobreza e da exclusão.” (ANDRADE, 2004).

Além do mais, a maior parte da bibliografia sobre exclusão digital produzida pelas organizações internacionais e nacionais, às quais estão vinculados os “teóricos da modernização”, enfatiza o potencial das TIC para reduzir a pobreza e a desigualdade. Porém, a dinâmica social funciona, na prática, em sentido inverso: a introdução de novas TIC aumenta a exclusão e a desigualdade social. Até porque a universalização do acesso é, antes de tudo, um instrumento para diminuir os danos sociais, do ponto de vista da luta contra a desigualdade. Isso porque a pobreza não é um fenômeno isolado. (SORJ; GUEDES, 2008).

A chamada “exclusão digital” apresenta-se como uma nova face das desigualdades sociais, sendo a realidade, em todo o mundo, de bilhões de pessoas que não possuem acesso às tecnologias digitais de informação e comunicação. Isso diz respeito não somente à ausência de infraestrutura, mas também a cada fator limitante do uso das tecnologias, sejam barreiras linguísticas, sociais, econômicas, políticas, culturais ou cognitivas diante das interfaces tecnológicas disponíveis. [...] O acesso cotidiano às redes, aos equipamentos e o domínio das habilidades relacionadas às tecnologias de informação e comunicação são, cada vez mais, requisitos indispensáveis à participação social, à atividade econômica e ao fortalecimento da cidadania. Princípios fundamentais, como: justiça social, igualdade de oportunidades e a própria democracia, passam a ser influenciados pelo acesso às tecnologias de informação e comunicação. Afinal, estas são o principal meio de adquirir, interpretar, expressar, produzir e organizar o conhecimento, colocando-o a serviço de interesses e necessidades. (ASSUMPÇÃO; MORI, 2006).

A maneira pela qual a pobreza é definida e percebida depende do nível de desenvolvimento cultural/tecnológico/ político de cada sociedade. A introdução de novos produtos que passam a ser indicativos de condição de vida “civilizada” (seja telefone, eletricidade, geladeira, rádio ou TV-Televisão) aumenta o patamar de bens considerados necessários, abaixo do qual uma pessoa, ou família, é considerada pobre. (SORJ; GUEDES, 2008). Entretanto, a “justiça social” é um contrassenso sob o capitalismo porque um sistema que se baseia na expropriação de trabalho criado e não remunerado ao assalariado está organicamente inimizado com qualquer princípio de justiça. (KATZ, 1994, p.53).

Considera-se essa última questão extremamente relevante, pois diante de uma tendência intrínseca do sistema à concentração da riqueza, de um lado, e a expansão da pobreza, de outro, o Estado se apresenta como a única salvaguarda real dos interesses vitais dos excluídos em cada país. Porém, não se pode deixar de ter em mente que “a economia global é excludente, pois é dirigida pelo movimento do capital e nada mais.” (CHESNAIS, 1995, p.15). Por sua vez, Limoeiro-Cardoso afirma: “Há muito se sabe que é próprio do capitalismo dividir, marginalizar e excluir.” (LIMOEIRO-CARDOSO, 1999, p. 110).

O ciclo de acesso a novos produtos, por exemplo, começa a ser usufruído inicialmente pela elite dominante e, posteriormente, estende-se aos expropriados depois de um tempo mais ou menos longo (e o ciclo nem sempre se completa), o que significa que a introdução de novos produtos essenciais aumenta a desigualdade. Os capitalistas/burgueses são os primeiros a usufruírem as vantagens do uso e/ou domínio dos novos produtos no mercado de trabalho, enquanto a sua carência aumenta as desvantagens dos grupos despossuídos. Em ambos os casos, novos produtos advindos das TIC aumentam, em princípio, a pobreza e a exclusão digital. (SORJ; GUEDES, 2008). Nesse sentido, Marx (1989) já alertava que, nas mesmas condições em que se produz riqueza, produz-se também a miséria; nas mesmas condições em que se processa o desenvolvimento da produtividade, desenvolve-se um cenário de condições que só geram riqueza para a burguesia.

Indo nessa mesma direção, Sampaio Jr. (1999, p. 143) alerta que, para Florestan Fernandes, o caráter do desenvolvimento induzido é determinado pelo modo que a sociedade dependente lida com as contradições geradas pela discrepância entre as aspirações de acesso ao estilo de vida do capitalismo central e a situação de atraso de sociedades dependentes.

Além disso, Soares (1999) adverte:

Quando as elites locais sacralizam todas as formas de exploração e dependência, encontram nos meios de massa arautos eficazes do novo evangelho globalitário: a máscara da igualdade universal favorece o aprofundamento da desigualdade, da injustiça e da degradação.

Se de um lado a sociedade global propicia uma acelerada revolução científica e tecnológica, por outro lado, a dominação torna-se cada vez mais sofisticada e efetiva, levando a uma maior exploração e exclusão de amplos segmentos da população mundial.

A ideologia dominante ocupa um lugar relevante na reprodução do sistema. Prova disso é a ampla disseminação dos postulados e práticas efetivas do projeto neoliberal nas várias regiões do mundo. Ocorre, no entanto, que as contradições do sistema, que se manifestam através de crises e crescentes disparidades sociais, possibilitam a emergência de discursos e projetos alternativos. A visão homogeneizante da globalização não pode encobrir a realidade heterogênea e diversificada dos inúmeros interesses de classes e grupos que compõem a nossa sociedade. (SANTOS, 2001).

Conforme Fernandes (2006) atesta, dependência e subdesenvolvimento fazem parte de uma estratégia de construção do capitalismo dependente por uma classe dominante.

Assim, numa face da moeda têm-se o discurso de uma ideologia burguesa; na outra, provavelmente, reside um que realmente está a favor dos interesses e da participação da classe trabalhadora.

É evidente que as nações hegemônicas exportam suas ideologias e utopias. Nesse sentido, as ideologias e as utopias das nações hegemônicas são também as ideologias e as utopias das classes dominantes das nações dependentes. Portanto, é visível que a internacionalização das estruturas materiais das relações de mercado e de produção também se estende às superestruturas das relações do poder burguês. As burguesias das periferias sofrem, desse modo, uma oscilação ideológica e utópica, condicionada e orientada a partir de fora. (FERNANDES, 2006, p. 366).

Incorporando essa lógica, teóricos, principalmente dos países dependentes, começam a discutir sobre a questão da inclusão digital, que seria a inclusão dos indivíduos na Sociedade da Informação, compreendendo a sua participação e acesso ao complexo e heterogêneo conjunto de bens, aplicações e serviços advindos das TIC e utilizados para produzir, distribuir, processar e transformar a informação. No Brasil, um dos órgãos públicos pioneiro, responsável em promover essa “inserção” do indivíduo na Sociedade da Informação foi o Instituto Brasileiro em Informação Científica e Tecnológica-IBICT, vinculado ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-CNPq, que desenvolveu e implementa, até hoje, vários programas de inclusão digital.

Os diversos teóricos que defendem a ideia da consolidação da sociedade da informação, na tentativa de convencimento de uma nova ordem, entre os quais destacam-se: CASTELLS, 2010; CRONIM; MCKIM, 1999; MATTELART, 1994; BOTELHO; BATISTA; AMARAL, 1994, reforçam a tese de que o conhecimento se

torna um bem imaterial, inesgotável e intangível. Como Ver Gandy (1992) citado por Katz (1995) afirma:

Nos debates teóricos da “economia da informação”, discute-se a tendência à gratuidade da mercadoria informação como uma característica associada à natureza específica de um bem imaterial, que não se destrói ao ser consumido e é incomensurável em unidades correntes. (VER GANDY, 1992 apud KATZ, 1995, p. 111).

Nesse sentido, o Brasil, tentando inserir-se nesta nova dinâmica, apresenta o seu projeto Sociedade da Informação, cujo objetivo central consistia em:

Desenvolver um conjunto de ações que permitam a discussão da construção da sociedade da informação, contribuindo com o desenvolvimento das áreas estratégicas do país. Ressalta-se que o referencial dessas ações será sedimentado no novo paradigma de “conhecimento como bem econômico” e de informação estratégica para o desenvolvimento. (FERREIRA; TARAPANOFF, 1999, p.35).

Botelho, Batista e Amaral, (1994), reafirmam que o valor econômico da informação parte do pressuposto de que a mesma gera conhecimento e este, quando acumulado, possibilita a produção científica e tecnológica responsável pela geração de bens e serviços de um país.

Assim, percebe-se que o projeto Sociedade da Informação, no Brasil, está fortemente imbricado com o projeto neoliberal que orienta a sua atuação, “cujo objetivo principal é inserir o país na competitividade da economia mundial globalizada, embora se saiba que o que vem ocorrendo é uma inserção seletiva e subordinada.” (SILVA; YAZBEK; GIOVANNI, 2004, p.24).

O contexto dessa situação pautou-se na prioridade absoluta às áreas e setores econômicos considerados dinâmicos, aspecto este incorporado pelo então governo de Fernando Henrique Cardoso-FHC (1995-2000). Nas décadas de 1980/1990, a reforma do Estado esteve na agenda de governos em todo o mundo, refletindo mudanças nas demandas da sociedade. Além disso, conforme Melo (1999, p. 13), o governo FHC adotou, como princípio organizador das políticas públicas, a instituição da Boa Governança, uma ação pública como fixação de regras do jogo estáveis e universalistas, e teve, como um dos efeitos desta sua ação, as políticas compensatórias dos custos sociais da estabilização.

Novos modos de gestão pública foram então buscados adotando-se critérios gerenciais de descentralização e de governança, entre outros. Estes novos modos de governar pressupuseram um ambiente de informações mais gerenciado e

com mais atores envolvidos; logo, mais complexo e com mais tecnologia. (MALIN, 2003).

O discurso neoliberal é elemento constituidor dessa racionalidade. Está incorporado tanto ao conjunto das relações sociais, das quais é o suporte e o garantidor, quanto às tecnologias [...]. Esse discurso transforma os opositores ao projeto neoliberal em adversários do progresso e da modernidade, em irracionais. O domínio ideológico, exercido universal e irrestritamente pela mídia e pelos programas governamentais, torna invisível para o conjunto da população a situação de exclusão radical a que ela está submetida. (MOTA, 2005, p. 14).

Nesse sentido, todo o estudo que culminou com a compilação do documento “Sociedade da Informação no Brasil: Livro Verde”, marco inicial do processo de inclusão dessa temática na agenda pública brasileira, traz, em seu início, os indícios dos objetivos do projeto:

O caminho rumo à sociedade da informação é repleto de desafios em todos os países. Contudo, em cada um, o desafio reflete uma combinação singular de oportunidades e de riscos. Todos os países caminham, voluntária ou involuntariamente, rumo à sociedade da informação. Compete a cada um encontrar sua rota e suas prioridades. [...]Urge, portanto, buscar meios e medidas para garantir a todos os cidadãos o acesso equitativo à informação e aos benefícios que podem advir da inserção do País na sociedade da informação. (TAKAHASHI, 2000, p. 31).

Essa visão é muito clara, na introdução da versão brasileira, ao apontar, destacadamente, os três grandes fenômenos que estariam na origem das mudanças que ora se processam na sociedade: a convergência da base tecnológica, a dinâmica da indústria e o crescimento da Internet. É essa conjuntura que favorece o florescimento do debate e o desenvolvimento da experiência brasileira no que se refere à sua inserção na chamada Sociedade da Informação.

A discussão inicia-se, como anteriormente apontamos, com o então Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, e seu Programa de Governo, denominado “Avança Brasil”, no qual, entre as diretrizes básicas, constavam: a consolidação da estabilidade econômica; a promoção do crescimento econômico sustentável, geração de empregos e oportunidades de renda; a eliminação da fome, o combate à pobreza e à exclusão social; a melhoria da distribuição de renda; a **consolidação dos centros de excelência em** saúde, educação, meio ambiente, **informática e informação**, ciência e engenharia de materiais, biologia molecular informacional e estrutural, agricultura e agronegócios. (CARDOSO, 1998, grifo nosso).

Tais diretrizes são reforçadas pelo então Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia, o Embaixador Ronaldo Mota Sardenberg:

Alavancar o desenvolvimento da Nova Economia em nosso país compreende acelerar a introdução dessas tecnologias no ambiente empresarial brasileiro, objetivo de um dos mais ambiciosos programas do Avança Brasil: o Programa Sociedade da Informação, que resulta de trabalho iniciado em 1996 pelo Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia. Sua finalidade substantiva é lançar os alicerces de um projeto estratégico, de amplitude nacional, para integrar e coordenar o desenvolvimento e a utilização de serviços avançados de computação, comunicação e informação e de suas aplicações na sociedade. Essa iniciativa permitirá alavancar a pesquisa e a educação, bem como assegurar que a economia brasileira tenha condições de competir no mercado mundial. (SARDENBERG apud TAKAHASHI, 2000, p. 6).

Posteriormente ao lançamento do Programa de Governo “Avança Brasil”, que já sinalizava para esse sentido, o que vai representar o marco legal e regulatório para a inserção do Brasil no Programa Sociedade da Informação, além do Decreto no. 3294, de 15 de dezembro de 1999, que institui o Programa Sociedade da Informação, com o objetivo de viabilizar a nova geração da Internet e suas aplicações em benefício da sociedade brasileira, é a publicação, em 2000, do “Livro Verde”, conforme assinalamos anteriormente. O “Livro Verde” é um documento com 203 páginas, organizado pelo *expert* em tecnologia, Tadao Takahashi, e viabilizado com o apoio do Ministério da Ciência e Tecnologia, no Governo Fernando Henrique Cardoso, por meio do auxílio de mais de 300 pesquisadores e estudiosos da área, (CARVALHO, 2007), constituído por representantes do meio acadêmico e da iniciativa privada.

No “Livro Verde” está assinalado que o objetivo do Programa Sociedade da Informação é integrar, coordenar e fomentar ações para a utilização de tecnologias de informação e comunicação, de forma a contribuir para a inclusão social de todos os brasileiros na nova sociedade e, ao mesmo tempo, contribuir para que a economia do país tenha condições de competir no mercado global. A execução do Programa pressupõe o compartilhamento de responsabilidades entre os três setores: governo, iniciativa privada e sociedade civil. (TAKAHASHI, 2000, p.35). Para tanto, irá desdobrar-se em sete grandes Linhas de Ação (ver Quadro 1):

Cada linha de ação do Programa deverá, por sua vez, ser traduzida em um conjunto de ações concretas com planejamento, orçamento, execução e acompanhamentos específicos.

Quadro 1 - Linhas de Ação do Programa Sociedade da Informação

Linhas de ação	Descrição
Mercado, trabalho e oportunidades	Promoção da competitividade das empresas e expansão das pequenas e médias empresas; apoio à implantação de comércio eletrônico e oferta de novas formas de trabalho por meio do uso intensivo de tecnologias de informação e comunicação.
Universalização de serviços e formação para a cidadania	Promoção da universalização do acesso à Internet, buscando soluções alternativas com base em novos dispositivos e meios de comunicação; promoção de modelos de acesso coletivo ou compartilhado à Internet e fomento a projetos que promovam a cidadania e a coesão social.
Educação para a sociedade da informação	Apoio aos esquemas de aprendizado, de educação continuada e à distância, baseados na Internet e em redes, através de fomento ao ensino, autoaprendizado e certificação em TIC; implantação de reformas curriculares visando ao uso das TIC em atividades pedagógicas e educacionais em todos os níveis da educação formal.
Conteúdos e identidade cultural	Promoção da geração de conteúdos e aplicações que enfatizem a identidade cultural brasileira e as matérias de relevância local e regional; fomento a esquemas de digitalização para a preservação artística, cultural, histórica e de informações de C&T, bem como a projetos de P&D para geração de tecnologias com aplicação em projetos de relevância cultural.
Governo ao alcance de todos	Promoção da informatização da administração pública e do uso de padrões nos seus sistemas aplicativos; concepção, prototipagem e fomento a aplicações em serviços de governo, especialmente os que envolvem ampla disseminação de informações; fomento à capacitação em gestão de tecnologias de informação e comunicação na administração pública.
P&D, Tecnologias-chave e aplicações	Identificação de tecnologias estratégicas para o desenvolvimento industrial e econômico e promoção de projetos de P&D aplicados a essas tecnologias nas universidades e no setor produtivo; concepção e indução de mecanismos de difusão tecnológica; fomento a aplicações piloto que demonstrem o uso de tecnologias-chave; promoção de formação maciça de profissionais, entre eles os pesquisadores, em todos os aspectos das TIC.
Infraestrutura avançada	Implantação de infraestrutura de informações integrando as diversas redes – governo, setor privado e P&D; adoção de políticas e mecanismos de segurança e privacidade; fomento à implantação de redes de processamento de alto desempenho e à experimentação de novos protocolos e serviços genéricos; transferência acelerada de tecnologia de redes do setor de P&D para as outras redes; e fomento à integração operacional.

Fonte: TAKAHASHI, Tadao (org.). **Sociedade da Informação no Brasil**: Livro Verde. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000.

Com base nas linhas de ação do Programa Sociedade da Informação, Carvalho (2007) observa:

Com um atraso de cinco anos em relação à Europa e aos EUA, o Brasil busca consolidar, formalizar e, quiçá, legitimar uma política de desenvolvimento e fomento à organização do Estado, da iniciativa privada e do Terceiro Setor na área das tecnologias da informação e comunicação, passando pela natureza social, política, econômica e cultural que o debate requer. A elaboração do Programa Sociedade da Informação (SocInfo) busca estabelecer critérios para fomento e utilização das TIC e sua integração na vida social. O Programa desenha uma realidade tecnológica brasileira e pretende definir eixos para a relação entre tecnologia e educação, convergência tecnológica e identidade nacional, produção de conteúdo e memória (acervo). Ao diagnosticar a realidade cultural, política, social e econômica do emprego das tecnologias no país e estabelecer condições para avanço, modernização e opções estratégicas em médio e longo prazo nessas áreas, os atores envolvidos na formulação do Programa fazem escolhas e geram um conteúdo que deve ser compreendido e interpretado.

Pautando-nos nessas asseverações, conseguimos identificar que, embora no processo de constituição desta agenda, atores visíveis e invisíveis (estes com uma atuação preponderante) participem efetivamente, verificamos que sua definição teve como foco principal a própria política. Ou seja: percebemos, conforme Souza (2006, p. 30), que, persuasivamente, vem-se construindo uma consciência coletiva sobre a inserção do país na sociedade da informação (ou sobre a questão da inclusão digital) como fator poderoso e determinante na definição da agenda e como uma forma para a construção do consenso no que se refere à adoção dessa política. Constata-se também que, se tomarmos como parâmetro as estratégias de Dye (2005), percebe-se claramente a adoção do modelo *top down*, numa investida elitista e institucionalista centrada na autonomia do Estado, destacando-se a ação das elites políticas, de modo que a burocracia estatal desenvolveu papel essencial na formulação dessa política.

Carvalho (2007) acrescenta que, notadamente, técnicos, pesquisadores, especialistas do governo e de empresas foram convidados para os grupos de trabalho. Não houve, contudo, um debate amplo com a sociedade por meio de consultas ou audiências públicas. Reduziu-se, dessa forma, a possibilidade de diálogo e participação da classe trabalhadora na definição estratégica do país sobre uma política essencial para o desenvolvimento do amplo acesso à rede, constituindo-se, assim, em uma agenda formal que não fez parte de uma agenda sistêmica, embora, na atualidade, esse debate venha circulando e se consolidando na sociedade brasileira.

Mesmo assim, Carvalho (2007) questiona a participação do Brasil nesse projeto, argumentando:

A forma como foi construído o documento que se tornou a política pública mais importante do início desta década para a área de tecnologia, informática e comunicações, no Brasil, mostra que o programa fora elaborado por “encomenda” e às pressas.

Por encomenda de quem? O Brasil estava atrasado com relação a diversos países em desenvolvimento, para não mencionar os desenvolvidos, na definição de objetivos, estratégias e metas para seu ingresso na “Sociedade da Informação” global. Era preciso criar um ordenamento para o crescimento e a forma de uso das tecnologias no mercado interno, ao mesmo tempo em que havia uma pressão internacional para a explicitação de regras para parcerias com outros países, especialmente para assegurar garantias de investimento de empresas da área de informática. Sinteticamente, posso inferir que o Programa não foi elaborado para o Brasil. Duas constatações guiam meu raciocínio: a implementação do Programa e a participação social na formulação.

Dessa forma, verificamos que, na verdade, o Programa foi elaborado muito mais para criar condições para um ambiente regulatório das TIC, com vistas aos investimentos privados internos e externos, ao mesmo tempo em que se configura como um desdobramento das políticas de telecomunicações no período pós-privatização, ou seja, incorpora o espírito neoliberal que o Estado Brasileiro adotou nas últimas décadas.

Enfim, não foi uma demanda do conjunto da classe expropriada que procura o acesso à informação que provocou a constituição de uma agenda no país para a inserção do Brasil na discutida sociedade da informação, mas o suporte ideológico neoliberal e a dinâmica estrutural do capital que consolidaram, no Governo FHC e, posteriormente, nos governos que o sucederam, o novo modelo de acumulação orientado para a modernização e a inserção da economia brasileira no mundo globalizado.

2.2 A inclusão digital e o fetichismo da Internet

Sorj (2003, p. 37), em suas análises sobre o fenômeno da Internet, explica que:

A Internet surge num momento em que o capitalismo passava por uma profunda transformação do sistema produtivo e social, na qual ela funciona como catalisador, acelerador, potencializador e reordenador. É importante, contudo, enfatizar que a telemática, per si, não é condição suficiente para tais transformações nem foi sua condição necessária. O esquecimento da história social recente do capitalismo tem levado vários autores a um determinismo tecnológico, à glamourização da Internet e a uma visão irrealista das condições sociais dentro das quais a telemática funciona e impacta nas pessoas.

As novas Tecnologias de Informação e Comunicação, principalmente no que se refere à Internet, criam nas pessoas a expectativa de que “elas realmente podem ser, fazer e ter mais do que sempre foram, fizeram e tiveram.” (NASCIMENTO, 2011, p.44). Esse “determinismo tecnológico” e essa “glamourização”, à qual Sorj (2003) se refere para explicar o fenômeno das TIC, leva ainda a pensar que a “estrutura social mudou, acompanhando mudanças ocorridas na base de produção capitalista [...]” Porém, nada disso ocorre sem que os interesses de classe estejam presentes, determinando cada utilidade tecnológica. (NASCIMENTO, 2011, p. 44).

Nesse contexto, a Internet, então, assume papel de mercadoria, de modo a estabelecer uma relação social entre pessoas mediatizada por coisas ou até por ela mesma. A sua utilidade atual, que a comporta como um produto apenas humano, deixa de existir e a Internet torna-se, portanto, um objeto de adoração, dotado de um valor simbólico. Desse modo, o ser humano não se contenta em comprar o real, deseja a transcendência divina que determinado artefato apresenta. Como mercadoria, a Internet ganha vida própria e deixa de se relacionar com o trabalho.

Nessa perspectiva, Nascimento (2011, p. 48) salienta:

Essa relação encantadora entre as tecnologias e os seres humanos não representa o fetichismo da tecnologia [ou da internet]. Porém, é importante registrar que suas características futuristas, utilitárias, inovadoras e “mágicas” são partes de um apelo ideológico fundamental para sustentar o caráter fetichista, na medida em que sua sustentação está diretamente vinculada aos elementos descritivos das tecnologias, ou seja, à sua aparência e ao seu conteúdo técnico.

Mas o que seria realmente fetichismo? Para complementar o que entendemos a respeito dessa categoria, adotamos o pensamento de Marx (2006, *passim*), que, em suas análises sobre o fetichismo da mercadoria, descreveu:

O carácter misterioso da forma-mercadoria consiste, portanto, simplesmente em que ela apresenta aos homens as características sociais do seu próprio trabalho como se fossem características objectivas dos próprios produtos do trabalho, como se fossem propriedades sociais inerentes a essas coisas; e, portanto, reflecte também a relação social dos produtores com o trabalho global como se fosse uma relação social de coisas existentes para além deles. [...]. Este carácter fetiche do mundo das mercadorias decorre [...] do carácter social próprio do trabalho que produz mercadorias.

Aliás, Marx salientava também que é próprio do capitalismo criar determinados dogmas. Desde as revoluções burguesas, notadamente a francesa, conceitos, como: liberdade, igualdade e justiça são apresentados como direitos

consolidados e estendidos a todos como garantia de assegurar “cidadania”. Porém, Marx (1843), ao fazer a crítica ao judaísmo, advertia: “[...] os chamados direitos humanos, os *droits de l'homme*, [...], nada mais são do que direitos do membro da sociedade burguesa, isto é, do homem egoísta, do homem separado do homem e da comunidade.”

No capitalismo, igualdade se mede em dinheiro e justiça significa o produto entre o dado e o recebido. “Ao mesmo tempo, essas formas jurídicas produzidas pela esfera da circulação mercantil obscurecem o processo de valorização, encobrindo a extorsão de mais-valia e a opressão de classe sob os signos e as luzes da liberdade e da igualdade.” (NAVES, 1997, p. 60).

Marx (1843) complementa: “este homem, membro da sociedade burguesa, é agora a base, a premissa do Estado político. E, como tal, é reconhecido nos direitos humanos.” Ou seja: tornar-se um “cidadão”, tendo acesso aos chamados direitos fundamentais, sem questionar a ordem vigente, nada mais é do que fazer parte de um pacto social⁷ que mantém e reforça o capitalismo. Até porque, tais direitos não são assegurados para todos dentro de um sistema que explora, domina e humilha a classe trabalhadora. Por exemplo: qual o conceito do direito do homem à liberdade na sociedade burguesa? Marx, ainda na obra *A Questão Judaica* (1843), afirmou:

[...] o direito do homem à liberdade não se baseia na união do homem com o homem, mas, pelo contrário, na separação do homem em relação a seu semelhante. A liberdade é o direito a essa dissociação, o direito do indivíduo delimitado, limitado a si mesmo.

A aplicação prática do direito humano da liberdade é o direito humano à propriedade privada.

[...]

O direito humano à propriedade privada, portanto, é o direito de desfrutar de seu patrimônio e dele dispor arbitrariamente (*à son gré*), sem atender aos demais homens, independentemente da sociedade, é o direito do interesse pessoal. A liberdade individual e essa aplicação sua constituem o fundamento da sociedade burguesa. Sociedade que faz com que todo homem encontre noutros homens não a realização de sua liberdade, mas, pelo contrário, a limitação desta.

⁷ Rousseau (2011, p. 67, grifos do autor), na parte que intitula “Pacto Social”, contida na obra “Do contrato social”, inclusive fazia distinção entre cidadão e súditos. “Essa pessoa pública, que se forma assim pela união de todas as outras, tomava antigamente o nome de **Cidade** e toma agora o de **República** ou de **corpo político**, que é chamado por seus membros de **Estado**, quando é passivo, **Soberano**, quando é ativo, e **Potência**, quando comparado a seus semelhantes. Quanto aos associados, eles tomam coletivamente o nome de **povo** e se chamam em particular de **Cidadãos**, enquanto partícipes de uma autoridade soberana, e **Súditos**, enquanto submetidos às leis do Estado. Mas esses termos frequentemente se confundem e são tomados um pelo outro. Basta saber distingui-los quando são empregados com toda a sua precisão.”

É claro que a teoria de Marx não se limitou somente à crítica da religião judaica e, quando o fazia, criticava muito mais a organização societal do que a religião em si. Entretanto, tal análise e contribuição teórica devem ser constantemente retomadas e atualizadas para o perfeito entendimento da existência genérica do homem. Além do mais,

Se o jovem Marx partiu da crítica da religião para a crítica da economia política como um importante passo para o desvelamento do enigma do dinheiro e, portanto, dos mecanismos de acumulação do capital, um importante passo para nós, hoje, em nossos dias, seria, a partir da crítica da forma-mercadoria, da qual o próprio dinheiro é sua expressão universal, desenvolvermos a crítica da cultura tecnológica, onde, no caso da Internet, tende a incorporar e ser a materialização da forma-dinheiro, não apenas com todas as suas manifestações negativas de fetichizações, mas de realidades (e possibilidades) de denúncia da miséria capitalista e de realização, mesmo que incompleta, da essência humano-genérica. (ALVES, 2000).

Logo, o fato de o produto exercer um controle – sobrenatural até – sobre o comprador, fazendo com que desapareça a relação do homem com o trabalho é, para a teoria marxista, o sentido atribuído para o fetichismo da mercadoria “como se fosse uma relação social de coisas existentes para além deles” (MARX, 2006). Muito além daquele do valor de uso, ou seja, a finalidade a que se destina o produto. Isso importa em afirmar que os “incluídos”, no contexto da Internet, “serão aqueles capacitados a utilizar as novas tecnologias e os que possuírem acesso a elas, ocultando a exploração do homem pelo homem inerente ao processo produtivo, reificando-o.” (SOARES, 2007, p. 52). Goldmann (2008, p. 122) apresenta uma análise elucidativa sobre a reificação:

O fenômeno social fundamental da sociedade capitalista: a transformação das relações humanas qualitativas em **atributo quantitativo das coisas inertes**, a manifestação do trabalho social necessário utilizado para produzir certos bens como **valor**, como **qualidade objetiva desses bens**; a reificação que, em seguida, estende-se progressivamente ao conjunto da vida psíquica dos homens, na qual ela faz o abstrato e o quantitativo predominarem sobre o concreto e o qualitativo. (Grifo do autor).

Na sociedade capitalista, o processo de produção autonomiza-se com relação à vontade do ser humano, ou seja, a teoria de Marx assinala que o fetichismo da mercadoria é algo intrínseco à produção de mercadorias. A emancipação do homem, ou seja, o horizonte que a teoria de Marx apresenta só será configurado se abolirmos a propriedade privada dos meios de produção, transformando-os em propriedade coletiva numa livre associação de indivíduos, o

que fará com que o ser humano passe a controlar de maneira consciente o processo de produção, fazendo desaparecer tal autonomização, preservando o valor de uso dos produtos e encerrando o caráter mercantil desses bens. Isso significará uma revolução nas relações de produção e de distribuição dos meios de vida.

A concepção filosófica e política de Marx não priva homem algum de possuir os produtos criados pela sociedade, mas, sim, abomina qualquer poder de subjugar o trabalhador do que ele próprio produziu, isto é, a apropriação indevida a partir da exploração dos que não detêm os meios de produção.

O que se coloca é uma superação das relações alienantes nas quais o homem está imerso. No contexto das TIC, e, principalmente, da Internet, devemos ter em mente que:

Uma das características do capitalismo, a fonte essencial de sua eficácia, reside na obstinada incorporação das capacidades dos trabalhadores no seu maquinismo social. Exatamente nesse sentido, o capital não é um parque de máquinas ou de computadores em rede, mas uma relação social de dominação [...]. Por querer sublinhar a todo preço as novidades do seu funcionamento, as teses sobre o capitalismo cognitivo terminam por esquecer que essas mutações não provocam o desaparecimento das contradições do capitalismo, mas as tornam cada vez mais palpáveis. (HUSSON, 2001, p. 126).

Não se pode desconsiderar ainda que o fascínio exercido pelas novas tecnologias não é característica apenas do atual momento histórico da chamada "Sociedade da Informação". Tal fascínio já existiu em diversas outras épocas, presentes em diversos momentos históricos que representaram avanços tecnológicos da Humanidade. Podemos perceber também "que o discurso ufanista que interpreta a natureza das atuais sociedades da informação ocorre em simultâneo", conforme já destacamos no item anterior, "com a emergência da hegemonia do pensamento econômico de linhagem liberal/conservadora que se instala, nos principais países do mundo ocidental, a partir dos anos 80." (MATTOS, 2006).

Além disso, no contexto da política de inclusão digital, a consequente inserção do Brasil na Sociedade da Informação revela, pelo menos inicialmente, que há muito mais empolgação dos decisores políticos do que ações efetivas que possam envolver todo o conjunto da classe trabalhadora na possibilidade da emancipação humana. Principalmente, porque, o viés liberal tem limitado essa política numa perspectiva muito mais de favorecimento da reprodução do capital, orientada por interesses que vão do estímulo ao consumo das TIC ao uso dos

projetos de inclusão digital como *marketing* social. Observa-se, assim, um discurso e uma prática muito bem estruturados nessa direção. Soares (1999) confirma tal afirmação:

Mantendo um modelo envolvente de aparências democráticas, o novo sistema de comunicação de massa privilegia o discurso essencialmente ideológico, pela distorção, deturpação, omissão e cumplicidade, produzindo um estado de alienação social generalizado. Trata-se de um modelo de lavagem cerebral psicossocial cujos resultados diferem do fanatismo apenas pelo ilusionismo libertário que costuma ambientá-los.

Desse modo, no discurso da ideologia dominante, a inclusão digital não se configura como uma ameaça ao capital; na verdade é mais uma alternativa de amortecimento das lutas de classes por meio do fetichismo tecnológico. Soares (1999) complementa esse argumento advertindo, também, para a questão da divisão do mundo capitalista em dois blocos e na crítica à suposta “nova ordem mundial”:

A importância desse processo não está apenas no fato de existir uma ordem mundial de informação concentrando as grandes agências de notícias nas sociedades centrais e reproduzindo o modelo capitalista que divide o globo em dois blocos: o das metrópoles e o das colônias. Não é para levar a sério a gritaria queixosa dos países do terceiro mundo contra essa ordem e exigindo uma nova ordem de informação. Isso deve ser entendido como disfarce ideológico das elites das colônias para mascarar sua verdadeira função: a de interiorizar a dependência nos países de soberania folclórica que se concentram no bloco colonial. (SOARES, 1999).

Ademais, “o aumento da influência da informação na economia não significa, de maneira nenhuma, a conversão do capitalismo numa ‘Sociedade da Informação’ [...]”, assinala Katz (1995, p. 7). A dita Sociedade da Informação é uma sociedade de classes economicamente regulada pela lei do valor e socialmente assentada na exploração do trabalho e na extração da mais-valia. E, como tal, no capitalismo, o objetivo da produção não consiste na satisfação das necessidades humanas, mas na obtenção de lucro.

A Sociedade da Informação tem em si um potencial de contradição: valoriza o fator humano no processo produtivo pela possibilidade de transformar a informação e o conhecimento em capital cognitivo, apesar de não alterar a sua natureza de reprodução, mas, simultaneamente, desqualifica os novos “analfabetos” das tecnologias da informação, o que origina uma nova classe de “excluídos”, apesar de termos a consciência de que o fato de incluí-los, sem um projeto de emancipação humana para a classe trabalhadora, em nada vai contribuir para alterar as formas de dominação e exploração do capitalismo. É certo que a inclusão digital,

permitindo o acesso à Internet e conseqüentemente a informações que não reproduzam o modelo social vigente, traz em si alguma possibilidade revolucionária, podendo gerar processos que desencadeiem tal ação, mas enquanto as políticas públicas se limitarem apenas a criarem condições para que o capitalismo se amplie e acentue mais ainda o seu caráter destrutivo, o caminho a ser percorrido para a emancipação humana tornar-se-á cada vez mais difícil e complexo.

De acordo com Nascimento (2011, p. 52), é preciso compreender ainda que:

A análise das novas tecnologias no campo do materialismo histórico-dialético é uma possibilidade concreta de ir para além da ideologia de progresso técnico que alimenta o fetichismo tecnológico e [...] [entender] as implicações sociais da inserção das novas tecnologias nos mais variados setores de produtos e serviços no conjunto da reestruturação do capital.

Merece especial atenção, também, o fato de que, em função do domínio ideológico exercido universal e irrestritamente pela mídia e também pelos programas governamentais de inclusão digital, que são encarregados de “popularizarem determinados temas e de criarem vantagens alinhadas com os ideais de equalização social, democratização de oportunidades e empregabilidade, linguagem essa própria do vocabulário neoliberal”, é amortizada a situação de exclusão radical à qual o conjunto da classe trabalhadora está submetido. Cenário tal, que não só explica, mas que é específico do processo de reestruturação produtiva em reação à atual crise capitalista. (NASCIMENTO, 2011, p. 52). Na verdade, “na era pós-fordista, a inclusão digital se apresenta, [...], como uma das formas utilizadas pelos capitalistas para integrar a classe trabalhadora no seu projeto socioeconômico.” (SOARES, 2007, p. 6).

Assim, o que constatamos é que, embora as TIC, e especificamente a Internet, sejam apresentadas como uma panaceia ao conjunto da classe expropriada, tais tecnologias não são, e nunca foram, produzidas destinadas à real satisfação das necessidades humanas; são muito mais comprometidas com o ideário neoliberal, o que deixa a classe expropriada cada vez mais impedida de sua emancipação.

Nesse sentido, a sociedade da informação está posta para mascarar, ou não enxergar, a dominação que existe. As TIC estariam, então, a favor dos excludentes e não dos excluídos. As informações que proliferam nas redes de informação e comunicação, diga-se Internet, estão muito mais a favor da

preservação do conhecimento da classe dominante do que o contrário, o que nos leva a concluir que não é a exclusão digital que impede ou obstaculariza o acesso à informação e a processos emancipatórios. A exclusão digital, assim como a exclusão social, são consequências da lógica cruel do capitalismo. Trata-se, portanto, de sair do encantamento produzido pelo discurso da ideologia dominante que envolve as TIC, a saber: a dominação cega, própria do capitalismo.

2.3 O nó da trama da exclusão digital: o Estado e o capital como protagonistas da política brasileira de inclusão digital

Para compreender a problemática que se insere entre a polarização da inclusão e exclusão digital e a questão da desigualdade social, cabe, inicialmente, apresentar o que alguns autores entendem por exclusão digital. Para Nardelli (2008), representa:

O nome técnico do abismo que separa as pessoas que têm acesso aos recursos das TIC's - Tecnologias de Informação e Comunicação daquelas que não têm. Uma realidade definitivamente presente nos países periféricos, onde esse fenômeno caminha lado a lado com a realidade da exclusão social. (NARDELLI, 2008).

Entretanto, Sorj e Guedes (2008, p. 3), procurando abordar o assunto de forma mais ampla, apontam que:

A exclusão digital não se refere a um fenômeno simples, não se limita ao universo daqueles que têm versus ao daqueles que não têm acesso a computador e Internet, dos incluídos e dos excluídos, polaridade real, mas que por vezes mascara os múltiplos aspectos da exclusão digital. A razão é simples: a oposição acesso/não acesso é uma generalização razoável somente em relação a certos serviços públicos (como, por exemplo, eletricidade, água, esgoto) e bens tradicionais de consumo intermediário (a relevância do tipo/qualidade de TV, geladeira, telefone ou carro é secundária, embora, para a população pobre, o custo da ligação limita sobremaneira o uso de telefone ou o custo da gasolina, o uso do carro).

Complementando, Sorj e Guedes (2008, p.1) acrescentam: “exclusão digital se refere às consequências sociais, econômicas e culturais da distribuição desigual no acesso a computadores e Internet.”

Observa-se, entretanto, que os autores e os defensores das chamadas classes excluídas, e estas não se limitam ao ambiente digital, parecem não enxergar que, na verdade, os excluídos estão nessa condição, não pelo simples fato de terem ou não terem acesso, mas, sim, por não possuírem meios de produção. O processo

que cria o sistema capitalista consiste apenas no processo que retira do trabalhador a propriedade de seus meios de trabalho, um processo que transforma em capital os meios sociais de subsistência e os de produção e converte em assalariados os produtores diretos. A chamada acumulação primitiva é esse processo histórico que dissocia o trabalhador dos meios de produção. É considerada primitiva porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção capitalista. (MARX, 1989). Por isso, Marx e Engels (2001, p.23), desde o Manifesto do Partido Comunista, deixam muito claro que a luta de classes é o motor da história, ou seja, é preciso que o conjunto da classe despossuída (termo adotado por Engels, 1888) tenha em mente um projeto de emancipação humana.

O mesmo Engels, em suas análises sobre a questão da habitação, no final do século XIX, alertava que essa condição (da classe despossuída) só poderia ser superada se houvesse mudança nas relações sociais de produção. Embora sua análise se limitasse à habitação, a contribuição do seu estudo serve, até hoje, para o entendimento da condição de exclusão na sociedade atual. “Ora, um pressuposto absoluto do modo de produção capitalista é a existência de uma verdadeira e não pretensa classe despossuída, que não tem nada a vender a não ser a sua força de trabalho [...]” (ENGELS, 1988, p. 37).

Assim, incluir, na perspectiva da classe dominante, nada muda, permanece inalterado o modo de produção capitalista e só reforça a sua manutenção e conseqüente expansão. Seria como desconsiderar que, ao possibilitar a inclusão, a classe dos excluídos ou dos despossuidores de meios de produção próprios⁸ (ENGELS, 1888) continuaria a possuir apenas a sua força de trabalho e em nada alteraria o quadro da ordem social vigente. Marx (2006, p.226) preconizou também que “o trabalho pretérito que se materializa na força de trabalho e o trabalho vivo que ela pode realizar, os custos diários de sua produção e o trabalho que ela depende são duas grandezas inteiramente diversas”. Ou seja: a força de trabalho é a única mercadoria fonte de valor, “de mais valor do que o que tem.” (MARX, 2006, p.227).

Nesse sentido, a contribuição de Soares (2007, p. 68) para a análise da questão da inclusão digital é que:

⁸ Descrição de Engels para a classe trabalhadora inserida no “Prefácio à edição inglesa” do “Manifesto do Partido Comunista” (1888), que compreende o proletariado como a classe dos trabalhadores assalariados modernos, **despossuidores de meios de produção próprios** e obrigados a venderem sua força de trabalho para sobreviverem.

Ao contrário do que se possa imaginar, a transformação dessa realidade depende muito menos de investimentos em equipamentos e muito mais da reforma na mentalidade dos modos de organização e dos hábitos políticos. A maioria das propostas em pauta para alterar a realidade de exclusão a que está condenada grande parte da população, no entanto, o fazem dentro dos limites do capitalismo, na maioria das vezes, inclusive, pensando em sua expansão. A contradição evidente que se coloca entre os interesses do grande capital e da classe trabalhadora permanece intocada e a dominação de uma classe por outra parece cada vez menos ameaçada.

Ao que parece, mesmo depois de mais de um século das proposições de Engels e Marx, a luta de classes não perdeu o sentido, uma vez que o mundo continua dividido entre uma minoria abastarda e uma enorme massa de desprovidos.

Ademais, uma população de trabalhadores excedente é condição necessária para a acumulação e para o desenvolvimento da riqueza capitalista, pois, com o desenvolvimento da produtividade do trabalho, cresce a força do capital e a massa de riqueza cresce e impulsiona novos ramos de produção. Nesses casos, grandes massas humanas têm de estar disponíveis para serem exploradas sem prejudicarem a escala de produção nos ramos já existentes e a indústria moderna e os novos métodos de produção dependem, portanto, da transformação constante de uma parte da população trabalhadora em desempregados. (MARX, 1989).

Mas, se uma população trabalhadora excedente é produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza no capitalismo, ela se torna, por sua vez, a alavanca da acumulação capitalista e mesmo condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível que pertence ao capital de maneira tão absoluta como se fosse criado e mantido por ele. (MARX, 1989, p.733).

Está claro que a Lei Geral da Acumulação Capitalista, assim denominada por Marx, consiste no fato de que quanto maiores o produto social, a capacidade de gerar riqueza e a produtividade do trabalho, de um lado, maiores serão os índices de miséria, pobreza e desemprego, do outro lado. Isso ocorre porque, no capitalismo, o objetivo da produção não consiste na satisfação das necessidades humanas, mas na obtenção de lucro. Atualizando a teoria de Marx para os dias atuais, Bolaño (2005, p.1) faz uma análise explicativa desse processo:

A partir de uma acumulação primitiva de conhecimento, tão fundamental ao desenvolvimento capitalista quanto a acumulação primitiva do capital, será possível elevar brutalmente a produtividade do trabalho e, com isso, generalizar o modo de produção capitalista, abrindo espaço para a revolução burguesa e a implantação do Estado liberal. A Terceira Revolução Industrial segue essa mesma tendência. O seu significado profundo está no fato de que as tecnologias da informação e da comunicação (TIC's), entre outras coisas, permitem uma extensa subsunção do trabalho intelectual e a

intelectualização geral dos processos de trabalho tradicionais e do próprio consumo.

Na “Sociedade da Informação”, a informação torna-se objeto imediato de trabalho de grande parte dos indivíduos. Nesse contexto, o trabalho reformula-se. Diminui a importância do trabalho vivo diretamente na produção, no sentido de Marx (2006), diante da automação da produção. Ou como nos apresenta Bolaño (2005, p. 1), “trabalho informacional, trabalho intelectual são expressões adequadas para definir a nova situação em que o que se extrai do trabalhador, como fonte da mais valia, não são mais prioritariamente suas energias físicas, mas mentais.”

Dessa forma, na atualidade, a Internet, Tecnologia de Informação e Comunicação que se tornou, dentre estas, como uma das mais atrativas pelas inúmeras potencialidades que oferece, passou de uma simples curiosidade acadêmica a um meio de comunicação de massas. Segundo Cronim e Mckim (1999, p. 63), viu-se na Internet o meio para a salvação econômica dos países em vias de desenvolvimento, como um novo sistema de informação e comunicação.

Assim, pensou-se, inicialmente, que as diferenças relativas ao acesso à informação entre os vários países poderiam ser eliminadas com o advento da Internet. Entretanto, o que se observa é que esse acesso ainda não está assegurado aos países periféricos e, dentro destes, à sociedade como um todo.

A utilização da Internet, através de programas de inclusão digital, pode ser vista como uma alternativa de grande valor para um maior acesso público à informação. A restrição que existe é no sentido de refletir e perguntar por que UM maior e não O maior acesso público à informação. Considerando as implicações políticas, as quais se encontram vinculadas às econômicas e sociais, que historicamente formaram barreiras para o acesso público, não se pode pensar que a Internet seja, de imediato, a certeza de acesso público ao conhecimento. Não basta fornecer equipamentos de *hardware* e *software* às instituições públicas; precisamos, na verdade, combater algumas mazelas que se formaram ao longo da história, como: o analfabetismo, a fome, a pobreza e o abandono em que se encontra a maioria da população brasileira, iniquidades estas geradas pelo capitalismo.

Ao lado da tão chamada Sociedade da Informação, reside outra, muito mais populosa, que é a sociedade não informada e não conectada. A sociedade brasileira, caracterizada historicamente por alarmantes índices de desigualdades

regionais, sociais e educacionais, não permite generalizar que se está em uma "Sociedade da Informação".

Afinal, em um país com 11,4% de analfabetos entre as pessoas acima de dez anos de idade e com 50,7% da população recebendo até dois salários mínimos, segundo a Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios, realizada pelo IBGE, em 2001, qual o sentido de se falar em exclusão digital? A exclusão digital não seria uma mera decorrência da exclusão social? Seu enfrentamento não seria consequência da melhoria de condições de vida e renda da sociedade? Em outras palavras, até que ponto o combate a essa exclusão seria importante diante de tantas carências? (SILVEIRA, 2008).

Embora a análise de Silveira reporte-se a dados de 2001, tal situação foi praticamente inalterada pelo último Censo realizado em 2010, o que comprova que a taxa de analfabetismo no país reduziu apenas para 9,6% e, ainda em relação aos rendimentos, os dados são praticamente os mesmos: 50% da população recebe menos do que um salário mínimo. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010). Parece que, diante desse quadro, a sociedade brasileira apresenta-se como imatura, sem condições de perceber a importância das TIC como propulsora de desenvolvimento. Não porque estas não possam efetivamente possibilitar o acesso à informação e assim contribuir sobremaneira para a alavancagem econômica, social e política do país, mas porque os indicadores sociais, ao longo do processo de construção da sociedade brasileira, ainda não conseguiram ultrapassar patamares mínimos de garantia de melhoria de condições de vida e renda para a grande maioria da população.

Além disso, é necessário ter em mente as possibilidades emancipatórias que o uso das TIC pode também oferecer, tornando-se urgente a necessidade de promover a inclusão digital a despeito das inúmeras discussões que possa gerar e até por causa delas. Coadunamos com Almeida quando ele afirma que:

[...] a luta para democratizar os meios de comunicação, mesmo sem os empecilhos impostos pelo próprio capitalismo, é crucial para que os novos proletários deste mundo adquiram mais meios de se informarem e organizarem uma alternativa à atual (des)ordem, que nada tem a lhes oferecer além da barbárie nua e crua. (ALMEIDA, 2002, p.154).

É interessante destacar também que, “parece claro que as tecnologias da informação e da comunicação, por si só, não criam revoluções” (SOARES, 2007, p. 66). Por outro lado, Silveira (2006) adverte: as “técnicas, quando inventadas, sempre guardam um pouco das intenções de quem as criou”, o que nos leva a pensar que acreditar no mito da neutralidade científica constitui-se em ato ingênuo. As

tecnologias até “podem ter seu uso desvirtuado ou reconfigurado, mas raramente permanecem neutras.” (SOARES, 2007, p. 66). Assim como os programas sociais de qualquer natureza também não são neutros.

O que se pode apreender, de fato, [...] é que a simples proliferação do uso de computadores conectados em rede, por si só, não garantirá condições de vida melhores para as populações do terceiro mundo, por exemplo. Infelizmente a trajetória de evolução das novas técnicas não é traçada em uma linha reta em direção ao progresso e ao desenvolvimento. As tecnologias são muito mais consequências de relações sociais e históricas dadas e, embora algumas delas, mais do que outras, tragam em seu bojo possibilidades realmente revolucionárias, sua aplicação no cotidiano depende das condições como se impõem os diferentes interesses em jogo. (SOARES, 2007, p. 74).

Nesse sentido, Nascimento (2011, p. 60) também traz sua contribuição, advertindo:

Considerando o cenário emergente e ideológico da sociedade do conhecimento pautado nas novas tecnologias, urge a necessidade de ampliação dos esforços na formação ideopolítica do proletariado, uma vez que há muitos intelectuais de esquerda e movimentos sociais criando projetos de inclusão digital com base na lógica capitalista de geração de oportunidades, a fim de minimizar os índices de exclusão digital nos países de terceiro mundo. Esses movimentos, na verdade, estão atuando numa direção reformista, ou seja, estão travando uma luta inglória para humanizar o capital.

[...]

A ideologia proletária não nega o desenvolvimento tecnológico, mas o concebe a partir de um projeto de emancipação humana. [...] Para construir essa sociedade, a classe trabalhadora não pode continuar pensando com a cabeça da burguesia, ou seja, com o referencial de sociedade que a ideologia burguesa tem sustentado sua dominação sob o conjunto das relações sociais e de produção.

E é justamente essa contradição entre o interesse da classe trabalhadora e o interesse da burguesia que leva este último, na qualidade de Estado, a assumir uma forma independente e separada dos interesses reais do conjunto da sociedade, e a tomar as feições de uma comunidade ilusória. Daí decorre que todas as lutas no interior do Estado são apenas algumas formas ilusórias sob as quais se travam as lutas reais entre as diferentes classes. E o combate prático desses interesses torna necessária a intervenção e a contenção pelo interesse universal ilusório sob a forma de Estado. (MARX; ENGELS, 1998, p. 29). Ou seja: nada mais do que Marx e Engels também afirmavam no Manifesto Comunista sobre a questão da função e do papel do Estado e que se faz mais evidente no atual contexto ocidental do que em qualquer outra época:

A burguesia acabou por conquistar, com o estabelecimento da grande indústria e do mercado mundial, o domínio político exclusivo no Estado

Parlamentar. O executivo do Estado Moderno não é mais do que um comitê para administrar os negócios coletivos de toda a classe burguesa. (MARX; ENGELS, 2001, p. 7).

Porém, esses antagonismos não podem ser solucionados, pois sustentam o próprio dinamismo do capital. São temporariamente remediados pela ação do Estado como estrutura totalizante de um abrangente sistema de controle que é constantemente atualizado, redefinindo e ampliando, ao mesmo tempo, os próprios limites relativos do capital. (MÉSZÁROS, 2002). Dessa forma, compartilhamos ainda com Mézaros (2002) a concepção de Estado como estrutura totalizadora de comando político do capital, capaz de garantir, ao mesmo tempo, a unidade do processo de acumulação e a legitimação da ordem burguesa. Engels (2005, p. 181) acrescenta,

O Estado não é, portanto, de modo algum, um poder que é imposto de fora à sociedade e tão pouco é “a realidade da idéia [sic] ética”, nem “a imagem e a realidade da razão”, como afirma Hegel. É antes um produto da sociedade, quando essa chega a um determinado grau de desenvolvimento. É o reconhecimento de que essa sociedade está enredada numa irremediável contradição com ela própria, que está dividida em oposições inconciliáveis de que ela não é capaz de se livrar. Mas para que essas oposições, classes com interesses econômicos em conflito não se devorem e não consumam a sociedade numa luta estéril, tornou-se necessário um poder situado aparentemente acima da sociedade, chamada a amortecer o choque e a mantê-lo dentro dos limites da “ordem”. Esse poder, surgido da sociedade, mas que se coloca acima dela e que se aliena cada vez mais dela, é o Estado.

É exatamente esse aspecto estrutural que conduz o Estado a se apresentar como a única salvaguarda real dos interesses vitais dos excluídos em cada país. E esses interesses somente serão levados em consideração na medida em que o Estado represente um compromisso real com um projeto popular de inserção econômica, política e cultural senão de todos, pelo menos de grande parte dos seus trabalhadores. Porém o que se observa é que tal compromisso só é assumido pelo Estado capitalista como forma de arrefecer as lutas que problematizam expressões da questão social e ameaçam o equilíbrio dessa forma de organização societal.

Por outro lado, sociedades capitalistas, exatamente por serem geradoras de vulnerabilidades e exclusões sociais, necessitam de políticas públicas que possam amenizar tais iniquidades, principalmente em países que não conseguem ultrapassar os níveis mínimos de desenvolvimento social: caso do Brasil.

Historicamente as políticas sociais neste país sempre ficaram à mercê da “sensibilidade governamental”, dos desmanches dos governantes atuais pelas gestões futuras. A alternância de grupos políticos distintos no comando do Governo leva-nos a perceber que, dentro do grupo político que se encontra no poder, cada segmento procura demarcar sua gestão desativando alguns programas do governo anterior para abrir espaços para suas próprias propostas. Na verdade, observa-se que não são políticas de Estado, mas políticas de governo focalizadas e restritas do ponto de vista do financiamento, em correspondência com os interesses emanados da lógica do capitalismo neoliberal.

Aliás, nessa questão relativa aos desmanches políticos, no contexto da proteção social no Brasil, Sposati (2002), ao apresentar os motivos pelos quais o *welfare state* não foi vivenciado em sociedades com características semelhantes às do Brasil, argumenta:

As políticas sociais nestes países, e no último quartil [sic] do século XX, se caracterizam por: [...] fragilidades de continuidade dos direitos sociais ou de sua permanência ou do modo de sua permanência na agenda pública, já que se tornam dependentes da “sensibilidade política” do grupo no governo e não, efetivamente, resultado de conquistas consolidadas reclamáveis nos tribunais como direitos não efetivados pelo Estado. (SPOSATI, 2002, p.2).

De acordo com Pochmann (2004), isso significa dizer também que, para o Brasil, como para os demais países que não fazem parte do centro do capitalismo mundial, o exame acerca da proteção social exige atentar primeiramente para a condição de pertencimento à periferia econômica, prisioneira do subdesenvolvimento. O autor salienta que:

Mesmo tendo avançado consideravelmente no processo de industrialização durante o século XX, por exemplo, o Brasil não foi capaz de abandonar as principais características do subdesenvolvimento, tais como: a disparidade na produtividade setorial e regional e a permanência de grande parte da população prisioneira de condições precárias de vida e de trabalho. (POCHMANN, 2004).

Outra contribuição que caracteriza esse momento particular do nosso país e que merece ser ressaltada é a de Frederico (2008, p.178) quando adverte:

A nossa, digamos assim, “modernidade à brasileira” contém o pior dos dois mundos: as desvantagens do subdesenvolvimento, que não chegou a conhecer o *Welfare State*, acrescidas da selvageria do capitalismo financeirizado. A crise de acumulação, vivida pelo sistema de mercadorias, acena para um longo período de barbárie na periferia, cuja face mais visível é o desemprego e suas sequelas: a marginalidade e a violência urbana.

Deve-se salientar, ainda, que, nos preceitos da ideologia neoliberal, “a raiz do problema do desemprego contemporâneo estaria apenas no baixo nível de qualificação do trabalhador, que não demonstra condições de lidar com as novas tecnologias (microeletrônica, informática etc.), nem apresenta os requisitos exigidos pelas atuais técnicas de organização.” Assim, no mundo pós-fordista, o trabalhador “necessita comprovar sua competência profissional, exibindo níveis de escolaridade mais elevados. Isto é: ele precisa garantir a sua empregabilidade.” (SOARES, 2007, p. 16). Atendidas essas condições, o mercado encarregar-se-ia de promover o equilíbrio do setor. (JAMESON, 1996, p. 284).

Na atual fase de reestruturação capitalista, “o pleno-emprego enunciado por Keynes (1990, p.30), tão festejado durante a era fordista, já não pode se sustentar”. (SOARES, 2007, p. 16). Desse modo, as políticas neoliberais encarregam-se de impor o conceito de empregabilidade como requisito para inserção do profissional no trabalho, transferindo para os próprios trabalhadores a responsabilidade pelo seu desemprego. (REICH, 2002, p.116).

Nesse contexto, o Brasil, apesar de ser, por quase cinco décadas no século passado, e, principalmente agora com o ideário de desenvolvimento adotado pelo Governo Dilma Roussef, um dos países que mais rápido conseguiram expandir sua economia no mundo, todavia, este país não obteve resultado considerável no âmbito social. Sposati (2002, p. 3, grifo da autora) acrescenta:

O impacto do neoliberalismo **em sociedades de regulação social tardia**, como é o caso da sociedade brasileira, não ocorre nem pelo desmanche social, nem pela redução de gastos sociais. Essas sociedades não viveram o impacto do Estado de Bem-Estar Social (*Welfare State*) fundado no modelo *keynesiano* ou *beverigiano*. Estados ditatoriais não incluíam pactos democráticos de universalização de cidadania. São, portanto, **sociedades carentes de um contrato social alargado**, o que torna uma tensão contínua a construção universal da cidadania e a superação do divisor entre pobres e não-pobres, [excluídos e incluídos]. Pior ainda, o conceito de cidadania é chancelado como luta contra a pobreza o que não afiança direito a ninguém.

Por outro lado, para os teóricos que defendem a alavancagem das TIC para o desenvolvimento social, os dispêndios de políticas públicas não são custos, são investimentos essenciais. Tais teóricos enfatizam que não é preciso nem discutir quão importante é o acesso às TIC para a alavancagem econômica, social e também cultural, pois estas contribuem significativamente para saltos de etapas nas possibilidades de desenvolvimento local e participação no conjunto da economia

nacional. Assim, buscar constantemente a inovação, a criação de competências e o domínio das tecnologias mais avançadas deixa de ser, simplesmente, uma meta para a maioria dos países para se transformar em questão de pura sobrevivência na “nova ordem mundial”. E acrescentam:

Diante dessa realidade, seria de se esperar que governos de países como o Brasil tivessem a inclusão digital como uma de suas políticas públicas prioritárias. Entretanto, seguindo o ciclo perverso do desenvolvimento desigual, a agenda das políticas públicas encontra-se permanentemente congestionada por demandas que tentam resgatar um longo passado de desequilíbrios econômicos e sociais, monopolizando a atenção e recursos do governo federal. (NARDELLI, 2008).

Mesmo diante desse quadro, algumas iniciativas do Governo Federal, principalmente no primeiro mandato do Presidente Lula, tentam enfrentar a exclusão digital através de ações criativas e bem estruturadas, mas que carecem de sinergia com uma política de âmbito local e/ou regional.

Se analisarmos em profundidade os programas, as instituições e os recursos aplicados nos mais variados projetos desenvolvidos, não será difícil concluir que a questão da desigualdade continua a ser um dado eloquente da realidade em nosso país, devido à falta de continuidade desses projetos e de sinergia entre programas e instituições, governos federal, estaduais e municipais.

Tais reflexões soam como instigante advertência com relação a essa questão, levando a crer que as diversas ações pulverizadas do governo federal tendem a incorrer em insucessos, em que pesem as boas intenções e seriedade das pessoas envolvidas no trabalho que vem sendo realizado. (NARDELLI, 2008).

Assim, a partir de 2003, ainda no início do Governo Lula, a mesma lógica que fora adotada pela ideologia da modernidade no governo anterior, o de Fernando Henrique Cardoso, e atualmente consolidada no Governo Dilma Roussef, acentua-se fortemente fazendo com que se tenha um Estado que minimiza a sua responsabilidade social, transferindo-a para a sociedade, como se esta fosse destituída de antagonismos de interesses e responsável pela solução dos problemas sociais mediante práticas de parcerias e de solidariedade.

Mais precisamente em agosto de 2004, na gestão do então Presidente Luís Inácio Lula da Silva, era apresentado à Câmara de Política de Desenvolvimento Econômico o “Programa Brasileiro de Inclusão Digital-PBID”, cujo objetivo pautava-se em ampliar o acesso de “cidadãos”, sobretudo os de baixa renda, às Tecnologias de Informação e Comunicação. Tal programa foi idealizado e concebido abarcando

os seguintes eixos: investimentos em telecentros comunitários; gestão comunitária dos telecentros; e uso de *software* livre. (SARTÓRIO, 2008, p.75).

É interessante destacar que os telecentros comunitários são espaços com computadores conectados à Internet e disponíveis à população, tendo como horizonte a valorização da inclusão digital coletiva, contando com a participação da comunidade e com a atuação do “terceiro setor”. (SARTÓRIO, 2008, p.75).

É bem característico desse período a participação do chamado “terceiro setor” nas políticas governamentais. Isso porque, conforme assinalamos acima, é próprio do projeto neoliberal reduzir a intervenção do Estado nas questões sociais e econômicas visando ao mercado, a fim de solucionar a crise enfrentada pelo capital. Argumentos como o de que o setor público atravessa períodos de crise, com a ausência de recursos para prover a área social e a presença de corrupção e empreguismo exacerbados, justificam o Estado minimizar as questões sociais, dando, então, prioridade ao capital, produzindo necessidades sociais cada vez mais abrangentes.

Em relação ao uso de *software* livre, presente também no objetivo do “Programa Brasileiro de Inclusão Digital-PBID”, cabe esclarecer que ele se constitui em qualquer sistema computacional que permita aos seus usuários, sem o pagamento de taxas de licenciamento, executar, copiar, distribuir, estudar, modificar e aperfeiçoar esse sistema. Opõe-se ao conceito de *software* proprietário, mas não ao de *software* comercial, sendo sua distribuição, de um modo geral, realizada por meio da disponibilização do código-fonte do programa pela respectiva licença de *software* livre. (SARTÓRIO, 2008; SERRA JUNIOR, 2009).

Serra Junior (2009, p. 1) esclarece ainda que:

O uso dos seus produtos e as contribuições dos serviços voluntários de programadores, por meio de entidades não governamentais sem fins lucrativos, não é o suficiente para libertar os países periféricos da dependência tecnológica mundial, que, em seu processo histórico de informatização, tem se aculturado a padrões de *software* estadunidenses.

Ademais, muitos têm sido os defensores do *software* livre como se essa fosse uma alternativa para quebrar a cadeia de produção dos monopólios dos conhecimentos de *software*. Alguns acreditam até que ele se apresente como anticapitalista. Porém, o que se verifica na prática é que esta aparente possibilidade de gratuidade ou de um sistema que não visa ao lucro não se confirma, pois, conforme Serra Junior (2009, p. 17):

Esse novo modelo, baseado na produção colaborativa, permite economia de gastos públicos e privados, o que tem motivado muitas empresas a optarem por essas novas tecnologias. Mas esse novo tipo de produção é também fonte de lucros para grandes novos fabricantes de serviços de informática, que criam novas formas de lucratividade.

Também não podemos perder de vista que as formas ou modalidades de acesso à informação, capazes de possibilitarem a produção de conhecimento, não estão asseguradas para todos. E estas, as formas de acesso, no contexto deste estudo, *softwares e hardwares*, são bens materiais, esgotáveis e tangíveis e nunca foram produzidas, pensando no homem e no seu desenvolvimento social, com vistas a possibilitarem sua emancipação.

As TIC (modalidade de acesso à informação), vistas aqui como frutos de conflitos e interesses, estão vinculadas à lógica do capital, excludente em sua essência. Foram criadas e sobrevivem preocupadas com a produção.

Mesmo assim, o uso do *software* livre tem sido adotado como opção tecnológica do Governo Federal e está contido, inclusive, na orientação estratégica do Governo Lula, expressa no Plano Brasil de Todos (Plano Plurianual – PPA 2004/2007) como um dos preceitos das diretrizes governamentais para a inclusão digital. Presume-se que a escolha por esse tipo de sistema computacional pelos programas governamentais de inclusão digital se dê muito mais em função de uma aparente gratuidade sem fins lucrativos do que de um produto mercadológico, pois, como toda “nova tecnologia”, o uso do *software* livre também comporta um discurso apologético, dotado de uma carga ideológica burguesa muito forte, capaz até de convencer os menos informados.

Ainda em relação ao Plano Brasil de Todos, a orientação estratégica do Governo Lula incluiu no megaobjetivo referente à “Inclusão Social e Redução das Desigualdades Sociais” o desafio de “ampliar o acesso à informação e ao conhecimento por meio das novas tecnologias, promovendo a inclusão digital e garantindo a formação **crítica** dos usuários”. (SARTÓRIO, 2008, p. 75, grifo nosso).

Nesse mesmo plano estão contidas as diretrizes governamentais que devem seguir determinados preceitos para que se alcance a criação de uma infraestrutura pública para a ampliação do acesso à Internet para a consequente inclusão digital. Dentre tais preceitos, para o alcance dos resultados esperados, estão previstos, além do uso do *software* livre, os seguintes:

- escolas e crianças devem ser públicos, prioritários e indispensáveis, porém não exclusivos;
- infraestrutura de inclusão digital para uso público, que venha a ser apropriada pela sociedade e **reduzir desigualdades**, com espaços multifuncionais geridos pela comunidade;
- pluralidade de modelos de iniciativas de inclusão digital, cujas ações devem obedecer a princípios e diretrizes gerais;
- ações governamentais indutivas, normativas e financiadoras, que incluam todas as regiões do país, considerando as especificidades do público e questões regionais;
- a segmentação de públicos específicos não deve constituir exclusão ou discriminação dos demais;
- o público deve ser visto como **sujeito do processo**, não apenas destinatário de serviços;
- estímulo à **produção e à sistematização de conteúdo e conhecimentos locais**;
- priorização dos gastos com **qualificação** do público-alvo;
- comprometimento com o **desenvolvimento local** (social, econômico, político, cultural e tecnológico dos espaços onde as iniciativas de inclusão digital se inserem);
- **sustentabilidade** das iniciativas por meio do estímulo ao uso das tecnologias para o desenvolvimento local;
- integração, no âmbito federal, a outras iniciativas e políticas, incluindo outros níveis de governo, setor privado e sociedade civil, além de possibilidades de cooperação e articulação internacional;
- sistema permanente de avaliação das ações e indicadores de inclusão digital; [...].” (SARTÓRIO, 2008, p. 75, grifo nosso).

Com base em tais preceitos do Plano Brasil de Todos e com a criação do PBID, começam a proliferar programas de inclusão digital, principalmente com a participação do terceiro setor. Para confirmar, basta uma visita ao sítio do Governo Federal de Inclusão Digital (<http://www.inclusaodigital.gov.br/>). Lá, as ações, na tentativa de viabilização da inclusão digital, são consubstanciadas pelos vários programas com esse objetivo. São exemplos concretos: Centros de Inclusão Digital; Computador para Todos; CVT - Centros Vocacionais Tecnológicos; Gesac - Governo Eletrônico Serviço de Atendimento ao Cidadão; Kits Telecentros; Maré - Telecentros da Pesca; Observatório Nacional de Inclusão Digital; Pontos de Cultura - Cultura Digital; Programa Banda Larga nas Escolas; Programa Computador Portátil para Professores; Programa Estação Digital; ProInfo-Programa Nacional de Informática na Educação; Projeto Computadores para Inclusão; Quiosque do Cidadão; Serpro Cidadão; Telecentros Banco do Brasil; Territórios Digitais; TIN-Telecentros de Informação e Negócios; UCA - Projeto Um Computador Por Aluno.

Quase todos esses programas desenvolvem-se em parceria com o Estado, empresas privadas e organizações não governamentais.

É diante desse contexto que é concebido o Projeto Casa Brasil, objeto de nosso estudo, o qual, segundo Vargas (2008, p. 104):

Nasce com a iniciativa de se criar um programa que integre e articule as ações governamentais de inclusão social, com o objetivo de unificar cada iniciativa de inclusão em uma mesma direção e coordenação. Dessa forma, pretendia-se ver a inclusão digital como uma política pública do governo federal.

Assim, após 2003, por decisão do então Presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, todos os programas de inclusão digital passaram a ser coordenados pelo Ministério das Comunicações, conforme descrito abaixo:

A necessidade de integração das ações de inclusão digital vem sendo debatida, há algum tempo, em vários órgãos governamentais, mas ainda não se tem conhecimento de ações concretas que permitam tal integração. Em 2004, o governo federal tentou criar o então denominado Programa Brasileiro de Inclusão Digital (PBID) [...]. O principal objetivo era reunir todas as ações já desenvolvidas, em vários ministérios e órgãos federais, sob a coordenação da Casa Civil da Presidência da República. Decorrido mais de um ano do anúncio do PBID – e sem qualquer ação coordenada e efetiva nesse período –, o assunto voltou à tona, com manifestação de interesse do Ministério das Comunicações em centralizar as diversas iniciativas de inclusão digital em seu ministério, indo assim de encontro à proposta anterior da Casa Civil, que pretendia, ela mesma, centralizar as ações. (BRASIL, 2006, p. 10).

Em agosto de 2004, o PBID solidifica-se, com a criação do Programa Casa Brasil, por meio de uma reunião multidisciplinar que tinha em mente compilar comentários e ações, bem como redirecionar a coordenação do referido Programa.

Desde o início do Programa Casa Brasil, que o mesmo esteve diretamente ligado à Presidência da República, pois, à época de sua criação, o Chefe da Casa Civil, José Dirceu, em conjunto com o Secretário de Comunicação, Luiz Gushiken, e o Presidente do Instituto de Tecnologia da Informação-ITI, Sérgio Amadeu, apoiavam o Projeto junto ao Presidente Lula. A experiência que lhes conferia notoriedade para apoiar tal iniciativa advinha da participação de alguns deles nos Telecentros criados em São Paulo na gestão da Prefeita Marta Suplicy. Convém ressaltar que esses mesmos sujeitos são reconhecidamente ligados ao Partido dos Trabalhadores-PT e, muito embora o Governo Lula tenha se posicionado com uma forte expressão de continuísmo do Governo FHC, em que não rompeu com o neoliberalismo, na verdade “ele mais preservou do que demoveu o neoliberalismo”, nas palavras de Antunes (2006, contracapa), não se pode negar a trajetória e a contribuição histórica que a esquerda brasileira forneceu ao surgimento do PT, apesar de este ter se metamorfoseado.

Aliás, cabe realçar também que, pelo menos esses três representantes do Governo Lula, que apoiaram o Programa Casa Brasil logo no início de sua

concepção, participaram marcadamente dos movimentos de esquerda no Brasil: José Dirceu foi líder estudantil entre 1965 e 1968, ano em que foi preso em Ibiúna, no interior de São Paulo, durante uma tentativa de realização do XXX Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE). Com a redemocratização, em 1980, ajudou a fundar o Partido dos Trabalhadores, do qual foi presidente nacional durante a década de 1990; Luiz Gushiken foi militante da tendência Liberdade e Luta (conhecida como Libelu), braço estudantil da trotskista Organização Socialista Internacionalista (OSI); e Sérgio Amadeu foi presidente da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), eleito no Congresso de Reconstrução da entidade, em 1981. Sua carreira nas áreas de Inclusão Digital e *Software Livre* começou no Instituto Florestan Fernandes, ao participar da criação do “Projeto Sampa.org” de telecentros comunitários.

Entretanto, mesmo contando com tais sujeitos, não só no que se refere ao apoio e gestão do Casa Brasil, mas também em sua concepção e desenho, percebemos nitidamente que tal programa, embora traga elementos que apontam para uma possibilidade de uso das TIC de maneira autônoma e crítica, está muito mais imbricado com a engrenagem da ideologia neoliberal. Prova incontestável disso é a confluência entre os interesses financeiros, com a participação dos representantes do Banco do Brasil, da Caixa Econômica Federal, da Petrobrás e a cúpula dos ministérios e demais órgãos envolvidos que integravam o Comitê Executivo do Casa Brasil, conforme demonstrado abaixo pelo art. 4º. do Decreto de 10 de março de 2005:

Art. 4º O Comitê Executivo do Projeto Casa Brasil será integrado por um representante, titular e respectivo suplente de cada um dos seguintes órgãos e entidades:

- I - Ministério da Ciência e Tecnologia, que o coordenará;
- II - Casa Civil da Presidência da República;
- III - Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica da Presidência da República;
- IV - Ministério da Educação;
- V - Ministério das Comunicações;
- VI - Ministério da Cultura;
- VII - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;
- VIII - Serviço Federal de Processamento de Dados;
- IX - Caixa Econômica Federal;
- X - Banco do Brasil S.A.;
- XI - Centrais Elétricas S.A.;
- XII - Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos;
- XIII - Instituto Nacional de Tecnologia da Informação; e
- XIV - Petróleo Brasileiro S.A. (BRASIL, 2011).

Com o apoio e a participação desses sujeitos,

O Casa Brasil se concretiza, então, como projeto interministerial em que a execução é coordenada pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, por meio de um Comitê Executivo; e a gestão, coordenada pela Casa Civil da Presidência da República, através de um Comitê Gestor. (VARGAS, 2008, p.106).

Convém ressaltar que, além do Comitê Gestor, coordenado pela Casa Civil da Presidência da República, e do Comitê Executivo, coordenado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia-MCT, o Casa Brasil contava ainda com a Secretaria Executiva, que seria exercida pelo Instituto Nacional da Tecnologia da Informação-ITI. O Regimento Interno do Comitê Gestor do Projeto Casa Brasil foi publicado pela Resolução No. 3, de 09 de outubro de 2006, da Casa Civil da Presidência da República. (BRANDÃO, 2010, p. 12).

Para Corrêa (2007, p.127), a iniciativa dessa articulação tinha como intenção política gerar um programa integrado de inclusão digital que viesse consubstanciar o processo de criação de uma política pública, para essa área, com força política, como as áreas da educação e da saúde, e não apenas mais uma nova iniciativa de inclusão digital.

Vargas (2008, p.106) acrescenta que Edgard Leonardo Piccino, secretário executivo do Casa Brasil e responsável pela coordenação e execução do programa, comentou que “a principal motivação do Casa Brasil, no momento em que foi criado, era criar um programa emblemático que fosse a cara do governo, em termos de inclusão digital, para assim ser um grande marco.”

Na verdade, como o Brasil apresentava, nesse período, no início do mandato do Presidente Lula, um cenário embrionário no tocante à inclusão digital, realidade que, aliás, tem sido pouco modificada nos dias atuais, precisava de uma política que se apresentasse como a salvaguarda do país para a solução desse impasse, apesar desse processo ter sido iniciado desde o Governo FHC, com o Projeto Sociedade da Informação-Socinfo. Além do mais, a ideia que perpassava na cabeça dos idealizadores do Casa Brasil era que deveriam ser incorporados os variados programas de inclusão digital e convertidos em uma única política, que apresentar-se-ia como a solução para os diversos problemas sociais e regionais do Brasil com o uso efetivo das TIC. É o que nos apresenta o comentário de Piccino, citado em Vargas (2008, p.114):

De acordo com a diversidade do país, o Casa Brasil deve ser modular e interministerial. Deve ter autonomia porque quanto maior o grau de autonomia, menor o grau de indução para política pública. O Casa Brasil

tem foco na multiplicidade; integração regional, local e nacional; na diversidade; na autonomia; etc. O princípio conceitual do Casa Brasil é essa integração em que a tecnologia é a mediadora, mas não é tudo, e sim a integração do digital com o social, comenta Edgard Piccino.

Entretanto, tal perspectiva nos demonstra que o Programa Casa Brasil apresenta, desde a sua concepção, diversos limites e entraves. Ora, um programa que nasce com a intenção política de ser um aglutinador e integrador de diversas iniciativas de inclusão digital está fadado ao insucesso pelas inúmeras dificuldades políticas e administrativas desse processo. Corrêa (2007, p. 131) adverte que, para alcançar tal objetivo, seria necessário que “de acordo com a evolução do projeto, não fosse mais necessário que cada ministério ou órgão carregasse a marca ou o título de seu próprio programa e todos passassem a ser unificados sob a nova marca ‘Casa Brasil’.” O mesmo autor afirma, ainda, que, com tantas limitações inerentes a essa perspectiva de aglutinação, principalmente porque o programa passou a ser coordenado por órgãos interministeriais de segundo poder e não mais diretamente pela Casa Civil da Presidência da República, em consequência da grave crise ocorrida nesse período, no Governo Lula, denominada “Mensalão”⁹, as palavras de Corrêa (2007, p. 137) esclarecem, “o projeto Casa Brasil tornou-se apenas mais um programa do Governo, sem conseguir, até o momento, aglutinar os outros programas em torno de si.”

Em decorrência dessa crise que atingiu o Governo Lula, o Projeto Casa Brasil enfraqueceu-se politicamente, assim como a ideia inicial do Projeto ser visto como a gênese de uma política pública de inclusão digital, até porque os seus principais apoiadores anunciaram sua saída do governo: em 16 de junho de 2005, José Dirceu anunciou a sua saída da Casa Civil e em 12 de setembro do mesmo ano foi a vez de Sérgio Amadeu entregar o seu cargo, além de Luiz Gushiken que também deixou de ser secretário no citado governo. Ou seja: no momento crucial de construção do Projeto Casa Brasil, o Governo Lula foi recomposto por outros sujeitos, com interesses e racionalidades diferentes.

Na recondução desse processo, Brandão (2010, p. 12) destaca os atos legais e a passagem em que ocorre a transferência da coordenação do Casa Brasil:

⁹ O termo mensalão foi atribuído a um suposto esquema de pagamento a deputados para votarem a favor de projetos de interesse do Poder Executivo, popularizado pelo então Deputado Federal Roberto Jefferson em entrevista, que deu ressonância nacional ao escândalo, tido como a maior crise política do Governo Lula. O Deputado Jefferson, na ocasião, acusou o então Ministro da Casa Civil, José Dirceu, de ser o mentor do esquema. Cabe ressaltar que todos os envolvidos neste esquema foram julgados e muitos condenados, inclusive José Dirceu.

O Decreto Presidencial de 08 de outubro de 2009 alterou o Decreto de 10 de março de 2005 o qual transferiu a coordenação do Comitê Gestor do Projeto Casa Brasil para o Ministério de Ciência e Tecnologia. Em 23 de dezembro de 2009, a Portaria no. 1088, do MCT, atribuiu à Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social - SECIS do Ministério de Ciência e Tecnologia (SECIS/MCT) a função de atuar como Secretaria Executiva do Comitê Gestor e Comitê Executivo do Projeto Casa Brasil.

Muito embora todo esse processo de ajustes de coordenação do Casa Brasil tenha se dado ainda na gestão do Presidente Lula, isso nos remete ao que discutimos anteriormente, com base em Sposati (2002), sobre as políticas sociais ficarem sempre à mercê da “sensibilidade política” do grupo no Governo, ou seja, dos desmanches dos governantes atuais pelas gestões futuras. As políticas acabam por não se consolidarem e vão corresponder aos interesses distintos de cada gestor, na maioria das vezes indo ao encontro da lógica do capital.

Porém, não podemos deixar de atentar que o desenvolvimento das políticas públicas, de um modo geral, expressa-se por movimentos articulados, com recuos e avanços, e nunca de forma linear e consensual. São constituídas “a partir de ações de diferentes sujeitos [...], que sustentam interesses diversificados. Portanto, servem a interesses também contraditórios, que ora situam-se no campo do capital, ora no campo do trabalho.” (SILVA, 2008, p. 90).

Embora assim a compreendamos, mas tendo em vista que, no capitalismo, a política serve muito mais para favorecer o capital do que o trabalhador, não comungamos da mesma opinião da autora supracitada quando ela afirma que se contrapõe “à percepção da política pública como mero recurso de legitimação política ou de uma intervenção estatal tão somente ligada à lógica da acumulação capitalista.” Em nosso entendimento, as políticas públicas são, sim, instrumentos de legitimação política com interesse exclusivo de assegurar a ordem social vigente. Até porque, como são geradas no interior do Estado, elas também, assim como o Estado, têm sempre uma função social, qual seja “a de assegurar a coesão da sociedade de classes vigentes” (COUTINHO, 2011, p. 62), “mantendo sob controle o conflito entre as classes sociais antagônicas e impedindo, dessa forma, que tal conflito deságue na destruição desse modelo de sociedade [...]. O Estado é, portanto, uma instituição, específica, que desempenha uma função social precisa.” (SAES, 2001, p. 96).

Contudo, mesmo com essas dificuldades iniciais, o Programa Casa Brasil se mantém, embora não com o peso e com a responsabilidade de se tornar “a

política pública de inclusão digital do país”, mas, como o próprio Corrêa (2007) asseverou, tornou-se apenas mais um programa de governo voltado para resolver a chamada exclusão digital.

Mais uma vez, observamos aqui, assim como na constituição da agenda do Programa Socinfo, que a criação do Projeto Casa Brasil teve a participação essencialmente formada pela cúpula do Governo Lula, reduzindo, dessa maneira a possibilidade de diálogo e cooperação da classe trabalhadora, revestindo-se como uma agenda formal que não fez parte de uma agenda sistêmica. Foi essa a conjuntura que favoreceu e que norteou a embrionária “política brasileira de inclusão digital” e a consequente proliferação de programas governamentais.

Nesse contexto insere-se o Programa Casa Brasil, apresentado como a solução para a questão da exclusão digital, com vistas à “redução das desigualdades sociais” no país. Entretanto, com essa configuração, consegue-se visualizar com nitidez que, embora se identifiquem sujeitos, elementos e indícios que pudessem apontar para um projeto de uso crítico e autônomo das TIC, a lógica da reforma do Estado, no contexto da reestruturação produtiva do capital, e todo o seu suporte ideológico neoliberal predominam com maior relevo nos preceitos adotados e a serem perseguidos pelo Casa Brasil.

Essa mesma lógica, com todo o apelo ideológico nela contido, compôs a estrutura que instaurou as circunstâncias políticas, econômicas, sociais e culturais determinantes de tal programa, como também influenciou as determinações da política brasileira de inclusão digital ainda não consolidada no país.

3 O PROGRAMA CASA BRASIL NA SOCIEDADE BRASILEIRA

O Programa Casa Brasil, como uma política brasileira de inclusão digital, conforme constatamos no capítulo anterior, é fruto de um projeto capitalista de ajuste do Estado brasileiro às pressões políticas dos países desenvolvidos e dos organismos internacionais, como forma de se inserir na homogeneização da política econômica, e é resultado de um cenário estrutural que determina a perspectiva da adoção da “ideologia do progresso técnico, da sociabilidade capitalista mediada pelas novas tecnologias e do fetichismo tecnológico” incorporada na definição das políticas de inclusão digital. (NASCIMENTO, 2011, p.142).

Tal cenário reforça e mantém a articulação entre Estado e capital na formulação das políticas públicas de inclusão digital, o que nos leva a pensar que essas políticas não se configuram como respostas a uma verdadeira demanda por melhoria de condição de vida da classe trabalhadora e muito menos ainda como uma alternativa para a emancipação humana.

Este capítulo apresenta seu ponto de convergência na análise dessa política, tendo como elementos subjacentes os contextos internacional e nacional de reestruturação e de crise capitalista, de transformações tecnológicas e de mutações no mundo do trabalho que irão afetar diretamente o desenho das políticas públicas de inclusão digital.

Dessa forma, a concepção do próprio Programa em tela será discutida, procurando, principalmente, realçar os princípios teórico-ideológicos que fundamentaram o protótipo do Casa Brasil. Além disso, serão apresentados os princípios dos elementos constitutivos do programa, merecendo destaque os termos: inclusão digital, geração de trabalho e renda, economia solidária, desenvolvimento sustentável, acesso e produção de informação e conhecimentos, popularização da ciência e da arte, ampliação da cidadania e ação da sociedade civil. Cabe analisarmos o conceito que cada termo desse representa no contexto da ideologia apologética e desmistificarmos os seus conteúdos.

3.1 A concepção teórico-ideológica da política de inclusão digital: favorecimento para o capital ou para a emancipação humana?

Carcanholo e Baruco (2009), ao criticarem a teoria do pós-modernismo que compõe a ideologia dominante atual, afirmam que tais teóricos declaram que a característica da ideologia neoliberal apresenta-se como uma única forma de entendimento e proposição prática para a nova era: a da globalização. Isto é:

[...] o neoliberalismo, enquanto discurso e posicionamento político-ideológico também parte da afirmação de que a sociedade viveria uma nova era. Este novo mundo, sob a denominação de globalização, seria caracterizado pelo aumento no fluxo internacional de bens e serviços (globalização comercial), expansão das empresas transnacionais e de suas operações em distintos países, **afirmação de uma nova (a terceira) revolução tecnológica** (estes dois últimos aspectos conformariam a globalização produtiva) e a maior integração e interpenetração dos mercados financeiros (globalização financeira). [...] Ou seja, o neoliberalismo seria a única forma de inserção possível dentro desse novo mundo globalizado. Qual a estratégia de (auto) afirmação da ideologia neoliberal? Afirmar a presumível existência de um novo mundo que apresenta justamente as características a partir das quais a única forma de inserção possível são justamente as **políticas** apregoadas por esse pensamento. (CARCANHOLO; BARUCO, 2009, p.139, grifo nosso).

As políticas de inclusão digital legitimam-se e desenvolvem-se nesse aporte teórico, buscando a aceitação ativa das classes dominadas pelo processo de reestruturação do capital, por meio da propagação de valores, ideias e concepções de mundo de cunho neoliberal. Assim, conforme anteriormente assinalamos, os programas governamentais de inclusão digital são encarregados de popularizar determinados temas e de criar vantagens alinhadas com os ideais de equalização social, democratização de oportunidades e empregabilidade, visando a amortecer a situação de exclusão radical à qual o conjunto da classe trabalhadora está submetido. (NASCIMENTO, 2011, p. 52).

O Programa Casa Brasil ou Projeto Casa Brasil, como foi inicialmente concebido, foi planejado como uma das políticas de inclusão digital mais arrojadas e inovadoras dessa fase de proliferação de programas com natureza semelhante. Até porque visava a aglutinar os diversos programas, devendo constituir-se como a própria “política brasileira de inclusão digital”, embora esse intento não tenha logrado êxito pelos motivos já anteriormente discutidos no Capítulo 2. Além disso, destacou-se dos demais programas exatamente porque previa, além do acesso às TIC, o uso,

isto é, a apropriação autônoma dessas tecnologias, proporcionando, além de outras capacidades, a produção de informação.

A questão do acesso e do uso tem uma dimensão interessante, embora nem sempre considerada para os estudos que tentam mensurar o acesso às TIC. Primeiro porque, conforme destacamos anteriormente, essa é uma medida muito simples de caracterizar a inclusão/exclusão digital, uma vez que se limita aos que têm acesso a computador e Internet versus os que não têm. Embora saibamos que essa é uma polaridade verdadeira, é pouco condizente com a realidade, pois configura-se como uma medida insuficiente para desvendar os vários aspectos que envolvem a exclusão digital. Além do mais, Gurstein (2003) ressalta: “acesso” é um termo que simplesmente indica uma funcionalidade técnica ou relativa à infraestrutura. O termo “uso” é bem mais amplo e se relaciona à capacidade de aplicação das TIC para se alcançarem objetivos individuais ou coletivos.

Dessa maneira, pelo menos no que diz respeito ao objetivo do Programa Casa Brasil, ele vai além da simples questão do acesso, pois prioriza o uso das TIC e foi formulado para

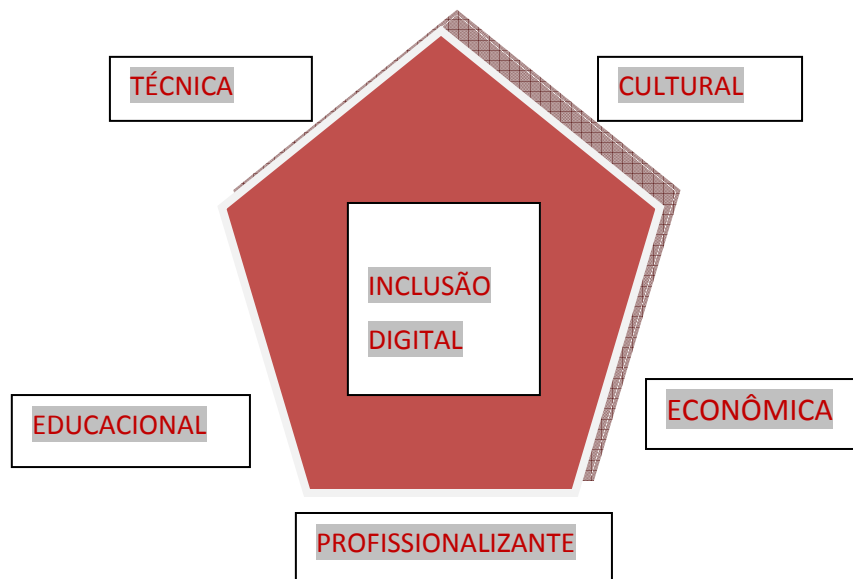
[...] promover o desenvolvimento social a partir da apropriação autônoma das tecnologias de informação e comunicação (TICs) e da inclusão digital. O projeto deverá promover a geração de trabalho e renda, a ampliação da cidadania, a popularização da ciência e da arte, o acesso e a produção de informação e conhecimentos. Deverá, também, criar e consolidar as redes sociais e parcerias para o desenvolvimento sustentável local e das regiões de abrangência. O sucesso do Projeto Casa Brasil depende da criação de infraestrutura, conectividade em áreas remotas, capacitação para todo o território nacional, suporte técnico e gestão eficazes, articulação comunitária para o desenvolvimento sustentável local e avaliações sistemáticas. (BRANDÃO, TRÓCCOLI, 2008).

Para atingir tal objetivo, o referido Programa deveria funcionar em áreas de baixo Índice de Desenvolvimento Humano-IDH, fornecendo a essas comunidades computadores e conectividade, e privilegiar, sobretudo, além do incentivo ao uso das TIC, ações em tecnologias livres aliadas à cultura, à arte, ao entretenimento, à articulação comunitária e à participação popular. As atividades desenvolvidas deveriam estimular, como citado anteriormente, a apropriação autônoma e crítica das tecnologias, como, por exemplo, o software livre, a democratização das comunicações e o desenvolvimento local orientado pelos princípios da economia solidária. (BRASIL, 2008b).

Nessa perspectiva, tornam-se bem evidentes os fundamentos que nortearam esse programa. A política de inclusão digital, de um modo geral, é pautada pelo ideário neoliberal, conforme destacamos acima. O Programa Casa Brasil, embora tenha se constituído numa proposta ousada, incorporando aspectos inovadores, notadamente no que diz respeito à apropriação autônoma e crítica das tecnologias, apresenta em seu desenho originalmente concebido, aspectos que nos permitem inferir que não fogem também ao receituário neoliberal. Para tanto, torna-se necessário discutir qual é o conceito de inclusão digital que é concebido e adotado na criação e no desenvolvimento dessa política na sociedade brasileira, bem como do próprio programa em tela.

Sartório (2008, p. 77), em suas análises sobre a concepção de inclusão digital, assevera que “a inclusão digital é uma categoria complexa, carente de um consenso conceitual e que envolve múltiplas dimensões.” A própria autora identificou cinco dimensões nas ações da política pública brasileira de inclusão digital (ver Figura 2):

Figura 2 – Dimensões das Ações de Inclusão Digital no Brasil



Fonte: SARTÓRIO, Kelly Cristiane. **Exclusão social e tecnologia: os desafios da política pública de inclusão digital no Brasil.** 2008. 128 f. Dissertação (Mestrado em Política Social)- Departamento de Serviço Social do Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

Cada uma das dimensões identificadas acima pela autora apresenta uma finalidade específica, com a perspectiva de não só inserir o indivíduo na propalada sociedade da informação através das ações de inclusão digital, como também “capacitá-lo” para as novas exigências e demandas do mundo do trabalho neste

estágio de desenvolvimento do capitalismo. Entretanto, observamos que a análise de Sartório (2008) restringe-se, especificamente, à questão do **acesso**, conforme explicitamos a seguir, com base no que a própria autora descreveu sobre tais dimensões.

Assim, a dimensão técnica tem como finalidade prover a infraestrutura física de telecomunicações para o acesso à Internet. A dimensão educacional da política de inclusão digital está relacionada ao fornecimento de equipamentos para as escolas da rede pública de ensino e à formação de professores, com o uso das novas TIC para a educação formal. Em relação à dimensão cultural, a finalidade específica é direcionada para o acesso a conteúdos que priorizem a valorização das manifestações culturais locais. A dimensão profissionalizante refere-se à capacitação/qualificação do indivíduo para o uso das novas tecnologias, com vistas à sua “inserção” no mercado de trabalho. E, finalmente, a dimensão econômica, que está diretamente relacionada ao estímulo do consumo de produtos advindos das TIC, através de incentivos à classe trabalhadora via redução de preços e de abertura de linhas de crédito para a compra de equipamentos. (SARTÓRIO, 2008).

Ademais, observa-se que tal concepção de inclusão digital está fortemente atrelada ao ideário apologético do neoliberalismo; aliás, esse é um traço constitutivo de nossa formação social, como nos diz Antunes (2005, p. 85, grifo do autor) no qual os “setores dominantes têm na **conciliação pelo alto**, ao modo **prussiano**, uma marca viva de sua engenharia política e de suas engrenagens de dominação.”

O que se quer ressaltar, de fato, é que as dimensões apontadas por Sartório (2008) para as ações da política pública brasileira de inclusão digital não satisfazem os anseios da classe trabalhadora e estão muito longe de uma ideologia que vise à emancipação humana.

Nascimento (2011, p. 84) também defende essa linha de argumentação ao afirmar que:

Essas ações indicam que o Estado e o capital estão na linha de frente no enfrentamento da exclusão digital; entretanto, nos limites da ordem capitalista, qualquer tipo de exclusão só tende a crescer ou se metamorfosear. A superação de exclusão digital deve ser encaminhada pelos oprimidos, instrumentalizados através dos ideais que marcam a luta histórica do proletariado e implica no enfrentamento do Estado capitalista.

Brandão (2009) é outra autora que discorre sobre a questão da inclusão digital, principalmente quando se refere às habilidades de **uso** das TIC. Em seu estudo sobre: “Um modelo de avaliação de programa de inclusão digital e social” apresenta um Indicador de Alfabetização Digital e Social – IADS referente às habilidades de uso das TIC com base nos conceitos de inclusão digital, alfabetismo digital, alfabetismo funcional e competência informacional, os quais ela toma emprestado de autores, como: Aun, Moura e Angelo (2007). A autora destaca:

As quatro dimensões do indicador são definidas operacionalmente como comportamentos de uso das TICs para finalidades de uso pessoal e lazer; uso autônomo e em contextos do trabalho; uso social e aprendizagem colaborativa; e para uso inovador em contextos comunitários. (BRANDÃO, 2009, p.37).

Nesse estudo, Brandão (2009) estava em busca de indicadores que subsidiassem os processos de medida do grau de alfabetização digital e social dos indivíduos, gestores e participantes de qualquer programa de inclusão digital, embora sua análise empírica também se circunscrevesse ao Programa Casa Brasil. Dessa forma, a autora descreve analiticamente cada finalidade de uso que ela própria destacou:

1. Uso pessoal e lazer: para representar as habilidades de uso pessoal das TICs em sua aplicação cotidiana e para o lazer;
2. Uso autônomo: para representar as habilidades de uso das TICs no trabalho, de maneira autônoma, para a resolução de problemas, geração e produção de informações e conhecimentos;
3. Uso social colaborativo: para representar as competências de uso das TICs para o relacionamento em redes sociais, comunidades virtuais, aprendizagem social, participação e colaboração em processos de construção e produção colaborativa para o benefício social e institucional;
4. Uso inovador sustentável: para representar as competências de uso criativo e inovador das TICs na solução de problemas comunitários preservando-se os valores, identidades, cultura e recursos ambientais.

Ao delimitar as habilidades de uso das TIC em busca de um indicador consistente, Brandão (2009) acaba também por identificar as dimensões de inclusão digital que são adotadas em outros programas governamentais e, destacadamente, no Programa Casa Brasil. Nesse sentido, tal afirmação é evidenciada por Brandão (2009, p. 37) ao frisar: “Essas quatro dimensões de comportamentos representam graus diversificados de apropriação e uso das TICs pelas pessoas. Representam padrões de comportamento das pessoas quando manipulam as TICs nos diversos contextos do cotidiano.” Além disso, Brandão (2009, p. 37) complementa sua concepção de inclusão digital, destacando que as habilidades para inclusão digital e

social devem ser “desenvolvidas para uso crítico e criativo das TICs na solução de problemas locais e comunitários e para a criação e produção de bens sociais e culturais”, além de outras capacidades.

Assim, Brandão (2009), ao aprofundar sua análise sobre tais dimensões, identifica, também, os princípios políticos, ideológicos, econômicos, sociais e culturais que fundamentaram o protótipo do Programa Casa Brasil. Até porque, para alguns autores, como Nascimento (2011, p. 89), o uso das novas tecnologias está vinculado “a uma base material que influencia e que também é influenciada: que determina e que também é determinada sócio-política e economicamente.” Ou seja: as TIC, como qualquer outra tecnologia gerada no âmbito do sistema produtor de mercadorias, representam o contexto atual do desenvolvimento das forças produtivas.

Convém ressaltar, ainda, que as dimensões apresentadas por Brandão (2009), mesmo que se refiram tão somente às habilidades de uso das TIC, estão pautadas em um conceito de inclusão digital que vai além do identificado por Sartório (2008), muito restritivo no nosso ponto de vista, pois limita-se meramente ao aspecto técnico (**acesso**), além de estar impregnado do discurso apologético da ideologia neoliberalizante. Isso não significa dizer que Brandão (2009) também não aponte elementos que vão ao encontro do ideário neoliberal, mas se observam fortes indícios de uma visão mais ampliada e preocupada com as expectativas da classe trabalhadora em função da inclusão digital, uma vez que se pauta no **uso** e na apropriação das TIC.

Dessa forma, o Programa Casa Brasil apresenta limites, conforme iremos discutir mais detalhadamente nos seguintes tópicos, porém não podemos deixar de ressaltar que, pelo menos no discurso oficial, visualizamos alguns elementos contidos em seu objetivo que poder-se-iam constituir como possibilidades de emancipação, especialmente quando se referem ao uso e à apropriação autônoma e crítica das TIC. Isto é: um dos objetivos do Programa Casa Brasil, destacado por Brandão (2009, p.110), seria “promover a emancipação dos cidadãos pelo uso crítico e inovador das tecnologias de informação e comunicação”. Todavia, a adoção do termo “cidadão” conforma uma visão de mundo dentro dos limites da sociedade capitalista.

Nessa perspectiva, a concepção de inclusão digital, adotada por Brandão (2009) e evidentemente pelo Programa Casa Brasil, apesar de realçar a

emancipação “política”, difere da nossa própria concepção. Concebemos a inclusão digital a partir de um projeto de emancipação “humana” pelo potencial que o uso das novas TIC, principalmente a Internet, oferece ao se apresentar como uma estratégia global capaz de mobilizar grandes massas da classe trabalhadora, podendo se constituir como um instrumento de luta para que “os novos ‘proletários’ deste mundo adquiram mais meios de se informarem e organizarem uma alternativa à atual” ordem existente (ALMEIDA, 2002, p. 154), possibilitando a superação de toda e qualquer forma de exploração, de humilhação e de dominação do homem pelo homem. (FARIAS, 2009).

Nada mais lúcido, nesse sentido, do que a contribuição de Nascimento (2010, p. 60) para deixar claro qual o nosso ponto de partida e a concepção de mundo e de sociedade que almejamos:

O projeto de mundo e de sociedade [...] do proletariado [...] [é] romper com a contradição histórica da sociedade capitalista e lutar pela superação desse modelo social. Não consiste em promover o acesso às novas tecnologias enquanto as pessoas morrem de fome nas periferias dos grandes centros e de doenças que há muito já foram erradicadas nos países de primeiro mundo; mas em revolucionar as bases dessa sociedade e caminhar na direção de um projeto em que todos estejam incluídos integralmente e não apenas digitalmente.

Dessa maneira, a categoria emancipação humana que aqui utilizamos foi extraída de Marx na obra: A Questão Judaica, de 1843. Para Marx, “antes de poder emancipar os outros, precisamos emancipar-nos.” Mas qual o real entendimento da emancipação humana para Marx? Marx trata desse assunto na referida obra quando faz uma análise dos judeus diante da religião, dissociando a emancipação política da emancipação humana. Assim, extraímos algumas passagens da Questão Judaica, consideradas primordiais para melhor compreensão acerca dessa categoria da qual nos apropriamos no contexto deste estudo:

[...] podeis emancipar-vos politicamente sem vos desvincular radical e absolutamente do judaísmo porque a emancipação política não implica emancipação humana. Quando vós, judeus, quereis a emancipação política sem vos emancipar humanamente, a meia-solução e a contradição não residem em vós, mas na essência e na categoria da emancipação política. E, ao vos perceber encerrados nesta categoria, lhes comunicais uma sujeição geral. [...].

[...]

Toda emancipação é a recondução do mundo humano, das relações, ao próprio homem.

A emancipação política é a redução do homem, de um lado, a membro da sociedade burguesa, a indivíduo egoísta independente e, de outro, a cidadão do Estado, a pessoa moral.

Somente quando o homem individual real recupera em si o cidadão abstrato e se converte, como homem individual, em ser genérico, em seu trabalho individual e em suas relações individuais; somente quando o homem tenha reconhecido e organizado suas “*forces propre*” como forças sociais e quando, portanto, já não separa de si a força social sob a forma de força política, somente então se processa a emancipação humana.

[...]

O judeu se tornará impossível tão logo a sociedade consiga acabar com a essência empírica do judaísmo, com a usura e suas premissas. O judeu será impossível porque sua consciência carecerá de objeto, porque a base subjetiva do judaísmo, a necessidade prática, se terá humanizado, porque se terá superado o conflito entre a existência individual-sensível e a existência genérica do homem.

A emancipação social do judeu é a emancipação da sociedade do judaísmo.

O que isso significa para nós? Primeiro: que a emancipação política dá-se dentro dos limites do capitalismo, quando o homem “aceita” todas as regras e normas dessa forma de organização e submete-se a ela sem questionamentos. E segundo, que a emancipação humana está além da emancipação política e só fará sentido se conseguirmos mudar a atual forma de organização societal, ou seja, parafraseando Marx: a emancipação humana só será possível com a extinção do capitalismo; não existindo capitalismo, a consciência da classe dominante “carecerá de objeto, porque a base subjetiva [...] [do capitalismo], a necessidade prática, se terá humanizado [...].”

Além disso, adotamos também a concepção de Mézaros (2002), no tocante à categoria da emancipação humana, que, no nosso ponto de vista, amplia, embora se baseie na noção de Marx sobre a referida categoria. Esse autor apresenta a tese de que não basta superar o capitalismo, têm-se, na verdade, que superar todas as interconexões estruturais das partes que o compõem e as quais ele denomina de mediações de segunda ordem. Isto é:

As mediações de segunda ordem do capital constituem um círculo vicioso do qual aparentemente não há fuga. Pois elas se interpõem, como “mediações”, em última análise destrutiva da “mediação primária”, entre os seres humanos e as condições vitais para a sua reprodução, a natureza.[...]” (MÉSZAROS, 2002, p. 179).

Conforme Mézaros (2002, p. 180), a segunda ordem de mediações do sistema do capital pode ser assim resumida:

- a família nuclear - participa de todas as relações reprodutivas do “macrocosmo” social, inclusive da necessária mediação das leis do Estado para todos os indivíduos e, dessa forma, vital também para a reprodução do próprio Estado;

- os meios alienados de produção e suas personificações – o capital adquire rigorosa vontade férrea e consciência inflexível para impor rigidamente a todos submissão às desumanizadoras exigências objetivas da ordem sociometabólica existente;

- o dinheiro – com suas inúmeras formas enganadoras, e cada vez mais dominantes, ao longo do desenvolvimento histórico;

- os objetivos fetichistas da produção – submetendo de alguma forma a satisfação das necessidades humanas;

- o trabalho – estruturalmente separado da possibilidade de controle;

- as variedades de formação do Estado do capital no cenário global;

- o incontrolável mercado mundial.

Em relação ainda a essas partes ou componentes que integram o capital e que são denominadas pelo autor de mediações de segunda ordem, Mészáros acrescenta:

Só se pode falar de círculo vicioso, com relação à maneira como estão unidos todos esses componentes do modo estabelecido de controle sociometabólico. As mediações particulares de segunda ordem sustentam-se reciprocamente, impossibilitando contrabalançar a força alienadora e paralisante de qualquer uma isoladamente enquanto se mantiver intacto o poder de auto-regeneração e auto-imposição do sistema global.

Baseada na dolorosa evidência histórica, surge a verdade desconcertante: através das interconexões estruturais das partes que o constituem, o sistema do capital consegue se impor sobre os esforços emancipadores parciais que visam alvos específicos limitados. Com isso, os adversários da ordem estabelecida da reprodução sociometabólica, incorrigivelmente discriminatória, têm de enfrentar e superar não apenas a força positiva auto-sustentada de extração do trabalho excedente pelo capital, mas também a força devastadoramente negativa (a inércia aparentemente ameaçadora) de suas ligações circulares.

É por essa razão que a verdadeira meta da transformação socialista radical deve ser o próprio sistema do capital com todas as suas mediações de segunda ordem e não apenas a expropriação legal das personificações capitalistas privadas do capital. (MÉSZÁROS, 2002, p. 180).

E é ainda Mészáros (2002, p. 131) que apresenta elucidação sobre a possibilidade de controle do capital:

O capital é uma força controladora, você não pode controlar o capital, você somente pode se livrar dele por meio da transformação de todo o complexo de relações metabólicas da sociedade - é impossível enganá-lo. Ou ele o controla ou você se livra dele, não há solução intermediária [...]. (MÉSZÁROS, 2002, p.131).

Diante das fundamentações de Marx e de Mészáros sobre a possibilidade da emancipação humana, embora entendamos o quanto complexa se apresenta tal

meta, mas tendo em vista a força que poderá advir das redes eletrônicas, coadunamos com Castells (2010, p. 427) quando ele aponta a seguinte afirmação:

Pelo fato de que nossa visão histórica de mudança social esteve sempre condicionada a batalhões bem ordenados, estandartes coloridos e proclamações calculadas, ficamos perdidos ao nos confrontarmos com a penetração bastante sutil de mudanças simbólicas de dimensões cada vez maiores, processadas por redes multiformes, distantes das cúpulas de poder. São nesses recônditos da sociedade, seja em redes eletrônicas alternativas, seja em redes populares de resistência comunitária, que tenho notado a presença dos embriões de uma nova sociedade [...].

Novamente apoiamos-nos especificamente em Mészáros (2011, p. 73), quando ele afirma que a verdadeira transformação da ordem societal só será possível se houver uma mobilização global, pois resultados parciais não serão suficientes para que se alcance a emancipação humana.

No mundo tal como tem sido – e continua a ser – transformado pelo imenso poder do capital, as instituições sociais constituem um sistema estreitamente articulado. Por isso, não há qualquer esperança de sucessos **parciais** isolados, mas somente de sucessos **globais** [...]. (grifo do autor)
[...]

A transição para o socialismo em escala global, visualizada por Marx, adquiriu uma atualidade histórica nova, e mais urgente, em vista da intensidade e severidade da crise.

É interessante destacar também que quando Castells (2010) se refere às redes digitais, esse autor está se referindo a uma inerente rede social. Na verdade, as redes digitais configuram-se como instituições sociais integradas ao dia-a-dia contemporâneo. Portanto, quando não se tem acesso às TIC, não se trata de simplesmente não se ter acesso a uma tecnologia, mas, sim, a uma instituição social, embora criada e mantida pelo capitalismo.

Ainda nesse sentido, Brandão et al. (2011, p. 7) ressaltam:

Deve-se estudar o novo das tecnologias não apenas pela inovação tecnológica, mas em relação ao movimento social. O novo nessa etapa são as tecnologias operando ativamente sobre a realidade socioeconômica que as demandam. Nesse cenário, ainda segundo Martin-Barbero, acredita-se que o mais útil dos impactos é “o surgimento de uma nova consciência planetária”, sendo necessário vencer a barreira excludente como também a questão do tempo nesse processo: o que antes levava gerações para impactar a sociedade, hoje é imediato.

Prova disso é que, na atualidade, multiplicam-se os diversos movimentos que surgem a partir do contato com as redes sociais. Nos últimos dois anos, mais precisamente em 2011 e 2012, foram vários os manifestos que eclodiram a partir da organização virtual. Só para lembrar os mais famosos, destacam-se: a Primavera

Árabe (Egito), Os Indignados (Europa) e o Ocupe Wall Street (EUA). O Partido dos Trabalhadores criou o que eles denominam de núcleos de Militância em Ambientes Virtuais-MAVs como uma forma de eles se expressarem nas redes sociais em defesa dos interesses do PT. E como o PT, tantos outros movimentos surgem e ampliam-se nas redes em defesa de causas sociais, políticas, econômicas, culturais, ambientais e tantas outras diversas questões, que tornar-se-ia exaustivo enumerá-las aqui.

É claro que não podemos afirmar que são as redes sociais as responsáveis por esses movimentos, pois os mesmos já existiam antes, assim como a insatisfação da classe trabalhadora também já existia. No entanto, as redes sociais potencializam as formas de atuação, isto é, os conflitos de classes têm uma construção muito mais histórica de problemas de emprego, de dominação, de coação. O processo histórico dessas lutas configura-se como algo muito mais profundo do que as redes sociais, que apenas servem para agilizar tais processos. São formas mais dinâmicas de comunicação e de mobilização de grande número de pessoas.

Tendo isso em mente, apostamos no potencial de um programa de inclusão digital como o Casa Brasil, que, pelo menos no discurso, está preocupado em assegurar aos seus usuários capacidades que estão além do simples acesso e que se configura como uma oportunidade ímpar para aqueles que estão à margem desse processo. Porém, seria ingênuo acreditarmos que tal programa pautou-se nessa perspectiva, pois ele se reveste de tantos outros elementos que o tornam muito mais condizente com o receituário neoliberal do que com a proposta emancipadora que defendemos para a classe que vive do trabalho.

Na verdade, reconhecemos que o fundamento sócio-político e econômico que caracteriza o Casa Brasil está pautado na reestruturação capitalista como consequência de uma reforma no âmbito estrutural que vem ocorrendo nos países capitalistas de primeiro mundo e que se projeta para os países capitalistas periféricos, com a perspectiva de que façam parte do circuito financeiro internacional e assim possam possibilitar a sua participação na nova dinâmica capitalista, ainda que continuem na condição de subordinação e dependência.

3.2 A ideologia neoliberal e os elementos constitutivos do Programa Casa Brasil

Para que possamos compreender os elementos constitutivos do Programa Casa Brasil, parte-se do princípio de que, ao analisarmos a atual conjuntura mundial e que tem reflexos na sociedade brasileira, deparamo-nos com determinados temas que estão fortemente alinhados com o receituário neoliberal, evidenciando o atual estágio do capitalismo, caracterizado pela reestruturação produtiva como resposta às crescentes crises globais que vêm afetando essa forma de organização societária. Dessa maneira, os programas governamentais são incumbidos de popularizar temas que a ideologia dominante dissemina, não só como forma de arrefecer a luta de classes, mas até para que o capitalismo continue se expandindo, “porque o capital necessita dos trabalhadores não somente com o propósito da **produção lucrativa**, mas também como consumidores produtores de lucro.” (MÉSZÁROS, 2011, p. 144, grifo do autor).

No caso específico do Casa Brasil, esses temas também são recorrentes e versam sobre os conceitos que figuram nos objetivos do programa, estabelecendo os fundamentos dos seus elementos constitutivos, merecendo destaque os termos: geração de trabalho e renda, economia solidária, desenvolvimento sustentável, acesso e produção de informação e conhecimentos, popularização da ciência e da arte, ampliação da cidadania e ação da sociedade civil. Necessário se faz, então, desmistificarmos o conteúdo que oculta o conceito que cada termo desse representa no contexto da ideologia dominante.

Nesse sentido, Coutinho (2011, p. 15) ao fazer sua análise sobre as Organizações Não-Governamentais-ONGs, revela que:

As palavras não são utilizadas aleatoriamente; ao escolhê-las, sabe-se que elas carregam um *ethos*. Portanto, a escolha de um termo para designar determinada atividade ou ação está carregada de sentido (juízos e valores) revelador do pensamento e visão de mundo de seus próprios autores/agentes. Consciente ou inconscientemente, o uso da denominação ONG mais oculta do que revela as ações e projetos políticos, o que são e o que fazem essas organizações.

Apropriamo-nos dessa análise que Coutinho (2011) realizou sobre as ONGs, embora estas não se constituam objeto de nosso estudo, para evidenciar e discutir os conceitos que os termos acima destacados assumem diante do apelo ideológico neoliberal neles contido, bem como descortinar a névoa que os encobre

no atual contexto da reestruturação produtiva e de crise do capital, uma vez que foram esses os eixos constitutivos que fundamentaram o protótipo do Programa Casa Brasil, tornando evidente os limites contidos na concepção teórico-ideológica do referido programa em seu desenho original.

É claro que o Programa Casa Brasil tem a sua importância enquanto política pública cujo objetivo pautou-se em promover o desenvolvimento social a partir da apropriação autônoma das tecnologias de informação e comunicação com as ações voltadas para a questão da inclusão digital, com vistas a reduzir as desigualdades sociais. Da mesma maneira, deve ser realçada a pertinência de esforços empreendidos nesse sentido, ou até de outros mais ousados, como primeiramente se constituiu o desenho do Casa Brasil, sobretudo em momentos de crise no próprio governo que o planejou. Contudo, quando se tem em mente uma possibilidade emancipatória, consegue-se enxergar a limitação de tal Programa em atingir tal propósito pela opção em eleger determinados temas que, em vez de libertarem, aprisionam ainda mais a classe trabalhadora.

Em primeiro lugar, enfatizamos o conceito de geração de trabalho e renda. No Brasil, a partir dos anos 1990, a onda neoliberal que acometeu o país, produzida pela reestruturação produtiva do capital e pela terceirização presente no processo de globalização, acompanhados, também, pelo enxugamento do Estado, influenciaram diretamente o mundo do trabalho.

Antunes (2005, p. 48), ao se referir a esse momento crítico da sociedade capitalista, faz uma análise contundente, contribuindo para o perfeito entendimento do que ocorre na atualidade e as conseqüentes mutações que afetam o mundo do trabalho:

A sociedade contemporânea, particularmente nas últimas décadas, presenciou fortes transformações. O neoliberalismo e a reestruturação produtiva da era do toyotismo e da era da acumulação flexível, dotadas de forte caráter destrutivo, têm acarretado, entre tantos aspectos nefastos, um monumental desemprego que atinge a humanidade que trabalha em escala globalizada. Do Japão aos Estados Unidos, da Inglaterra à Espanha, do Brasil à Argentina, quanto mais se avança na competitividade e na “integração mundial”, mais explosivas tornam-se as taxas de exclusão e desemprego.

No prefácio do livro: “A crise estrutural do capital”, de Mészáros (2011), o mesmo Antunes reforça o panorama que caracteriza essa fase de intensas redefinições que vem sendo processadas nas sociedades contemporâneas, repercutindo essencialmente nas “novas formas de exploração do trabalho”:

Mas o quadro de **crise estrutural e sistêmica** tem outro componente vital, dado pela corrosão do trabalho. Depois da intensificação do quadro crítico nos Estados Unidos e demais países capitalistas centrais, estamos presenciando profundas repercussões no mundo do trabalho em escala global. No meio do furacão da crise que agora atinge o coração do sistema capitalista, vemos a erosão do trabalho relativamente contratado e regulamentado, herdeiro da era taylorista e fordista, modelo dominante no século XX – resultado de uma secular luta operária por direitos sociais – que está substituído pelas diversas formas de “empreendedorismo”, “cooperativismo”, “trabalho voluntário”, “trabalho atípico”, formas que oscilam entre a superexploração e a própria autoexploração do trabalho, sempre caminhando em direção a uma precarização estrutural da força de trabalho em escala global. Isso sem falar na explosão de desemprego que atinge enormes contingentes de trabalhadores, sejam homens ou mulheres, estáveis ou precarizados, formais ou informais, nativos ou imigrantes, considerando que estes últimos são os primeiros a serem mais fortemente penalizados. (ANTUNES, 2011, p. 11, grifo do autor).

Assim, o que se presencia, na atualidade, vai muito além da exploração que já estava contida nas formas anteriores de Organização Científica do Trabalho, conforme o autor ressalta: o taylorismo/fordismo. Para uma análise acerca dessas novas formas de exploração da força de trabalho, necessário se faz que entendamos a complexidade das relações sociais entranhadas como expressão de relações que se fundam na realização do valor (processo que implica a necessária subordinação e controle operário), ou seja, “devemos considerar que essas diferentes formas de divisão ou reestruturação do trabalho, ainda que dotadas de certas particularidades, subordinam-se ao movimento geral do capital, resultam da busca voraz pela acumulação.” (ARAÚJO, 2009, p. 1).

Ademais, o desemprego, que antes era específico de algumas camadas da população e alegava-se como justificativa para tal situação, a “não-qualificação” para o trabalho, na atualidade atinge um contingente de pessoas considerável, tornando-se um fenômeno impossível de ser menosprezado, como bem esclarece Mézáros (2011) ao se referir à emergência do desemprego crônico:

Igualmente relevante é o novo padrão de desemprego que vem se delineando. Isso porque, nas décadas recentes, o desemprego, nos países capitalistas altamente desenvolvidos, limitava-se, em grande parte, “aos bolsões de subdesenvolvimento”; e as milhões de pessoas afetadas por ele costumavam ser otimisticamente ignoradas, no grande estilo de autocomplacência neocapitalista, como representando os “custos inevitáveis da modernização” sem que houvesse muita preocupação – se é que havia alguma – pelas repercussões socioeconômicas da própria tendência. Na medida em que a transformação predominante se dava na substituição do trabalho **não qualificado** pelo qualificado, envolvendo grandes dispêndios de capital para o desenvolvimento industrial, o assunto podia ser ignorado com relativa segurança, dada a atmosfera de euforia provocada pela “expansão”. (MÉSZÁROS, 2011, p. 67, grifo do autor).

Assim, para entendermos a complexidade que envolve o mundo do trabalho, não podemos desconsiderar tais fatos para a compreensão dos elementos conjunturais e estruturais que estão presentes e que, conseqüentemente, desencadeiam a ação do Estado no tocante aos diversos programas governamentais que visam à “geração de trabalho e renda”. Isto é: diante desse aspecto conjuntural, entendido como decorrência do aspecto estrutural, a questão do desemprego passa a ocupar a centralidade na agenda pública, fazendo com que o governo brasileiro adote as políticas de geração de emprego e renda como artifício para o enfrentamento dessa questão. Nesse sentido, desemprego e geração de trabalho e renda interagem nas políticas públicas compensatórias com expectativa de desenvolverem ações que possam amenizar as conseqüências das transformações decorrentes do projeto neoliberal.

Mas, em que realmente tais políticas de geração de emprego/trabalho e renda se fundamentam? Segundo Dias (2012, p. 4), estas se fundamentam:

- a) [no] incentivo ao associativismo e ao cooperativismo com foco no empreendedorismo e/ou no fortalecimento da economia solidária; b) na qualificação e requalificação profissional do trabalhador para ingressar no mercado de trabalho como empregado ou como gestor do seu próprio negócio; c) em linhas de créditos para financiamento dos empreendimentos e d) em outras parcerias.

Com base nessas premissas, o Programa Casa Brasil inclui, como um de seus objetivos, promover a geração de trabalho e renda com a perspectiva de possibilitar aos participantes a qualificação profissional para que estes possam vir a desenvolver condições de empregabilidade através do “uso e apropriação autônoma e crítica das tecnologias”, com vistas a alavancar o desenvolvimento social.

Contudo, o que se observa é que o Casa Brasil, pautado nos princípios do empreendedorismo, do cooperativismo, da economia solidária, da qualificação e requalificação profissional, dentre outros que integram o conceito do termo “geração de trabalho e renda”, configura-se como mais uma expressão de políticas compensatórias como resposta para o atual momento de reestruturação e crise capitalista.

Todo esse processo de reestruturação produtiva e sua expressão ideológica – o neoliberalismo – são manifestações da luta de classes. Sim, conforme Frederico (2008, p. 179) assinala, a expressão “luta de classes” deve ser sempre empregada no plural, pois não é relativa a uma única classe - sempre

subentendendo-se a classe trabalhadora - mas a uma relação entre as duas classes fundamentais da sociedade capitalista: proletariados e burgueses, dominados e dominantes, trabalhadores e capitalistas, entre tantas expressões utilizadas que expressam a contradição presente na sociedade produtora de mercadorias.

Além do mais, a introdução incessante de inovações tecnológicas, que transformaram de maneira contínua os métodos de produção do capitalismo, tornou-o o modo de produção mais dinâmico de todos os tempos, uma vez que, conforme Marx já alertava, é apenas por meio da mudança técnica que o tempo de trabalho socialmente necessário de determinados bens pode ser diminuído. Isto é: aumentos na produtividade obtidos por novos métodos de produção, em que o trabalho morto – sob a forma de máquinas – assume o lugar do trabalho vivo, fazem reduzir o valor dos bens individuais produzidos. (FREDERICO, 2008).

Tendo isso em mente, coadunamos com Frederico (2008, p. 179) quando ele expõe:

A classe dominante, hegemônica pelo capital financeiro, está na ofensiva. Os seus interesses estratégicos levaram à progressiva substituição da mais-valia absoluta pela relativa. Se todo o segredo da economia, como ensinava Marx, resume-se à economia de tempo, a substituição do trabalho vivo (capital variável) pelas máquinas (capital constante) é um processo inexorável – reside aí a crise do emprego e o desmonte das leis de proteção ao trabalho.

Isto tudo significa dizer que o retrocesso dos direitos e a subtração de benefícios já conquistados pelos trabalhadores, além do quadro crítico de desemprego que assola a sociedade globalizada, são consequências da formação de consensos ideopolíticos que legitimam a formação de uma cultura vinculada à lógica do capital. Por conseguinte, no que se refere ao “uso” da tecnologia como possibilidade de qualificação profissional, a contribuição de Mészáros (2011) é no mínimo refulgente:

Muito embora, no que concerne à **tecnologia propriamente dita**, não haja, em princípio, razão para que a tendência de modernização e a transferência do trabalho não qualificado para o trabalho qualificado não possam prosseguir indefinidamente, há de fato uma excelente razão por que essa tendência tenha de se reverter sob as relações capitalistas de produção: os critérios desastrosamente restritivos da lucratividade e da expansão do **valor de troca** aos quais tal “modernização” está necessariamente subordinada. Assim, o novo padrão emergente de desemprego como uma tendência socioeconômica adquire o caráter de um indicador do aprofundamento da crise estrutural do capitalismo atual. (MÉSZÁROS, 2011, p. 68, grifo do autor).

De onde se conclui que os limites do Programa Casa Brasil inserem-se nessa perspectiva, visto que não há programas de “qualificação profissional” capazes de inserir a totalidade dos desempregados pelas determinações da crise sistêmica. Além do mais, como em outros programas de inclusão digital ou aqueles que também possuam como objetivo “qualificar ou requalificar o trabalhador” para a sua consequente inserção no mundo do trabalho ou à sua capacidade de geração de renda para assim possibilitar o “desenvolvimento social”, não estão interessados na possível participação do trabalhador como sujeito na construção de uma sociedade emancipada, em que o resultado da produção material e cultural esteja disponível para todos, mas, sim, para ajustar-se aos imperativos do capitalismo.

Além disso, Mézáros (2011, p. 153) adverte: “A classe trabalhadora enquanto tal, como sujeito de controle da alternativa hegemônica ao capital, não pode ser integrada ao sistema. Para que isso seja possível, os antagonismos estruturais teriam de ser eliminados para sempre da ordem societária reprodutiva do capital.” Entretanto, o mesmo Mézáros esclarece que, diante da crise estrutural que se aprofunda e faz com que milhões de desempregados só se multipliquem, existe aí a possibilidade da rearticulação do movimento socialista, pois

[...] um dos grandes desafios diante de nós é a mobilização organizada e segura dos incontáveis milhões de desempregados, que devem se multiplicar no próximo período. [...] Os desempregados não podem ser deixados de lado hoje em dia. Não somente porque seria moralmente condenável fazê-lo, mas também porque a mobilização radical de milhões de desempregados – alguns bilhões em termos globais – oferece potencialmente uma força adicional ao movimento socialista. A solidariedade é, ao mesmo tempo, um valor socialista vital e uma grande fonte de poder emancipador. (MÉSZÁROS, 2011, p. 153).

O Programa Casa Brasil, com fortes indícios de um projeto que pretende ir além da instrumentalização básica para o uso das TIC poderia engajar-se nessa luta pela superação do capitalismo, mas o que se observa é um comprometimento muito maior com a ideologia dominante, limitando-se apenas a uma prática reformista e, mesmo assim, talvez, nem essa tarefa cumpra de modo satisfatório.

Outro conceito que o Casa Brasil adota e que, de certa maneira, está intrinsecamente relacionado ao mundo do trabalho e da capacidade de geração de trabalho e renda é o tema da economia solidária. Em Melo (2011, p. 23) vamos encontrar o seguinte posicionamento a respeito dessa temática:

Segundo os estudiosos desses empreendimentos, a economia solidária aponta para uma nova lógica econômica e produtiva baseada no

desenvolvimento sustentável com geração de trabalho e distribuição de renda, implicando a contraposição e reversão da lógica capitalista permeada na exploração do trabalho e dos recursos naturais, visando apenas ao lucro e à acumulação de capital numa sociedade excludente e tornada mais competitiva ainda diante das transformações estruturais do capitalismo das últimas décadas.

Diante da complexidade da crise capitalista que afeta diretamente o mundo do trabalho, o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (2009) apresenta o seguinte esclarecimento:

O movimento de reestruturação capitalista fragilizou as relações tradicionais de trabalho com o aumento da informalidade e da precarização desse, ensejando o surgimento e o avanço de outras formas de organização do trabalho através da associação e cooperação entre os trabalhadores no combate ao desemprego e como forma de geração de renda e de sobrevivência no capitalismo contemporâneo.

O Brasil, como forma de integrar-se nessa nova lógica, criou a Secretaria Nacional de Economia Solidária, em 2003, pelo Governo Federal, onde os projetos de economia solidária ganharam destaque “com o intuito de fomentar e divulgar as iniciativas associativas comunitárias baseadas nas cooperativas populares, redes de produção e comercialização, feiras de cooperativismo, clubes de troca, entre outras formas solidárias de associação.” (FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2009).

Singer (2002), um dos maiores expoentes e defensores da economia solidária, apresenta-nos a compreensão do que vem a ser um empreendimento solidário, partindo da premissa de que:

A economia solidária é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. A aplicação desses princípios une todos os que produzem numa única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica. O resultado natural é a solidariedade e a igualdade, cuja reprodução exige mecanismos estatais de redistribuição solidária da renda. (SINGER, 2002, p. 10).

Ao que parece, os autores que defendem a economia solidária acreditam que a prática dessa ação poderá romper com o capitalismo. Entretanto, para Coutinho (2011, p. 107)

A economia solidária ou popular é, certamente, apenas a mediadora das arbitrariedades do sistema capitalista, sem a pretensão de rompimento. Mesmo organizadas e gestadas pelos trabalhadores, muitas sucumbem à lógica do capital, transformando-se numa empresa capitalista.

Melo (2011, p. 28) complementa a mesma linha de raciocínio de Coutinho (2011) e chama a atenção ao exprimir que:

As atividades desenvolvidas nesses empreendimentos não exacerbam a luta de classes e o progresso tecnológico daí resultante, com a ampliação das contradições entre o proletariado e a burguesia, considerada por Marx (1988) como o motor fundamental do processo de desenvolvimento econômico capitalista. Pelo contrário, a economia solidária funciona como um instrumento de contenção das contradições sociais ao impulsionar a união dos trabalhadores em empreendimentos em que eles próprios são ao mesmo tempo “empregados” e “donos”, resultando numa estagnação da luta de classes e do desenvolvimento das forças produtivas capitalistas, ao mesmo tempo em que serve aos interesses de manutenção do *status quo* articulados ao movimento de reestruturação capitalista e à busca de taxas de mais-valia, cada vez mais ampliadas, tendo como base a exploração intensiva da força de trabalho na sociedade capitalista globalizada atual.

Além disso, tais iniciativas são reduzidas a formas complementares ao próprio capitalismo de mercado e não podem ser identificadas como outra forma de produção alternativa aos desmandos do capital e à exploração da força de trabalho, pois limitam-se a determinados produtos e serviços solidários, gerados localmente, subordinando-se ao Estado e a entidades da sociedade civil para o funcionamento dos empreendimentos. (MELO, 2011, p. 28).

Em outras palavras, a economia solidária acaba funcionando como uma espécie de empreendedorismo neoliberal disfarçado de projeto de emancipação de classe, porém serve aos ditames do capital ao não possibilitar a intensificação das contradições sociais e econômicas no período atual de capitalismo reestruturado e tornado mais excludente ainda. (MELO, 2011, p. 28).

Outro aspecto a ser considerado refere-se ao fato do tema economia solidária representar um caldeirão de teorias e correntes de pensamento. Tais teorias apoiam-se nas teses sobre o desenvolvimento sustentável, o desenvolvimento local, o socialismo utópico e o empreendedorismo neoliberal, pois

Mesmo sendo coletivos e direcionados para o mercado e não para o lucro, os empreendimentos solidários dependem inexoravelmente do mercado e da lucratividade para sobreviverem e se consolidarem e no auxílio dos investimentos estatais para fazerem frente ao capitalismo competitivo e globalizado dos tempos atuais. (MELO, 2011, p. 28).

Na verdade, a economia solidária constitui-se como mais uma postura ideológica enganosa, servindo para intensificar processos de alienação humana, como bem nos demonstra Wellen (2008):

Tal como acontece com autores que advogam a “economia solidária”, a mistificação presente em análises restritas a aspectos singulares da

realidade proporciona um reflexo falso das possibilidades concretas de superação do sistema capitalista, elegendo como regra aquilo que é, na verdade, exceção. Ocorre, dentro desse processo, uma supervalorização do singular a tal ponto deste tornar-se ilusoriamente independente do contexto social que lhe fornece sentido. Como uma proposta que tencione superar a ordem do capital e abolir as causas que a mantêm não pode prescindir de uma apreensão correta das determinações da totalidade social, a perspectiva apresentada na “economia solidária” se mostra, portanto, não com uma função social revolucionária, mas representa um retrocesso ideológico.

Em suma, corroborando com Melo (2011, p. 28), a economia solidária, até o momento,

Representa apenas iniciativas pontuais e localizadas de geração de trabalho e renda na escala local, que não têm o poder de se generalizar para toda a economia e nem representar significativamente uma nova forma de organização econômica, com base na solidariedade e na cooperação entre os trabalhadores, não representando, por conseguinte, um importante fator de desenvolvimento econômico e social [...].

Nesse aspecto, o Programa Casa Brasil mais uma vez apresenta elementos que nos fazem inferir que seus fundamentos estão totalmente voltados para a lógica da manutenção do capital, visto que, conforme constatamos, os empreendimentos solidários não se constituem como alternativa para a verdadeira emancipação humana.

Outro aspecto que merece ser abordado de maneira que se descortine o apelo ideológico de que o mesmo se reveste é no tocante à questão do termo “desenvolvimento sustentável”. Diante da perspectiva do Programa Casa Brasil em promover a articulação comunitária para o desenvolvimento sustentável local, torna-se absolutamente necessário questionar se a concepção de um chamado “desenvolvimento sustentável”, termo tão adotado nos tempos atuais, principalmente por programas governamentais,

Corresponde realmente a uma “nova alternativa”, a uma verdadeira e profunda mudança paradigmática, capaz de retroceder o cenário de crise ecológica; ou se é apenas mais uma expressão vazia que só maquia, troca nomes, mas corresponde à continuidade de um modelo antiecológico. (CABETTE, 2012).

Além do mais, discutir sobre esse conceito no âmbito do Programa Casa Brasil nos dá a oportunidade de fazer um resgate histórico acerca da temática para que possamos compreender as diversas relações que esse termo apresenta e qual a real conotação que o mesmo assume diante da crise do processo de acumulação e das intensas redefinições que vêm sendo processadas nas sociedades

contemporâneas (tanto no plano econômico, quanto político e social). Como bem destaca Mézáros (2011, p. 29):

Pois o que está fundamentalmente em causa hoje não é apenas uma crise financeira maciça, mas o potencial de autodestruição da humanidade no atual momento do desenvolvimento histórico, tanto militarmente como por meio da destruição em curso da natureza.

Diante desse cenário de crise e destruição, o termo “desenvolvimento sustentável”, disseminado pela ideologia dominante, parece ter virado modismo no vocabulário dos políticos, dos empresários, da mídia, na academia e até mesmo por partidos políticos que se dizem de esquerda. Na produção ou na circulação, está presente em praticamente todas as grandes indústrias e empresas do Brasil e do mundo, com o objetivo de demonstrarem dedicação e cuidado com o meio ambiente, quando o propósito, na verdade, é outro: explorarem a necessidade da dita sustentabilidade para fortalecerem as suas imagens e aumentarem o lucro.

A publicidade tratou logo de explorar esse termo, popularizando-o, e entusiasticamente tenta explicar o que significa, elegendo-o como o assunto do momento. (RUSSEL, 1995).

Os políticos falam disso apaixonadamente e outros abordam acerca da necessidade e dos passos que devemos dar para a execução de uma política de desenvolvimento sustentável, principalmente no âmbito local. (RUSSEL, 1995).

Dentro dessa linha de argumentação, Diegues (1992, p. 29) destaca:

Um dos fatores preocupantes é o aparente consenso que existe a respeito do termo, ainda que o conteúdo seja diferente segundo o grupo social que o utiliza. Para certos setores do movimento ambientalista significa uma proteção do “verde” independente da realidade social envolvida. Para os empresários trata-se, no fundo, do desenvolvimento que possa garantir a “sustentabilidade da taxa de lucro”, baseada sobretudo na criação e venda de equipamentos contra a poluição. Para certos governos, o termo muitas vezes constitui o preâmbulo de documentos oficiais para solicitação de empréstimos internacionais a organismos financeiros que foram obrigados a introduzir em seus critérios de aprovação de projetos as variáveis ambientais.

Na verdade, estão todos tentando difundir a ideia de que o respeito ao meio ambiente apenas se efetivará com a ajuda e a intervenção de indústrias/empresas com “responsabilidade social” ou com a “parceria” do “terceiro setor”, ou ainda, o que é mais terrível, culpabilizam o indivíduo pela situação de destruição da natureza e tentam desviar a sua atenção das enormes iniquidades geradas pelo capitalismo.

Entretanto, em Mészáros (2011, p. 53) vamos encontrar o seguinte esclarecimento no que tange à atribuição para a comunidade se responsabilizar pela não degradação ambiental:

Afirmar que os custos da despoluição de nosso meio ambiente devem ser cobertos, em última análise, pela comunidade é ao mesmo tempo um óbvio lugar-comum e um subterfúgio típico, ainda que os políticos que pregam sermões sobre essa questão acreditem haver descoberto a pedra filosofal. **Obviamente**, é sempre a comunidade dos produtores que cobre os custos de tudo. Mas o fato de **dever** sempre arcar com os custos não implica de modo algum que sempre o **possa** fazer. Certamente, dado o modo predominante de controle social alienado, podemos estar certos de que a comunidade **não será capaz** de arcar com tais custos. (MÉSZÁROS, 2011, p. 53, grifo do autor).

Interessante observar a seguinte argumentação que o mesmo Mészáros (2011, p. 51) utiliza para justificar todo esse súbito “interesse” por essa temática e sua relação com o fascínio exercido pelas novas tecnologias:

“O Deus que falhou”, na imagem da onipotência tecnológica, é agora recomposto e novamente apresentado sob o disfarce do “interesse ecológico” universal. Há dez anos a ecologia podia ser tranquilamente ignorada ou desqualificada como totalmente irrelevante. Agora, ela é obrigada a ser grotescamente desfigurada e exagerada de forma unilateral para que as pessoas – impressionadas o bastante com o tom cataclísmico dos sermões ecológicos – possam ser, com sucesso, desviadas dos candentes problemas sociais e políticos. (MÉSZÁROS, 2011, p. 51).

Mas o que exatamente significa desenvolvimento sustentável? Existe mais de uma centena de diferentes definições acerca do termo e tem havido muitos debates sobre os mais variados méritos e relevância. Mas um princípio comum à maioria desses é que nós devemos deixar o planeta tão bom como nós o encontramos. A definição desse conceito foi proposta pela Primeira Ministra da Noruega, em um relatório pela Comissão Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas, intitulado: “Nosso Futuro Comum”, em abril de 1987, que assim o formulou: “desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem suas próprias necessidades.” (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1991, p.46). Ou, ainda, como um

Processo de mudança no qual a exploração dos recursos, o direcionamento dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional estão em harmonia e reforçam o atual e futuro potencial para satisfazer as aspirações e necessidades humanas. (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1991, p.46)

O propósito é realmente digno. Entretanto, como tais princípios parecem não ter sido colocados em prática, nós começamos a perceber os danos irreparáveis aos ecossistemas do planeta. (RUSSEL, 1995). Além do mais, a concepção de desenvolvimento sustentável oculta as origens da degradação ambiental, conforme assinalaram Graciolli e Toitio (2009, p. 174): “sob a égide do imperativo da lucratividade, bens e serviços tornam-se descartáveis, máquinas e equipamentos vivem um quadro de obsolescência precoce, o desemprego adquire contornos crônicos e o meio-ambiente é sugado ao máximo.”

Dessa forma, “é questionável se os conceitos correntes de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável são realísticos ou adequados” (EPIPHÂNIO; ARAUJO, 2008), pois, ao questionarem os malefícios que a racionalidade econômica produz, quando longe da moral e da ética, esses autores denunciam que a administração do planeta, ao buscar a eficiência a qualquer preço, coloca a própria morada em perigo. (CASTRO, 1996, p. 6).

É válido ressaltar a contribuição de Michael Löwy, no que concerne a essa questão. Em entrevista concedida à Revista Lutas Sociais, publicada em 2009, Löwy (2009, p. 181) indica que:

A racionalidade estreita do mercado capitalista, com seu cálculo imediatista de perdas e lucros, é intrinsecamente contraditória com uma racionalidade ecológica que leve em consideração a temporalidade longa dos ciclos naturais. Trata-se de um sistema baseado na concorrência impiedosa, nas exigências de rentabilidade, na corrida atrás do lucro rápido e que, portanto, é intrinsecamente perverso e destruidor do meio ambiente.

Dessa forma, a ideia do “desenvolvimento sustentável” consiste no reconhecimento de que os “recursos naturais” são esgotáveis, de modo que as atividades econômicas e industriais não podem se desenvolver ignorando ou desprezando esse importante dado. Segundo Fiorillo (2002, p. 25):

O princípio do desenvolvimento sustentável tem por conteúdo a manutenção das bases vitais da produção e reprodução do homem e de suas atividades, garantindo igualmente uma relação satisfatória entre os homens, e destes com o seu ambiente, para que as futuras gerações também tenham oportunidade de desfrutar os mesmos recursos que temos hoje à nossa disposição.

A tomada de consciência, embora tardia, não deixa de ser um progresso quanto à necessidade de preservação ambiental. Conter o desenvolvimento destruidor do meio ambiente é um projeto louvável, principalmente se levarmos em consideração

O fato concreto de que o destino da própria humanidade encontra-se ameaçado em virtude dessa prática irresponsável.

Inobstante verifica-se, sem muita dificuldade, que o conceito e o sentido dado ao chamado “desenvolvimento sustentável” não altera o paradigma utilitário que tem marcado tradicionalmente a relação entre a humanidade e a natureza. Esta continua sendo enfocada sob um ponto de vista meramente instrumental, servindo sempre e somente para a satisfação das necessidades e dos interesses [...] [do capital]. (CABETTE, 2012).

Na verdade, diante dos novos desafios estabelecidos pelo caráter destrutivo do “progresso” capitalista, há de se ter em mente que o atual desenvolvimento desse modo de produção também seria responsável por divulgar uma suposta doutrina ideológica de “preservação do planeta”. Como bem expõe Gudynas (1992, p. 68):

As atuais posturas de desenvolvimento sustentável exigem um enfoque crítico cauteloso. Nelas não se renuncia ao velho paradigma do desenvolvimento pelo crescimento econômico; pelo contrário, ele é ajustado a uma dimensão ecológica. Assim, a disseminação de uma nova política neoliberal, que enfatiza o mercado como cenário privilegiado das relações sociais, também está gerando sua própria política ambiental.

Sendo objetivo do modelo econômico consumista do capitalismo o crescimento sem limites, a tese do desenvolvimento sustentável, se partirmos para um exame crítico sério de sua viabilidade, torna-se algo incompatível, pois não há como manter uma coexistência equilibrada entre a preservação ambiental e o desenvolvimento econômico, sem que “este não acarrete a anulação daquela.” (FIORILLO, 2002, p.26). “Em muitas situações, ditos objetivos são mutuamente excludentes, de modo que a mudança paradigmática deve ser bem mais radical do que uma pretensa postura eclética, que pretende teoricamente conciliar o inconciliável.” (CABETTE, 2012). Corroboramos também com a ideia de Ramos (2010) quando afirma:

Do nosso ponto de vista, sob as relações de produção capitalista, é impossível qualquer modalidade de desenvolvimento sustentável com vigência ampla e duradoura que venha salvaguardar os recursos naturais e humanos do planeta terra.

Dialogando ainda com Cabette (2012), é possível concluir que, “no máximo, o que pode representar o chamado ‘desenvolvimento sustentável’, desprovido dessa ótica [...] [revolucionária], é um retardamento dos processos de exploração e deterioração ambientais, mas não uma efetiva mudança de rumos.”

Serres (1994, p. 54) foi muito lúcido ao exemplificar esse fenômeno com a metáfora de um navio que avança em alta velocidade na direção de uma rocha com

a qual se chocará. Devido a isso, o Capitão determina que simplesmente se reduza a velocidade, esquecendo o essencial, que seria a alteração da rota. Ou seja:

O desenvolvimento sustentável só será possível por meio de uma revolução social, substituindo as relações sociais baseadas na propriedade privada, acabando, portanto, com a exploração da classe trabalhadora. É preciso que o desenvolvimento pleno dos indivíduos, com a preservação da natureza, ultrapasse a fraseologia, tornando-se uma atividade concreta, dirigida por novas premissas econômicas e novas relações sociais, através do banimento da propriedade privada. (RAMOS, 2010).

Ademais, não se pode ter a pretensão de falar em desenvolvimento sustentável sem levar a cabo o que “Marx falou sobre a necessidade vital de mudar, ‘de cima a baixo’, as condições de existência **como um todo**, sem o que todos os esforços direcionados à emancipação socialista da humanidade estão destinados ao fracasso.” Na verdade, “nada menos do que uma transformação radical de ‘toda a nossa maneira de ser’ pode produzir um adequado sistema de controle social”, sob qualquer aspecto, notadamente no que se refere ao desenvolvimento sustentável. (MÉSZÁROS, 2011, p. 74, grifo do autor).

Os conceitos de geração de trabalho e renda, economia solidária e desenvolvimento sustentável, que, de certa forma, guardam uma relação entre si, constituíram-se como ações pretendidas pelo Programa Casa Brasil, a partir da inclusão digital, como propostas de soluções para a questão do desemprego e da desigualdade social. Porém, o que se observa é que, não havendo possibilidade concreta de inserção no mundo do trabalho, dado o atual estágio de desenvolvimento capitalista caracterizado pela reestruturação produtiva e pelas constantes crises, tais ações instigam ainda mais o surgimento e a multiplicação de formas precárias de trabalho e não dão conta de resolver tal impasse, tornando-se também incapazes de conduzir às formas emancipadas do ser humano.

Porém, outros aspectos do Programa Casa Brasil também merecem ser considerados e referem-se aos temas do acesso e produção de informação e conhecimentos e popularização da ciência e da arte como formas de possibilidade de ampliação da cidadania, intermediadas pela ação da sociedade civil.

Ora, somos conhecedores, conforme Gomez (1987) já assinalava, que “o atual estágio de desenvolvimento do capitalismo tem, entre suas características, o novo estatuto da ciência como instituição” e, na atual conjuntura, ao tratarmos das tecnologias de informação, devemos ter claro que, para o capitalismo, a informação é o mesmo que mercadoria. (LOJKINE, 1995).

Com esse mesmo tipo de argumentação, Nascimento (2011, p. 143) reforça e amplia essa questão:

Na lógica do mercado neoliberal, [...], as novas tecnologias contribuem fortemente com o processo de financeirização do conhecimento, mais especificamente da ciência, tornando-a força produtiva. Ao tornar-se capital informacional e computacional, através das novas tecnologias, o conhecimento muda de natureza e torna-se mercadoria a ser vendida a quem pagar mais, pois implica vantagem competitiva fundamental no mercado capitalista.

A questão do acesso à informação torna-se tão relevante que a mesma acaba sendo incorporada como um direito social previsto, inclusive na Constituição Brasileira de 1988. Dessa forma, a informação, como um direito social, está contida no Artigo 5, inciso XIV da Constituição Federal, que prevê: “É assegurado a todos o acesso à informação [...]”. (BRASIL, 2011, p. 16). Nesse sentido, assegurado esse direito pela Carta Magna, a informação deveria ser um privilégio de todos, constituindo-se como um bem comum, que pode e deve atuar como fator de “integração”, “democratização”, “igualdade”, “cidadania”, “libertação” e “dignidade pessoal”. Não existe “exercício da cidadania” sem informação, pois, para cumprir deveres e reivindicar direitos, sejam esses civis, políticos ou sociais¹⁰, o “cidadão” precisa reconhecê-los, e isto é informação. (TARGINO, 2006, p. 71). Porém,

Se a distribuição de riquezas materiais é injusta, mais ainda é a impossibilidade de acesso à informação – esta que seria o instrumento mais poderoso para superar condições que tornam os homens desiguais. Excluir a informação das necessidades básicas – vista às vezes como inútil ou perigosa é cortar pela raiz um direito sem o qual os indivíduos perdem outros. (MILANESI, 2002, p. 104).

Na verdade, para além da questão de se ter acesso à informação com o intuito de o sujeito se fazer conhecedor de seus “direitos”, também consideramos que uma das formas de se resolver a relação contraditória entre dominação e subordinação depende da capacidade de os dominados confrontarem quem os subjuga, munidos de informação e conhecimento.

Entretanto, Nascimento (2011, p. 68) alerta para o fato de que

¹⁰ A referência teórica do conceito de cidadania e de direito encontra-se na obra de Thomas H. Marshall: *Cidadania, Classe Social e Status*, publicada em 1949, na qual o autor desenvolve sua análise sobre a cidadania na Inglaterra. Marshall define cidadania como a participação integral do indivíduo na comunidade política e distingue três tipos de direitos: os direitos civis, aqueles direitos que asseguram as liberdades individuais; os direitos políticos, aqueles que garantem a participação dos cidadãos no exercício do poder político; e os direitos sociais, aqueles que asseguram o acesso a um mínimo de bem-estar material. O argumento do autor segue a seguinte lógica: garantidos os direitos civis, as pessoas lutariam por direitos políticos e, conseqüentemente, conquistariam direitos sociais. (MARSHALL, 1967).

A sociedade do conhecimento não cria um novo regime de acumulação ou uma nova ordem mundial, mas cria uma sociabilidade alinhada a uma postura ideológica e cultural necessária às condições de reprodução do capital. No âmbito dessa sociabilidade, a inserção das novas tecnologias de informação e comunicação estabelece um formato de relações sociais e produtivas que em função do impacto que causa na sociedade, ante o modelo de produção mecânica, coloca-se como uma revolução tecnológica [...].

No tocante à abordagem relacionada à chamada revolução informacional o que se observa é que ela está alinhada de acordo com o seguinte raciocínio: na revolução industrial houve a automação das funções manuais e, na revolução tecnológica, busca-se a automação das funções cerebrais. Na perspectiva marxista em que nos apoiamos, seria o mesmo que dizer: na “sociedade industrial” expropriava-se o “saber fazer”, na “sociedade da informação” expropria-se o “saber pensar”. Diante dessa lógica, temos que, à custa da exploração de muitos, sejam assalariados ou espoliados, estes valem menos do que as máquinas que produzem e às quais dificilmente terão acesso. (TARGINO, 2006, p. 60). Seguindo a mesma linha de análise, Mézáros (2011, p. 68) acrescenta e enriquece essa discussão:

Reconhecer, porém, o caráter socialmente determinado da tecnologia em questão teria sido o mesmo que admitir as limitações socioeconômicas das aplicações capitalistas da tecnologia. Essa é a razão pela qual os apologistas das relações capitalistas de produção tiveram que teorizar sobre o “crescimento”, o “desenvolvimento” e a “modernização” **enquanto tais**, em vez de investigar os modestos **limites** do crescimento e do desenvolvimento **capitalistas**. Razão pela qual também foram obrigados a discorrer sobre a sociedade “afluente”, “industrial-moderna” ou mesmo “pós-industrial”(!) e de “consumo” **enquanto tais**, em vez de analisar a afluência artificial e contraditória da **sociedade de consumo produtora de desperdício** que depende, para seu ciclo de reprodução “industrial-moderno”, não apenas da mais cínica manipulação da demanda dos consumidores, mas também da mais desumana exploração dos “despossuídos”. (MÉSZÁROS, 2011, p. 68, grifo do autor).

Contudo, não se pode perder de vista que os recursos de informação que a sociedade está desenvolvendo são de tal ordem que passam a atuar não só sobre os objetos dessa sociedade, mas sobre a própria forma de gerar os recursos de informação. A informação, do ponto de vista social, é um recurso que possui a capacidade de atuar sobre si próprio, diferentemente de outros recursos desenvolvidos até então. Krippendorff (1993, p. 513) cita como exemplos computadores que atuam na criação de novos computadores e informações que atuam na criação de novas informações. Esse autor

Também chama a atenção, nesse caso, para o fato de que esse tipo de dinâmica encontra-se em sintonia com o modo de produção capitalista, uma

vez que contribui para acentuar as desigualdades. Desse modo, quem é rico em informação torna-se mais rico ainda pelo acesso que tem aos recursos de informação; quem tem acesso à educação torna-se mais avançado ainda em educação pelo acesso que tem aos recursos educacionais; empresas que dominam a informação e a tecnologia da informação tornam-se mais poderosas e podem ter acesso a recursos maiores ainda. (SANTOS, 2006).

Em outras palavras, a informação passa a ser valorizada de tal maneira que, à medida que as novas tecnologias impõem-se como fator de mudanças sociais e culturais, o aspecto econômico passa a ser realçado pela substituição do paradigma da sociedade industrial pelo da “sociedade pós-industrial”, quando a produção, a distribuição e a disseminação de informação e do conhecimento terminam constituindo-se como um eixo da economia capitalista. Some-se a isso o fato de que:

Os novos meios eletrônicos dão a impressão de que a informação está acessível a todas as pessoas, em todo lugar e a qualquer momento. Além disso, leva muitos a considerarem a Internet como um meio democrático de acesso à informação. Mas o acesso a dados e informação por meio de um sistema sofisticado e combinado que envolve satélites, cabos de fibra óptica e microcomputadores é diferenciado e seletivo quanto à possibilidade de utilização tanto em relação aos países, como em relação às classes sociais. Isto é: ao mesmo tempo em que as novas tecnologias podem conectar pessoas e mercados em todo o mundo, também vão ampliar as desigualdades entre povos e territórios. Isso ocorre exatamente porque muitos deles estão praticamente excluídos dos avanços tecnológicos, carecendo até mesmo da infraestrutura básica para o funcionamento de equipamentos, como, por exemplo, rede de energia elétrica. (LUCCI; BRANCO; MENDONÇA, 2005, p.11 e 17).

Nesse sentido, cabe destacar o mérito do Programa Casa Brasil, que se pautou nesse aspecto da ausência de infraestrutura, uma vez que ele deveria funcionar em áreas de baixo índice de desenvolvimento humano, fornecendo a essas comunidades computadores e conectividade.

Todavia, o que se observa é que, assim como a ciência, a informação e todo o seu aparato tecnológico, que ganhou destaque nessa nova fase de reestruturação capitalista, foram capturados pelo capital, apresentando-se como força produtiva deste e sendo por ele explorada. Isto é nada mais do que nos esclarece Santos (2006) em suas análises sobre a “Era da Informação”:

A informação, aliada à crescente capacidade técnica de sua manipulação, ganhou uma relevância social sem precedentes, o que a tornou objeto de apropriação pelas organizações capitalistas. Ao ser incorporada pelo capitalismo, a informação adquiriu não só a característica de mercadoria, isto é, de objeto de geração de mais-valia, mas ganhou ainda uma importância fundamental na própria sustentação do capitalismo, na medida em que seu controle permite não só satisfazer necessidades existentes, como também criar e manipular novas, em benefício das próprias

organizações. Por fim, os meios técnicos que permitem a criação, manipulação, distribuição e destruição da informação – isto é, as Tecnologias da Informação – tornaram-se eles mesmos insumos e produtos de interesse econômico, expandindo, criando e destruindo segmentos econômicos inteiros e imprimindo uma nova dinâmica de expansão na economia capitalista.

Além da importância dada ao acesso à informação no atual contexto do capitalismo, incorporado pelo Programa Casa Brasil como um dos objetivos a serem perseguido, outra discussão que está intrinsecamente relacionada a essa questão, principalmente no que se refere à produção de informação, diz respeito à popularização da ciência e da arte. No caso particular da popularização da ciência, a contribuição de Freitag (1979, p. xxi) também nos mostra que essa discussão não pode ser compreendida sem que esteja associada ao processo de acumulação do capital, sentido esse para o qual Marx já sinalizava ainda no final do século XIX:

A ciência criada e mutilada pela produção capitalista, uma ciência sem crítica, sem reflexão, sem negação, a ciência reduzida a um método de adequação de meios a fins, permeia hoje as três instâncias – a infraestrutura, a sociedade política e a sociedade civil (Gramsci) – mostrando-se em cada uma delas, caleidoscopicamente, ora como força produtiva, ora como poder, ora como ideologia, ao mesmo tempo causa e efeito do processo de acumulação do capital e funcionando, em todas as instâncias, como fator de reprodução das relações de produção. (FREITAG, 1979, p.xxi).

Há ainda teóricos que, em sintonia com a ideologia dominante, creditam à ciência e à tecnologia a solução de todos os problemas sociais. No contexto do Programa Casa Brasil, essa crença também foi apregoada como um dos objetivos a serem alcançados. Todavia, numa análise crítica em relação a tal possibilidade, Mészáros (2011, p. 53, grifo do autor) adverte:

E, finalmente, argumentar que “ciência e tecnologia podem solucionar todos os nossos problemas a longo prazo” é muito pior do que acreditar em bruxas, já que tendenciosamente omite-se o devastador enraizamento social da ciência e da tecnologia atuais. Também nesse sentido, a questão central não se restringe a saber **se** empregamos **ou não** a ciência e a tecnologia com a finalidade de resolver os nossos problemas – posto que é óbvio que devemos fazê-lo -, mas se seremos **capazes** ou não de **redirecioná-las radicalmente**, uma vez que hoje ambas estão estreitamente determinadas e circunscritas pela necessidade de perpetuação do processo de maximização de lucros. A tendência objetiva inerente à natureza do capital – seu crescimento dentro de um sistema global conjugado com sua concentração e sua sempre articulação com a ciência e a tecnologia – abala e torna anacrônica a subordinação socioestrutural do trabalho ao capital.

Estando, pois, o conhecimento humano e a ciência, de um modo geral, voltados para a geração ampliada de mais-valia, resta-nos concluir que, como

objetivos a serem perseguidos pelo Programa Casa Brasil, o acesso e a produção de informação e conhecimentos e a popularização da ciência constituem-se, juntamente com os outros elementos anteriormente discutidos, em importantes condicionantes das ações de inclusão digital que permeiam o referido Programa, o que tornam evidentes os limites inerentes à sua concepção, revelando, ainda, algumas contradições internas que perpassam a sua arquitetura original.

Ademais, o Programa Casa Brasil contava, ainda, com o propósito de ampliar a “cidadania” de seus beneficiários, isto é, a “cidadania” tornou-se a questão norteadora das atividades e do campo de atuação do Programa, uma vez que conseguisse implantar e concretizar as ações de inclusão digital voltadas para a geração de trabalho e renda, economia solidária, desenvolvimento sustentável, acesso e produção de informação e conhecimentos, popularização da ciência e da arte, com o apoio da sociedade civil. Assim, o debate sobre uma suposta ampliação da “cidadania” implica necessariamente que o relacionemos com a também polêmica temática da “sociedade civil”.

Mészáros (2002, p. 182), em sua análise sobre cidadania, remonta a Rousseau ao afirmar que “[...] o direito à propriedade é o mais sagrado de todos os direitos da cidadania; em certos aspectos até mais importante do que a própria liberdade.” E o próprio Rousseau (2011, p. 19) é quem primeiro define a origem da sociedade civil: “O primeiro homem que, depois de cercar um terreno, resolveu dizer ‘isto é meu’, e encontrou gente simples o bastante para acreditar nele, foi o verdadeiro fundador da sociedade civil.” Ou seja: com base nessas premissas, observamos que tais conceitos estão intrinsecamente relacionados à questão da propriedade privada e, em Marx, eles realizam-se tão somente na sociedade burguesa.

Retornemos a Marx (1843) quando ele esclarece a distinção entre a emancipação política e a emancipação humana. Isto é: para o autor, “a emancipação política é a redução do homem, de um lado, a membro da sociedade burguesa, a indivíduo egoísta independente e, de outro, a cidadão do Estado, a pessoa moral.” Ora, para Marx, ter acesso a direitos estabelecidos pelo Estado, tornar-se cidadão, nada mais é do que uma conformação no Estado capitalista:

Mas este fato torna-se ainda mais estranho quando verificamos que os emancipadores políticos rebaixam até mesmo a cidadania, a comunidade política ao papel de simples meio para a conservação dos chamados direitos humanos; que, por conseguinte, o *citoyen* é declarado servo do

homme egoísta; degrada-se a esfera comunitária em que atua o homem em detrimento da esfera em que o homem atua como ser parcial; que, finalmente, não se considera como homem verdadeiro e autêntico o homem enquanto cidadão, senão enquanto burguês.(MARX, 1843).

Por outro lado, merece a nossa atenção o fato de que, em uma sociedade tão desigual, o processo histórico das lutas travadas para a obtenção de direitos que possam assegurar, senão a igualdade, pelo menos dignidade humana, não pode ser negado. Entretanto, além da emancipação política, o que verdadeiramente a classe trabalhadora almeja é a emancipação humana. Nesse sentido, Marx (1843) já alertava:

Não há dúvida que a emancipação política representa um grande progresso. Embora não seja a última etapa da emancipação humana em geral, ela se caracteriza como a derradeira etapa da emancipação humana dentro do contexto do mundo atual. É óbvio que nos referimos à emancipação real, à emancipação prática.

Também Mészáros (2002, p.181) expõe, ao se referir à verdadeira emancipação humana, que é necessário extinguir todas as mediações de segunda ordem que compõem o complexo sistema de controle sociometabólico:

É por essa razão que a verdadeira meta da transformação socialista radical deve ser o próprio sistema do capital com todas as suas mediações de segunda ordem e não apenas a expropriação legal das personificações capitalistas privadas do capital.

Todavia, o que se verifica é que os conceitos de cidadania e sociedade civil, quando empregados pelos ideólogos do capital ou por aqueles que defendem reverberadamente justiça social nos limites do capitalismo, são vistos sob uma ótica enganadora na medida em que são disseminados como possibilidade de distribuição justa no marco do próprio capitalismo. Isto é: são utilizados dentro de um contexto que serve muito mais para conservar e promover a base econômica e política conforme os interesses da classe dominante. A categoria de cidadão, por exemplo, ocupa uma posição proeminente para a função política do Estado de coesão social (POULANTZAS, 1977a) porque, quando tomada

Como referência das lutas políticas, mantém tais lutas circunscritas aos limites do modo de produção capitalista e, como consequência desses mesmos limites, apesar do sentido preciso de cidadão na teoria de Estado [...] [de Poulantzas], nas lutas concretas o termo cidadania se torna polissêmico, pois cada agente político procura atribuir-lhe conteúdos conforme seus interesses [...]. (PINHEIRO, 2009, p. 117).

Em resumo: “a defesa da cidadania significa apenas uma defesa caduca da reforma da ordem social vigente.” (SILVA, 2012, p. 246). Ou, como nos apresenta Almeida (2012, p. 194), a cidadania constitui-se como mais um dos “pilares ideológicos fundamentais para a reprodução da dominação burguesa.” O mesmo ocorre com a concepção de sociedade civil. Vários autores de diferentes épocas e vertentes teórico-ideológicas concebem o termo sociedade civil, atribuindo-lhe distintas compreensões.

Seguramente, é possível afirmar que “sociedade civil” é um dos conceitos da teoria política clássica mais usados no discurso social e político contemporâneo. Inúmeras classificações têm sido feitas por vários autores e, desde sua recuperação no período medieval através da tradução da Política de Aristóteles (*koinonia politike* para *societas civilis*) por William von Moerbeke, o conceito tem sido reformulado por quase todos os filósofos políticos ocidentais significativos, passando por Hobbes, Locke, Rousseau, Ferguson, Smith, Kant, Hegel, Tocqueville, Marx, Gramsci e, contemporaneamente, Arato & Cohen. Na verdade, se visto de uma perspectiva histórica, notar-se-á que o conceito de sociedade civil que, para Hobbes, Locke, Rousseau e Ferguson, por exemplo, era sinônimo de Estado – em oposição ao “estado de natureza” –, passa a ser visto, com a noção neoliberal contemporânea, em oposição ao Estado – ou seja, o reino da eficiência ante a ineficiência, que é inerente à intervenção estatal. (PINHEIRO, 2012, p.76).

Nesse sentido, o quadro abaixo é adequado como forma de ilustrar e explicar o que Pinheiro (2012) salientou, não só no que se refere à concepção de sociedade civil, mas também à de cidadão e, inclusive, à teoria de Estado:

Quadro 2 - Concepções distintas de sociedade civil

Pré-marxistas		MARX	Pós-marxistas		
ROUSSEAU	HEGEL	Estado II Superestrutura	GRAMSCI	HABERMAS	
Existência do cidadão	Estado I		Sociedade política	Mundo vital público	Sociedade administrativa
Existência do homem	Sociedade civil I	Base	Sociedade civil II	Mundo vital privado	Sociedade econômica
			Infraestrutura		

Fonte: Adaptado de: FARIAS, Flávio de B. **Aula expositiva sobre o Estado**. São Luís, 2009.

Originalmente, o conceito de sociedade civil era concebido “como sinônimo de Estado, como uma comunidade política enraizada nos princípios da

cidadania.” (PINHEIRO, 2012, p. 77). Assim, para Rousseau (2011, p. 16), o ser humano só tornar-se-ia “um ser inteligente e um homem” se integrado a uma sociedade política; do contrário, o homem em estado de natureza, como o autor descreve em: “Do contrato social”, seria “um animal estúpido e obtuso”. Ou seja: “somente saindo do estado de natureza e tornando-se um ser social em pleno sentido, isto é, tornando-se um cidadão, que o homem pode realizar sua natureza como homem.” (CRANSTON, 2011, p. 16). Mais adiante, Cranston (2011, p. 16) referindo-se ainda a Rousseau, acrescenta: “o homem só pode realizar plenamente sua natureza criando o pacto social e vivendo sob o império da lei.” É claro que a sociedade imaginada por Rousseau foi e continua a ser amplamente criticada, considerada, inclusive, como um modelo de totalitarismo. Entretanto, para os ideólogos do capital, a concepção de Rousseau constituiu-se como uma poderosa declaração de princípios democráticos. Até porque:

O modo de produção capitalista articula relações de produção apoiadas na exploração de classe com a constituição de pessoas livres e iguais no plano jurídico, sem o qual não é possível firmar o contrato de trabalho. A ordem política e a ordem econômica são formalmente separadas no capitalismo, de modo a constituir o “trabalhador livre”: expropriado dos meios de produção, mas dotados de liberdade para firmarem contratos no mercado de trabalho. Isso é possível por intermédio do Estado, que estabelece uma ordenação jurídica que permite a conexão entre sujeitos privados. (COUTINHO, 2011, p.52).

Ainda em relação a esse aspecto, Poulantzas (1977a, p. 119) tece sua crítica: o Estado capitalista apresenta-se como o defensor dos interesses gerais da sociedade, encerrando a vontade desse “corpo político” por intermédio da Nação. Dominantes e dominados são todos constituídos indivíduos-cidadãos, igualados na sua relação com as leis abstratas e formais. Em outra obra, o mesmo Poulantzas (1977b) acrescenta: as instituições políticas do Estado capitalista ocultam o seu caráter político de classe apresentando-o, ao contrário, como a encarnação da vontade do “povo nação”. Ou seja: do conjunto de indivíduos-cidadãos. (COUTINHO, 2011, p. 53).

Em Marx e Engels (1975, p. 201) vamos encontrar o seguinte esclarecimento sobre essa questão, principalmente quando esses autores analisam a concepção de Hegel sobre sociedade civil:

Pelo menos na história moderna, fica, portanto, demonstrado que todas as lutas políticas são lutas de classe e que todas as lutas de emancipação de classes, apesar de sua inevitável forma política, giram, em última instância,

em torno da emancipação econômica. Portanto, aqui, pelo menos, o Estado, o regime político, é o elemento subordinado; e a sociedade civil, o reino das relações econômicas, o elemento dominante. A idéia tradicional, que Hegel também consagrou, via no Estado o elemento determinante e, na sociedade civil, o elemento condicionado por ele. E as aparências levam a pensar assim.

Em outras palavras, Marx e Engels partem do pressuposto de que as questões econômicas determinam a esfera política muito mais do que a esfera política possa interferir na questão econômica. Assim:

A sociedade civil seria o momento do desenvolvimento das relações econômicas que precede e determina, “em última instância”, o momento político.

[...]

A sociedade civil é, para Marx, associada ao reino privado das relações entre indivíduos, ou seja, um espaço social que foi vagarosamente desvinculado tanto do universo afetivo da família, quanto do domínio formal do Estado mediante o triunfo das relações capitalistas de produção [...]. (PINHEIRO, 2012, p. 82).

É o próprio Marx (1993, p. 53) quem esclarece:

A sociedade civil abrange todo o intercâmbio material dos indivíduos, no interior de uma fase determinada de desenvolvimento das forças produtivas. [...] A sociedade civil, como tal, desenvolve-se apenas com a burguesia; entretanto, a organização social que se desenvolve imediatamente a partir da produção e do intercâmbio e que forma em todas as épocas a base do Estado e do resto da superestrutura idealista foi sempre designada, invariavelmente, com o mesmo nome.” (MARX, 1993, p. 53).

Observa-se, ainda, que, para Marx, a sociedade civil expressa-se como um “espaço fundamentalmente contraditório” e é “caracterizada, nas sociedades classistas, por relações de exploração e dominação.” (COUTINHO, 2011, p.78). Marx (1993, p. 53) acrescenta e torna a criticar a forma anteriormente concebida a respeito da sociedade civil, por Hegel:

A forma de intercâmbio, condicionada pelas forças de produção existentes em todas as fases históricas anteriores e que, por sua vez, as condiciona, é a sociedade civil. [...] Vê-se, já aqui, que esta sociedade civil é a verdadeira fonte, o verdadeiro cenário de toda a história, e quão absurda é a concepção histórica anterior que, negligenciando as relações reais, limitava-se às ações altissonantes dos príncipes e dos Estados.

Em Gramsci (2000, p. 244), sociedade civil pode ser entendida como sendo o conjunto formado pelos organismos denominados privados e sociedade política ou Estado: “[...] na noção geral de Estado entram elementos que devem ser remetidos à noção de sociedade civil (no sentido, seria possível dizer, de que Estado = sociedade política e sociedade civil, isto é, hegemonia couraçada de coerção).”

Para Coutinho (2011, p. 78), Gramsci situaria “a ‘sociedade civil’ no espaço superestrutural, no qual se constróem os aparelhos de hegemonia burguesa, ou seja, de constituição de uma direção político-ideológica.”

A distinção entre sociedade civil e sociedade política não é apenas uma distinção metodológica entre dois níveis da superestrutura, mas sim um ponto de extrema originalidade e enriquecimento teórico para a teoria marxista do Estado. Tal distinção põe em evidência a complexidade, a articulação e a relativa independência, com relação à base econômica, das instituições, das organizações, das formas da consciência e da ideologia através das quais é expresso o poder de uma classe, além de servir para explicar a relação dialética entre coerção e consenso, ditadura e hegemonia, que serve de base e expressão para o poder de uma classe. (PINHEIRO, 2012, 95).

Na concepção de sociedade civil, tanto em Marx como em Gramsci “sobressai a reflexão sobre a possibilidade (e a necessidade) de práticas anti-hegemônicas, destruidoras dos aparatos de repressão e dominação de classes.” (COUTINHO, 2011, p.78).

Contudo, a linha teórica dos idealizadores do Programa Casa Brasil obviamente não é essa. De maneira geral, a concepção de sociedade civil que é adotada versa sobre uma visão atrelada ao aporte ideológico neoliberal. Dessa forma, Pinheiro (2012, p. 85), contundente crítico dessa concepção de sociedade civil, expõe que, nessa matriz teórica,

A sociedade civil é considerada, de uma maneira mais passiva, menos como uma esfera contraposta ao Estado e ao capitalismo e mais como um complemento ou mesmo um substituto para o Estado e o mercado. Essa seria a visão neoliberal de sociedade civil. Sociedade civil, neste sentido, é o reino entre o Estado, o mercado e a família; não é o reino da luta e da emancipação, mas sim o reino da estabilidade, da provisão, da confiança e da responsabilidade social. Termos como organizações sem fins lucrativos ou organizações não-governamentais são usados para descrever os atores da sociedade civil. Um sinônimo para o conceito de sociedade civil usado por essa matriz teórica é o conceito de Terceiro Setor, que permeia os relatórios e informes emitidos pelas instituições internacionais (Banco Mundial, OMC e FMI, por exemplo). Nesse ponto, cumpre destacar que, de acordo com o Banco Mundial, “a constituição de capital social e o surgimento de uma sociedade civil forte são os ingredientes essenciais para a consecução do desenvolvimento sustentável a longo prazo [...]”.

Na verdade, para a matriz teórica neoliberal, a atuação e o fortalecimento da sociedade civil no campo de ação do desenvolvimento social seria o percurso certo e necessário para o enfrentamento eficiente da injustiça e da exclusão. Isso porque:

Os autores vinculados a essa matriz teórica apresentam as seguintes promessas que poderiam ser cumpridas pelo Terceiro Setor: o Terceiro

Setor reforçaria a sociedade civil, diminuindo o poder estatal e sua ingerência na esfera privada; criaria um espaço alternativo de produção e consumo de bens e serviços; propiciaria o desenvolvimento democrático; estimularia os laços de solidariedade local e voluntária; compensaria as políticas sociais abandonadas pelo Estado; constituiria uma fonte alternativa de emprego. (PINHEIRO, 2012, p. 87).

Em suma, o Programa Casa Brasil concebe uma visão de sociedade civil que naturaliza a realidade capitalista atual, eternizando-a e submetendo-se a ela como se a mesma fosse imutável.

Não se imagina, assim, a possibilidade real da superação do capitalismo, aceitando-se, portanto, o sistema do capital e procurando apenas melhorá-lo. Não se luta, assim, pela transformação do poder estatal e/ou do mercado, uma vez que estes são tidos como inatingíveis; o que se busca é o poder que está ao alcance do subalterno, do cidadão comum, o “micropoder” foucaultiano criado nas associações e organizações comunitárias. (PINHEIRO, 2012, p. 97).

Exatamente o que está contido na pré-dica dos objetivos do Casa Brasil: para garantir a **participação popular e comunitária**, conta também com um Conselho Gestor, formado, em sua maioria, por **membros da comunidade** que organiza a utilização de cada unidade do Casa Brasil. Sendo um **espaço público e comunitário**, de uso gratuito e de acesso irrestrito, o projeto deveria estimular a **apropriação da unidade pela comunidade**, transformando-a em espelho cultural do local em que foi implementada, fomentando a gestão participativa e **ampliação da cidadania** e fortalecendo a **ação da sociedade civil**. (BRASIL, 2008a, grifo nosso).

O que querem os apologistas do capital, na realidade, é substituir o conceito de sociedade civil pelo de instituições beneméritas, que estão voltadas somente para a prática isolada do “bem”, renunciando a qualquer probabilidade de provocar melhorias para a sociedade como um todo. Nesse sentido, a contribuição de (COUTINHO, 2011, p. 81) é bastante útil para a compreensão da não aceitação dessa forma de concepção de sociedade civil:

Somente o rigor teórico pode impedir que o uso acrítico de uma noção que comporta sentidos bastante heterogêneos (“sociedade civil”) produza resultados lamentáveis, como a reafirmação da autonomia da “sociedade civil”- que, pensada como o espaço do antissistêmico, contribui para a hegemonia neoliberal. A autonomia de uma sociedade civil imaginária reforça o processo de constituição da direção político-ideológica burguesa e dificulta a constituição de uma sociedade civil concreta.

Enfim, para que se possa realmente pensar em uma possibilidade real de apropriação autônoma e crítica das TIC, podendo desencadear ações que

possibilitasse a emancipação humana e que, supostamente, estaria implícita nos objetivos (no discurso) do Programa Casa Brasil, necessário se faz conceber os elementos fundantes das ações de inclusão digital para além do capital; parafraseando Mészáros (2002). Porém, não se pode perder de vista que todos esses elementos aqui analisados e que nortearam as ações de inclusão digital (geração de trabalho e renda, economia solidária, desenvolvimento sustentável, acesso e produção de informação e conhecimentos, popularização da ciência e da arte, ampliação da cidadania e ação da sociedade civil) foram concebidos pelo Programa Casa Brasil dentro de uma visão completamente atrelada à ideologia neoliberal exatamente por estarem inseridos numa formação social dominada pelo modo de produção capitalista. E essa forma de organização social precisa ser superada para que efetivamente se alcance a verdadeira emancipação do homem.

4 A IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA CASA BRASIL

O foco da análise deste capítulo integra parte do processo avaliativo, especificamente no que se refere à delimitação dessa investigação, ou seja, a experiência do Programa Casa Brasil na Unidade do Anjo da Guarda, localizada em São Luís, capital do estado do Maranhão. Inicialmente, nossa atenção concentrou-se nas concepções sobre “controle social” e sua relação com a “gestão participativa” nas políticas públicas, por meio dos conselhos gestores, enfatizando as abordagens de diferentes autores e matrizes conceituais, destacando a forma adotada pelo Programa Casa Brasil. Assim, encaminhamos a discussão, relacionando-a com a nossa particular compreensão de “controle social” e “gestão participativa”, enfatizando o contexto peculiar dos cenários brasileiro e maranhense, considerando a condição de estado periférico, tendo como elemento subjacente a ação ideológica do Estado capitalista em sua relação orgânica com o capital mundializado.

Além disso, na segunda parte deste capítulo, pretende-se compreender como se deu o processo de implementação do Programa Casa Brasil na Unidade escolhida. Desse modo, quando nos reportamos à questão da implementação de um programa, devemos ter sempre em mente, e em primeiro lugar, que a “implementação modifica as políticas públicas”. Com base nessa proposição, torna-se sábio atentar para o fato de que um programa dificilmente será implementado conforme o seu desenho original. “É grande a distância entre os objetivos e o desenho de programas, tal como concebidos por seus formuladores originais, e a tradução dessas concepções em intervenções públicas, tal como elas atingem a gama diversa de seus beneficiários e provedores.” (ARRETICHE, 2001, p. 45).

Para os autores Silva e Melo (2000, p. 3):

As vicissitudes da implementação de programas governamentais têm sido entendidas como uma das dimensões cruciais – senão a variável central – para a explicação do insucesso dos governos em atingirem os objetivos estabelecidos no desenho das políticas públicas. A implementação revelou-se, portanto, o “elo perdido” nas discussões sobre a eficiência e eficácia da ação governamental. Como amplamente discutido, problemas não antecipados que surgem durante a implementação de programas ou políticas podem representar obstáculos intransponíveis, os quais, por sua vez, podem levar as agências responsáveis a descontinuí-los.

Tendo como referência tais argumentações e, para não fazermos uma “avaliação ingênua”, remetendo-nos a Arretiche (2001), nossa intenção foi revelar as diversas nuances que perpassaram a implementação do referido Programa,

identificando os determinantes institucionais e socioculturais que incidiram sobre a dinâmica do Programa Casa Brasil na Unidade do Anjo da Guarda. Para tanto, não se pode prescindir do exame das diretrizes inicialmente formuladas, dos produtos gerados, das metas previstas e realizadas e dos objetivos alcançados. Com essa análise, que será consubstanciada pela compreensão desses elementos, verificaremos se realmente o processo de implementação do Casa Brasil também se configurou como o “elo perdido” dessa ação governamental.

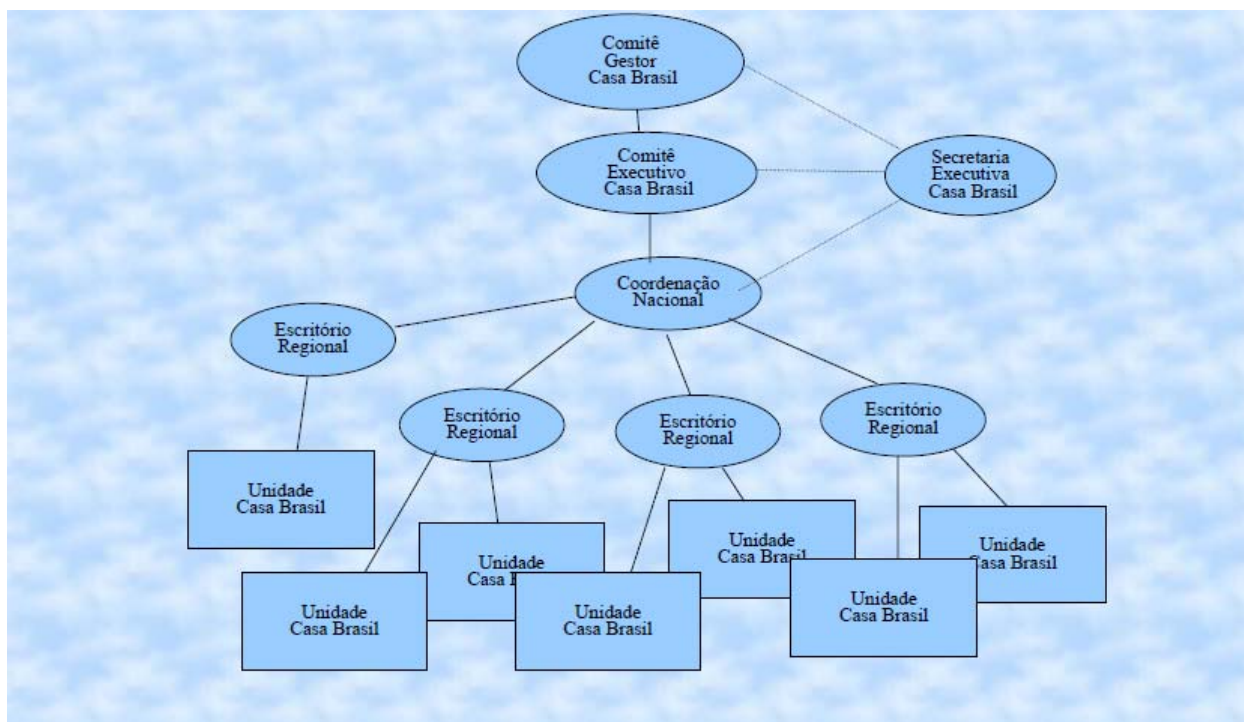
4.1 A engenharia do Programa Casa Brasil: concepção e realidade

Inicialmente, seria oportuno demonstrarmos no desenho do Programa Casa Brasil, além dos pressupostos e dos princípios norteadores que fundamentaram a forma de controle social adotada, alguns elementos que também se constituíram em importantes condicionantes dessa política de inclusão digital, como, por exemplo, o modelo de gestão implementado.

O Programa Casa Brasil, conforme salientamos anteriormente, foi concebido como um projeto interministerial do Governo Federal. Através do Decreto Presidencial, editado em 10 de março de 2005, foi instituída a gestão estratégica do Programa, com execução coordenada pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, por meio de um Comitê Executivo, e gestão coordenada pela Casa Civil da Presidência da República, por meio de um Comitê Gestor. Contava ainda com a participação da Secretaria Executiva, exercida pelo Instituto Nacional da Tecnologia da Informação–ITI.

Com essa estrutura e tendo em vista garantir a participação popular e comunitária que integraria o Conselho Gestor local, formado em sua maioria por membros da comunidade que organiza a utilização de cada unidade do Casa Brasil, esse Programa pautou-se no princípio de uma gestão descentralizada e participativa. (Ver Figura 3). Rocha (2009) acrescenta: “nessa perspectiva, os Conselhos Gestores tornam-se o novo *locus* de articulação política em busca da definição e formulação de políticas públicas, através da interação entre os atores inseridos nesses espaços.”

Figura 3 – Estrutura de Gestão do Programa Casa Brasil



Fonte: BRANDÃO, Maria de Fátima Ramos. O Projeto Casa Brasil de inclusão digital e social. In: FÓRUM DE INFORMAÇÃO EM SAÚDE, 2. E, ENCONTRO DA REDE BIBLIOSUS, 4., out. 2007, Brasília. **Anais...** Brasília: Ministério da Saúde, 2007.

Esse modelo de gestão das políticas públicas, pautado nos princípios da descentralização e participação popular apresenta-se como um novo formato constituído a partir do processo de redesenho institucional, implementado no país a partir da década de 1990, conforme Rocha (2009) salientou:

O contexto político e social brasileiro, desde as últimas décadas do século passado, tem sido marcado pelo processo de redefinição do papel do Estado, a partir da universalização dos direitos de cidadania, descentralização e gestão democrática das políticas públicas. Trata-se, assim, de um novo formato institucional, legitimado pela Constituição Federal de 1988, integrante do processo de implementação da gestão descentralizada e participativa, que ocorreu no Brasil nos anos de 1990, nas esferas municipal, estadual e federal.

Baseado nesse novo modelo de gestão, o Programa Casa Brasil deveria constituir-se em um espaço público e comunitário, de uso gratuito e acesso irrestrito, possibilitando a apropriação da unidade pela comunidade, transformando-a em espelho cultural do local em que foi implementada, fomentando a gestão participativa e a ampliação da cidadania e fortalecendo a ação da sociedade civil. (BRASIL, 2008a). Com esse enfoque, fica evidente que o referido programa tinha como propósito adotar a gestão participativa como forma de controle social,

merecendo, então, nossa especial atenção para o debate acerca dessa polêmica temática.

Desse modo, torna-se impossível falarmos sobre gestão participativa sem nos remetermos à questão do “controle social”, já que este configura-se como uma categoria estratégica para a realização da “gestão participativa” na elaboração e fiscalização das políticas públicas em contextos ditos “democráticos”.

Segundo as autoras Silva, Ferreira e Barros (2008), a análise do controle social, sob o ponto de vista empírico, pode ser abordada sob diferentes perspectivas:

Nas sociedades modernas e contemporâneas esse debate está presente sob dois aspectos: um, relacionado ao controle que o Estado exerce sobre os cidadãos; o outro, diz respeito ao controle que os cidadãos exercem sobre o Estado. Esse debate integra o próprio processo de fundamentação do Estado Moderno.

Se considerarmos os modos de produção e os regimes políticos, o controle social, historicamente, assumiu várias modalidades e conteúdos. Correia (2005, p. 67) também tem a mesma opinião ao assinalar que:

Na teoria política, o significado de “controle social” é ambíguo, podendo ser concebido em sentidos diferentes a partir de concepções de Estado e de sociedade civil distintas. Tanto é empregado para designar o controle do Estado sobre a sociedade, quanto para designar o controle da sociedade (ou de setores organizados na sociedade) sobre as ações do Estado.

No primeiro caso, o controle exercido pelo Estado sobre os indivíduos e grupos tem como finalidade a garantia da manutenção da ordem do capital e sua consequente reprodução, ou seja, o controle social é compreendido enquanto controle exclusivo do Estado sobre os membros da sociedade burguesa. “A história ocidental exemplifica como ‘Controle Social’ o exercício do Estado nas suas funções clássicas de dominação.” (PARTICIPAÇÃO..., 2011). Iamamoto e Carvalho (1988, p. 108) reforçam essa perspectiva afirmando que “a burguesia tem no Estado, enquanto órgão de dominação de classe por excelência, o aparato privilegiado no exercício do controle social.”

Do mesmo modo, Mészáros (2002) apresenta a questão do controle social, na perspectiva de Estado enquanto estrutura totalizante de comando político do capital, como um abrangente sistema de controle constantemente atualizado, redefinindo e ampliando, ao mesmo tempo, os próprios limites relativos do capital. Dessa forma, torna-se necessário compreender o controle social como uma das

inúmeras formas de manifestação do capital que, para além da produção, impõe-se enquanto mecanismo “sociometabólico de controle e reprodução social.”

Como sistema de controle sociometabólico, o capital é absolutamente irresistível enquanto conseguir extrair e acumular trabalho excedente – seja na forma econômica direta, seja na forma basicamente política – no decurso da reprodução expandida da sociedade [...]. (MÉSZÁROS, 2002, p.100).

De forma resumida, podemos aferir que se trata de uma sociedade cuja forma de controle sociometabólico relaciona/condiciona a reprodução social à produção de mais-valia. Trata-se de uma totalidade social que, iniciada no campo da produção de mercadorias, extrapola o campo da economia atingindo a política, a técnica, a tecnologia, a cultura, a subjetividade. (MÉSZÁROS, 2002). Nessa mesma vertente, Correia (2005, p. 67) esclarece ainda que:

Na economia capitalista, o Estado tem exercido o “controle social” sobre o conjunto da sociedade em favor dos interesses da classe dominante para garantia do consenso em torno da aceitação da ordem do capital. Esse controle é realizado através da intervenção do Estado sobre os conflitos sociais imanentes da reprodução do capital, implementando políticas sociais para manter a atual ordem, difundindo a ideologia dominante e interferindo no “cotidiano da vida dos indivíduos, reforçando a internalização de normas e comportamentos legitimados socialmente”.

O que podemos apreender de fato nessa modalidade de controle social é o que o próprio Mézszáros (2002, p.122) esclarece em relação à função do Estado na sociedade capitalista:

Ele [o Estado] é literalmente vital para manter sob controle (ainda que incapaz de eliminar completamente) os antagonismos que estão sempre surgindo da dualidade disruptiva dos processos socioeconômicos e políticos de tomada de decisão sem os quais o sistema do capital não poderia funcionar adequadamente. [...] o Estado é o complemento perfeito das exigências internas desse sistema de controle sociometabólico antagonicamente estruturado.

Tendo isso como referência, podemos perceber que a chamada “participação social”, necessária para o exercício da gestão participativa, tem, na verdade, o objetivo de suprimir ou camuflar a luta de classes para que se encontre a “harmonia social”, com vistas a manter uma ordem injusta. (SOKOL, 2003, p. 137). Porém, Correia (2005, p. 68) alerta para o fato de que “a expressão ‘controle social’ tem sido alvo das discussões e práticas recentes de diversos segmentos da sociedade como sinônimo de participação social nas políticas públicas.”

De fato, nos últimos trinta anos, as políticas públicas, no âmbito do neointervencionismo estatal contemporâneo, definem-se nesta dialética

entre o polo mercantil e o polo público societal, na confluência contraditória entre o “Estado Ajustador no Neoprotecionismo ao Capital” e o “Estado Democrático-Participativo da Plurinacionalidade”. Nessa contraditoriedade, a dominação é do polo mercantil, a impor padrões de definição e institucionalização das Políticas Públicas, em meio a tensionamentos do polo público societal. (CARVALHO et al., 2010, p. 243).

Dessa forma, a democracia participativa na sociedade capitalista, tema central do debate no final do século XX, constitui-se como mais uma das teses liberais e que merecem uma análise crítica, uma vez que, “para o marxismo, sob o Estado capitalista, a democracia não é um fim em si mesmo, mas sim um instrumento de dominação política.” (COUTINHO, 2011, p. 128). Pois, conforme Toledo (1994, p. 34),

Ao se postular que a democracia moderna no capitalismo é o produto e a consequência das lutas populares, passa-se à conclusão equivocada de que, nos tempos atuais, a democracia é fundamentalmente um poder exclusivo das classes trabalhadoras. Ou seja, a democracia política serviria prioritariamente às massas trabalhadoras, não aos seus opressores. Subestima-se, assim, a realidade de que o funcionamento regular das instituições democráticas (eleições regulares, pluralismo partidário, liberdades políticas etc.) têm igualmente contribuído para a legitimação da ordem burguesa.

No caso específico do Brasil, delineado por um contexto historicamente marcado por repressão durante o período ditatorial, Correia (2005, p. 68) assevera:

Durante o período da ditadura militar, o “controle social” da classe dominante foi exercido através do Estado autoritário sobre o conjunto da sociedade por meio de decretos secretos, atos institucionais e repressão. Nesse período, a ausência de interlocução com os setores organizados da sociedade, ou mesmo a proibição da organização ou expressão dos mesmos foi a forma que a classe dominante encontrou para exercer o seu domínio promovendo o fortalecimento do capitalismo na sua forma monopolista.

Nesse sentido, é interessante destacar ainda que:

O controle do Estado sobre os indivíduos ocorre tanto por mecanismos jurídicos e políticos quanto por processos culturais e educativos. Dos castigos, dos mitos e dos processos de socialização até a justiça e a segurança, atravessam dispositivos de controle do Estado. Enquanto em um contexto autoritário, observam-se a redução da participação e o aumento de mecanismos de controle; em regime democrático, o processo se inverte. (PARTICIPAÇÃO..., 2011).

De onde se pode compreender que o processo de redemocratização do país, ocorrido na década de 1980, abriu espaço para diversos interesses, manifestações e projetos colocados na arena social e política, desencadeados pelos

movimentos sociais, mas isso não significa dizer que a democracia não se configure como mais um instrumento de dominação política. Além do mais,

[...] sendo necessariamente limitada e limitadora, no interior do capitalismo, a democracia não deve ser venerada nem fetichizada pelos socialistas. O valor da democracia política na ordem do capital reside nas possibilidades abertas para os trabalhadores e camadas populares melhor se organizarem politicamente e combaterem a hegemonia cultural e ideológica da burguesia. A democracia cria, assim, as melhores condições para os trabalhadores lutarem pela construção de uma sociedade sem privilégios e sem discriminações. É nesse sentido, pois, que a institucionalidade democrática deve ser consolidada e permanentemente ampliada. (TOLEDO, 1994, p. 35).

Nesse sentido, Correia (2005, p. 69) destaca o momento político do país nesse processo de democratização e de possíveis mudanças no plano do controle social:

Com o processo de democratização e efervescência política e o ressurgimento dos movimentos sociais contrários aos governos autoritários, criou-se um contraponto entre um Estado ditatorial e uma sociedade civil sedenta por mudanças. Esse contexto caracterizou uma pseudodicotomia entre Estado e sociedade civil e uma pseudo-homogeneização desta última como se ela fosse composta unicamente por setores progressistas, ou pelas classes subalternas. A sociedade civil era tratada como a condensação dos setores progressistas contra um Estado autoritário e ditatorial, tornando-se comum falar da necessidade do controle da sociedade civil sobre o Estado.

Assim, no tocante a esse segundo “modo de controle”, visto como uma categoria estratégica para a realização da gestão participativa na elaboração e fiscalização de políticas públicas em contextos democráticos, há quem considere que, “no caso atual do Brasil, a Constituição de 1988 assegura juridicamente a participação e o controle social como mecanismos de democratização dos direitos civis e políticos.” (PARTICIPAÇÃO..., 2011). Na verdade,

No período de democratização do país, em uma conjuntura de mobilização política, principalmente na segunda metade da década de 1980, o debate sobre a participação social voltou à tona com uma dimensão de controle de setores organizados na sociedade civil sobre o Estado. A participação social nas políticas públicas foi concebida na perspectiva do “controle social” no sentido de os setores organizados da sociedade participarem desde as suas formulações – planos, programas e projetos –, acompanhamento de suas execuções, até a definição da alocação de recursos para que estas atendam aos interesses da coletividade. (CORREIA, 2005, p. 69).

No contexto das políticas públicas, a participação social, como eixo fundamental na gestão e no controle das ações do Governo, está prevista no artigo 204, inciso II, da Constituição Federal, que assegura, dentre os seus princípios e diretrizes, “a participação da população, por meio de organizações representativas,

na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis.” (BRASIL, 2011, p. 135). Rocha (2009) acrescenta:

Após a sua promulgação, o grande desafio passou a ser a regulamentação dos preceitos constitucionais a fim de se efetivar a “tão sonhada” participação popular. Iniciou-se, desde então, uma intensa mobilização e articulação dos diversos segmentos sociais organizados, no sentido de se estabelecerem os mecanismos jurídicos legais necessários à gestão descentralizada das políticas públicas.

O significado desse processo de intensa mobilização e articulação fez surgir, mesmo que sob diferentes perspectivas políticas e ideológicas, um grande consenso em torno da descentralização. Até mesmo a esquerda rendeu-se a esse discurso, principalmente no que se refere à questão democrática, conforme nos apresenta Toledo (1994, p. 27):

No Brasil, até meados dos anos 60, a esquerda estava mobilizada em torno das reformas sociais, do nacional-desenvolvimentismo, do socialismo e da revolução. A questão democrática aparecia subordinada ou de importância secundária na reflexão teórica e na luta ideológica desses tempos. [...] A partir dos anos 70, o quadro teórico é inteiramente diverso. A análise crítica do “socialismo real”, iniciada décadas atrás por teóricos e militantes (marxistas, social-democratas e outros), particularmente no exterior, bem como a dura experiência da ditadura militar no pós-64, contribuíram decisivamente para a esquerda brasileira “reabilitar” a questão da democracia. [...] Para significativos setores da esquerda, a defesa da democracia não deve ter mais um valor tático, mas adquirir um valor estratégico, um valor em si mesmo. Numa formulação que tem o mérito da clareza e da polêmica, um qualificado intelectual e dirigente político do Partido dos Trabalhadores sintetizou o compromisso de setores da esquerda brasileira com a democracia: “[...] a democracia política é um fim em si. Um valor estratégico e permanente. Se essa tese é social-democrata, paciência. Sejamos social-democratas”. Sendo a modernidade identificada hoje com a democracia, não mais com a revolução, tal esquerda se afirma como moderna - designada sempre com as adjetivações de “primitiva” e “anacrônica” -, a esquerda “moderna” passa gradativamente a privilegiar como interlocutores os setores social-democratas e os chamados democratas radicais (liberais progressistas e marxistas confessadamente antileninistas).

Na verdade, após a derrocada do chamado “socialismo real”, no final da década de 1980, consolidou-se um processo de revisão do marxismo protagonizado pelos ditos “marxistas ocidentais”¹¹, notadamente aqueles vinculados ao Partido Comunista Italiano – PCI, “que, a partir de uma leitura particular de Antônio Gramsci, iniciaram um processo de constituição de uma ‘nova esquerda’ preocupada em alargar a cidadania e a democracia em busca de uma economia social e de mercado, por meio de uma atuação política que privilegiasse a esfera parlamentar.”

¹¹ Cf. ANDERSON, P. **A crise da crise do marxismo**: introdução a um debate contemporâneo. São Paulo: Brasiliense, 1984.

Vale ressaltar que é nesse contexto de “crise” do ideário marxista (fazendo com que o marxismo seja repensado), simbolicamente representado pela queda do Muro de Berlim, que se desenvolve o projeto político do Partido dos Trabalhadores. (SILVA, 2012, p. 16).

O debate sobre o vínculo entre democracia e socialismo aparece como uma questão fundamental para o Partido dos Trabalhadores. Afirmando-se como uma alternativa às tradições autoritárias da política brasileira, o PT propunha um novo modelo para a construção do socialismo no país, no qual a democracia seria o seu caminho e fundamento; e, assim, passava a ser entendida pelo partido como um valor universal, em si e para si. (SILVA, 2012, p. 17).

Porém, é necessário ter-se em mente que o aperfeiçoamento da democracia e o aprofundamento da cidadania constituem o campo de luta para a emancipação política, uma luta caracterizada como uma liberdade formal e parcial, visto que ainda está firmada na propriedade privada e no capital e longe de se configurar como uma meta para a verdadeira emancipação do homem. “Nesse contexto, a ênfase na cidadania como *telos* – política como realização da universalidade humana – é uma renúncia cega ou apavorada da revolução.” (SILVA, 2012, p. 280).

Ainda para Silva (2012, p.18), dada a justificativa para a emergência da “crise” na teoria marxista (o fracasso da esquerda em vários países da Europa, o colapso dos países do “socialismo real” e a queda do Muro de Berlim),

Criaram-se as condições para certas parcelas de intelectuais de esquerda realizarem uma “autocrítica” de seu passado e abandonarem as determinações políticas de classe e de revolução social. Com base em uma revisão teórica muito mais preocupada em livrar-se de qualquer associação com o passado soviético, do que criar uma nova prática política ofensiva ao capital, essa parcela de intelectuais proporcionou a emergência de uma nova esquerda, a “esquerda democrática”. Procurando reestruturar-se sobre novas bases, essa esquerda terá como marca registrada o não reconhecimento da centralidade do mundo do trabalho no processo histórico, além de abstrair de suas teses a ideia de socialismo como teleologia da ação revolucionária, ressaltando em seu lugar a necessidade de alargar a cidadania e a democracia em busca de uma economia social de mercado. (SILVA, 2012, p. 18).

Assim, de maneira a fazer do Estado o espaço do exercício dos direitos até então violados e, da democracia, o seu objetivo fundamental, a “nova esquerda”, em conjunto com os setores social-democratas e, ainda, os democratas radicais, entra em um consenso sobre a questão da descentralização, supondo que o fortalecimento e a consolidação da democracia seriam resultados de formas

descentralizadas de prestação de serviços públicos por se constituírem em formas mais democráticas de controle sobre as ações do governo.

Igualmente, tal consenso supunha que formas descentralizadas de prestação de serviços públicos seriam mais eficientes e que, portanto, elevariam os níveis reais de bem-estar da população. Portanto, reformas do Estado nessa direção seriam desejáveis, dado que viabilizariam a concretização de ideais progressistas, tais como equidade: justiça social, redução do clientelismo e aumento do controle social sobre o Estado. Simetricamente, passou-se a associar centralização a práticas não-democráticas de decisão, à ausência de transparência das decisões, à impossibilidade de controle sobre as ações de governo e à ineficácia das políticas públicas. As expectativas postas sobre a descentralização e a visão negativa das formas centralizadas de gestão implicariam, como consequência, a necessária redução do escopo de atuação das instâncias centrais de governo. (ARRETCHE, 2013).

Com esse aparente acordo sobre a descentralização e com essa nova forma de “controle social”, querem nos convencer de que as conquistas democráticas, ainda em curso em nossos dias, podem se constituir como um caminho para uma forma de organização social emancipada, livre das contradições e desigualdades próprias do capitalismo. Porém, somos conhecedores de que as políticas sociais inscrevem-se nesse processo de emancipação política e na luta pela manutenção e pela ampliação dos direitos sociais; entretanto, “a vitória em tal luta não representará, ainda, a emancipação humana. Essa só poderá ser obtida com a superação da ordem burguesa.” (HUNGARO, 2008).

Dessa forma, com essa conotação de aumento da participação e de ampliação de direitos, o termo controle social assume uma relação intrínseca com a democracia participativa, capaz de gerar “mecanismos de participação da população na formulação, deliberação e fiscalização das políticas públicas. Conferências e Conselhos, por exemplo, são formas de participação social e mecanismos conquistados para exercer o controle social.” (PARTICIPAÇÃO..., 2011).

Ainda nesse sentido, na percepção de Saes (2012, p.4), o controle social só apresentar-se-ia como “um sistema decisório democrático-participativo, no sentido amplo da palavra, quando a comunidade passasse a exercer, através de organizações intermediárias por ela diretamente controladas, controle regular e ininterrupto sobre os atos dos gestores.”

Segundo Gohn (2001, p. 7), os Conselhos Gestores, por sua vez, devem ser compreendidos como “canais de participação que estimulam representantes da população e membros do poder público estatal em práticas que dizem respeito à

gestão de bens públicos”. Rocha (2009) salienta que, a partir desse novo formato de institucionalização, os Conselhos Gestores surgem, então, como

Um novo padrão de interação entre governo e sociedade, exigindo-se dos cidadãos uma atuação efetiva, por meio de processos interativos, no âmbito da gestão pública. Esse modelo de gestão absorve em sua estrutura vários segmentos da sociedade, passa a se constituir o novo *locus* de articulação política na defesa pela democratização da gestão das políticas públicas, através dos quais sujeitos diversos interagem no processo de deliberação, gestão e controle social das políticas públicas, nas diversas áreas sociais.

Porém, Abreu (1999, p. 61), ao analisar a dimensão política dos “conselhos de direitos”¹² a partir da categoria gramsciana de Estado ampliado (relação orgânica entre sociedade política e sociedade civil), apresenta como sua hipótese central que, com o formato atual, “identificam-se muito mais com as estratégias do controle do capital do que com a luta da classe trabalhadora no sentido da transformação da correlação das forças, tendo em vista a sua emancipação econômica, política e social”. (CORREIA, 2012, p. 11).

Além do mais, a mesma autora, em outra obra, adverte ainda que:

O controle social, ou seja, o controle dos segmentos que representam as classes subalternas sobre as ações do Estado e sobre o destino dos recursos públicos torna-se um desafio importante na realidade brasileira para que se criem resistências à redução das políticas sociais, à sua privatização e mercantilização. [...] Porém, esse controle não é suficiente para se contrapor à ordem do capital, nem tem esse objetivo. Esses mecanismos podem se constituir em instrumentos de gestão do capital, ou de resistência à sua reprodução ampliada, quando denunciam a aplicação do fundo público ao seu financiamento. É como tal que esses mecanismos devem ser fortalecidos e ampliados. (CORREIA, 2005, p. 41).

Ademais, “cercadas pela alta burocracia estatal e pela classe capitalista, tais experiências têm chances reduzidas de se prolongarem no tempo, já que o poderio dos grupos que desejam o seu fracasso é infinitamente superior ao poderio dos que lutam pelo seu sucesso.” (SAES, 2012, p. 7).

Vimos anteriormente que o Programa Casa Brasil teve como referência conceitual essa segunda forma de “controle social”: a que seria capaz de garantir o “exercício da participação popular e comunitária”. Para tanto, em seu desenho, contava também com um “Conselho Gestor” formado, em sua maioria, por membros da comunidade que organizava a utilização de cada unidade do Casa Brasil. Dessa

¹² Abreu (1999, p.68) situa os conselhos de direitos como conquistas no campo da democratização do Estado e da sociedade civil, considerando-as como “prevalência dos interesses e necessidades da classe trabalhadora nas decisões políticas e encaminhamentos dos processos práticos”. Ressalta, porém, os desafios para o avanço desse movimento ante as estratégias do capital de passividade no contexto atual de ofensiva neoliberal e reestruturação produtiva. (CORREIA, 2012, p. 11).

maneira, cabia à sociedade participar da política através do Conselho Gestor, adquirindo feições consultiva e deliberativa, efetivando, então, a “ampliação da esfera participativa no processo de gestão” do Casa Brasil.

De acordo com Brandão (2009, p. 45), esse modelo de participação no Programa Casa Brasil como um indicador para a avaliação estaria assim configurado:

As dimensões de abrangência da gestão social, participativa e de cidadania representam as redes sociais em comunidades reais e virtuais, as redes de informação e comunicação, avaliação, controle social pela participação da comunidade nos conselhos deliberativos e o planejamento e gestão participativa de projetos sociais.

Nesse sentido, a adoção de ambientes virtuais que facilitassem a troca de informações entre os integrantes do Casa Brasil estava prevista não só no que se refere à participação da comunidade no Conselho Gestor, como também nas demais atividades de funcionamento do Programa, conforme Brandão (2010, p. 10) destacou:

Para orientar e facilitar a troca de informações entre os integrantes do Projeto Casa Brasil, a coordenação nacional implantou ambientes na plataforma Moodle¹³, na qual foram compartilhados documentos de diretrizes e normas do projeto que incluem:

- a) Ambientação Moodle – orienta os participantes na utilização do ambiente Moodle;
- b) Normas de prestação de contas – orienta os participantes nas principais diretrizes estabelecidas pelo CNPq na prestação de contas do Projeto Casa Brasil;
- c) Normas de Comunicação do projeto – orienta sobre os procedimentos de comunicação do projeto e define cerimonial a ser adotado nos eventos das unidades Casa Brasil;
- d) Distribuição do leiaute – esclarece sobre a importância de se respeitar o leiaute sugerido pela equipe de implantação do projeto e justifica algumas exigências estabelecidas;
- e) Identidade Visual – esclarece procedimentos definidos pelo Manual de Identidade Visual;
- f) Seleção de Bolsistas – orienta o processo de seleção de bolsistas das unidades;
- g) Ações do Conselho Gestor – orienta sobre a importância do conselho gestor para a unidade e sobre seu funcionamento.

¹³ A plataforma Moodle é usada pelas maiores universidades do Brasil e do mundo e nas principais escolas e empresas. Foi criada para ser usada de modo fácil, prático e rápido. Qualquer pessoa, mesmo sem experiência em informática, pode usar essa plataforma. O Moodle é um software para produzir e gerenciar atividades educacionais baseadas na Internet e/ou em redes locais, e que, às vezes, constitui-se em um desses sistemas que geram ambientes educacionais de aprendizagem, chamados também por outros nomes, como, por exemplo: sistemas de e-learning, sistemas de administração de aprendizagem (LMS) ou ambientes de aprendizagem virtual (VLE). (CONHEÇA..., 2012).

É essa a configuração do Programa Casa Brasil quanto à participação da sociedade nessa política. Através do Conselho Gestor ampliar-se-ia, então, a esfera participativa da sociedade no processo de gestão do referido Programa. Esse aspecto de descentralização participativa, que alicerçou tal programa, tinha em vista construir e consolidar os canais de debate e controle, mobilizando a sociedade para a finalidade específica desta ação governamental: a inclusão digital.

Contudo, torna-se necessário que façamos um exame acerca dessa suposta participação social. Em primeiro lugar, experiências de descentralização participativa para a consecução dos propósitos de uma política nos tem demonstrado que, no geral, não passam de mero discurso. (SOUSA, 2008, p. 216). Até porque pressupõe-se que, para se efetivar a participação da sociedade, tornam-se necessários dois componentes básicos: o conhecimento dos interessados e a voluntária adesão ao projeto. (SOUSA, 2008, p. 189). E, nesse sentido, o depoimento do Administrador do Programa Casa Brasil da Unidade do Anjo da Guarda deixa bem clara a ausência desse tipo de participação em decorrência, em primeiro lugar, do desinteresse do Coordenador Regional: e, em segundo, pela falta de conhecimento dos interessados (a comunidade beneficiária):

[O Conselho Gestor] nunca funcionou; melhor nunca funcionou não, nunca foi instalado aqui, o que a gente teria que fazer era orientação da documentação que tinha que ser instalado sob a orientação da Coordenação Regional. Esse Coordenador Regional, ele vinha aqui esporadicamente; quando vinha, era um dia e voltava logo e a gente cobrava dele até porque era uma exigência da documentação do Projeto, mas ele nunca se interessou e nunca foi instalado e não funcionou [...]. A comunidade nunca participou em termos de gerência, só como participante mesmo. (informação verbal)¹⁴.

Cabe ressaltar, ainda, que se todo o discurso sobre a “participação social” por meio do Conselho Gestor não se efetivou da maneira já tradicionalmente aceita e divulgada pelos autores que a defendem e acreditam que ela possa acontecer, ou seja, na “real”, muito menos efetivou-se no plano “virtual”.

Como foi destacado acima, o Programa Casa Brasil contava, ainda, com o ambiente virtual como forma de participação coletiva, tanto no que se refere às diretrizes e acompanhamento da Coordenação Nacional, como para a possibilidade de comunicação e orientação para as ações do Conselho Gestor, dentre outras possibilidades.

¹⁴ Depoimento obtido por meio de entrevista concedida pelo Administrador do Programa Casa Brasil, em São Luís, Unidade Anjo da Guarda, realizada em 26 de fevereiro de 2012.

Esse mecanismo, conforme o que apuramos com o Administrador da Unidade do Anjo da Guarda, também não foi utilizado, uma vez que foi considerado pouco atrativo e com uma interação muito complexa.

Contudo, não podemos deixar de atentar para o perfil do público focalizado pelo Programa. Grande parte desse público, em razão de determinantes conjunturais e estruturais, não está habituada a esse tipo de experiência. Como são normalmente indivíduos fora das relações de produção, por sua não-participação no trabalho, e concentrados em uma área de alto risco social, são pouco afeitos ao envolvimento em processos de participação. Em decorrência da situação em que se encontram e precisando canalizar as energias na luta pela sobrevivência, desconhecem os mecanismos de participação na formulação, deliberação e fiscalização de políticas públicas. No entanto, o Administrador da Casa atestou que há sempre uma demanda significativa da comunidade para a oferta de cursos ali oferecidos, demonstrando, somente nesse aspecto, uma participação ativa da população beneficiária.

Certamente que, no modo de organização societal que vivemos, é o capital que se configura como modo específico de controle sociometabólico, remetendo-nos e coadunando-nos com a obra de Mészáros. Porém, não podemos deixar de reconhecer que o “controle social”, que pode ser exercido através de Conselhos pela participação da classe trabalhadora, tem lá a sua importância, como Correia (2005, p. 41) salientou: “quando denunciam a aplicação do fundo público ao seu financiamento. É como tal, que esses mecanismos devem ser fortalecidos e ampliados.” Além do mais, na perspectiva da classe trabalhadora, o controle social só será exercido se em conjunto com o seu projeto de classe, “superando a racionalidade capitalista e tornando-se protagonista da história, efetivando uma ‘reforma intelectual e moral’ vinculada às transformações econômicas.” (CORREIA, 2012, p. 68).

Todavia, quando se desloca a luta dos trabalhadores para a centralidade da política, em vez de ocupar o espaço central do trabalho – categoria fundante do ser social, conforme Marx – essa luta acaba por configurar-se no campo e nas regras estabelecidas pela classe dominante.

Com isso, ocorre o rebaixamento do horizonte da luta da classe trabalhadora e de outras lutas conexas e a sua conseqüente desorientação. Teórica e praticamente, essa luta foi centrada na intensificação da democracia e da cidadania como se, por essa via, se pudesse superar a

desigualdade social. Essa via tende a privilegiar a participação política das massas no interior da ordem democrática, mantendo-a nos limites do jogo proposto. Isso [denota] a concordância [...] do não questionamento radical da ordem social capitalista. Como consequência dessa concepção, temos [...] a centralização de todas as lutas sociais no âmbito do parlamento e do Estado. (SILVA, 2012, p. 289).

Analicamente, pode-se aferir que, no âmbito do Programa Casa Brasil, nem de uma forma (no exame da aplicação do fundo público ou como alargamento da cidadania), nem de outra (em uma perspectiva de superação da ordem capitalista), tal Conselho e tais formas de participação da sociedade efetivaram-se. Não houve sequer, na unidade analisada, o movimento de articulação que pudesse concretizar a composição do Conselho Gestor.

Ainda que tal Conselho tivesse se efetivado, o que percebemos nitidamente é que mais uma vez a lógica neoliberal permeou todo o conteúdo dessa política. Na verdade, o Brasil nem bem havia se recuperado da “euforia” que enriqueceu o sentimento de uma “democracia participativa” e logo se chocou com a tendência neoliberal que já se consolidava em vários países. Assim, as chamadas políticas de ajuste estrutural, com base nas recomendações do Banco Mundial, do Fundo Monetário Internacional – FMI e do governo dos Estados Unidos começaram a ganhar corpo na América Latina com o chamado “Consenso de Washington”. (BARBOSA, 2006, p. 29). No Brasil, o início da reestruturação do Estado, com base em medidas de ajuste estrutural, é marcado pela eleição de 1989, com a vitória de Fernando Collor de Mello. Entretanto, tal tendência não só se manifesta, como se consolida nos governos seguintes (Fernando Henrique Cardoso-FHC e Lula).

Desse modo, conforme Coutinho (2011, p. 99), na era dos “ajustes estruturais” os três lemas das políticas públicas passam então a configurarem-se com os seguintes objetivos: **focalizar, descentralizar e privatizar**.

Ora vejamos se, com esse enfoque, não é exatamente o que prega o Programa Casa Brasil: a focalização estaria relacionada ao que está contido no seguinte enunciado: “o mesmo deveria funcionar em áreas de baixo Índice de Desenvolvimento Humano”; a descentralização estaria assim descrita: “para garantir a participação popular e comunitária, conta também com um Conselho Gestor formado, em sua maioria, por membros da comunidade que organiza a utilização de cada unidade do Casa Brasil. Sendo um espaço público e comunitário, de uso gratuito e de acesso irrestrito, o projeto deveria estimular a apropriação da unidade pela comunidade, transformando-a em espelho cultural do local em que foi

implementada, fomentando a gestão participativa [...]; e a privatização estaria relacionada à questão do financiamento (o Casa Brasil só teria a contrapartida de recursos governamentais no primeiro ano de sua instalação), o que resultou em parcerias firmadas com órgãos representantes do capital.

Interessa-nos, ainda, discutir um pouco mais sobre tais aspectos. Em relação à focalização, Coutinho (2011, p. 99) adverte:

É preciso focalizar porque o acesso seletivo e limitado permite definir e discriminar o receptor dos benefícios; traduzindo: dirigir os gastos públicos para a população de baixa renda. A lógica neoliberal transforma as políticas sociais em programas de socorro à pobreza, para dar “pouco a quem tem pouco”. [...] [na disputa pela ação de programas governamentais] comunidades inteiras [...] [distanciam-se] da luta por políticas mais amplas e “universais”.

Para Carvalho (2009), “tem-se hoje, em curso, uma reconfiguração das políticas sociais que se voltam para a inserção social nesse contexto de vulnerabilidade e flexibilização do mundo do trabalho e desmonte de direitos.”

Segundo Carvalho et al. (2010, p. 243), no Brasil, no ciclo dos chamados “governos de ajuste” (Collor, FHC e Lula), perante a

Lógica de expansão do capital mundializado, as políticas públicas desconsideram a perspectiva de universalização de direitos – conquistada nos processos de democratização e assegurada na Constituição de 88, a chamada “Constituição Cidadã” – transformando-se em políticas compensatórias.

Reforçando essa tese, Bava (2013) afirma: “as políticas públicas deveriam garantir a universalização dos direitos para todos os cidadãos, mas, na lógica do neoliberalismo, elas se transformam em políticas compensatórias.” Carvalho (2009) complementa: “sob a égide da lógica da mercantilização e do poder burocrático, efetiva-se o desmonte dos Sistemas de Proteção Social, minando a perspectiva de políticas universais de ampliação de direitos [...]” Com isso, as políticas são destinadas apenas aos mais pobres, sem se preocuparem com uma perspectiva que contemple a universalização de direitos para todos; embora saibamos que, no capitalismo, tal perspectiva torna-se inviável.

Enfoquemos sobre a questão da descentralização. Para Benett (1990), o termo descentralizar seria redistribuir recursos, espaços de decisão, competências, atribuições de responsabilidades; enfim, poder político-econômico em cada formação econômico-social específica. Entretanto, Arretche (2013), ao questionar sobre os mitos da descentralização, considera que essa redistribuição de recursos

pode até acontecer, mas isso não significa a eliminação da dominação política. Dessa forma, a autora apresenta a distinção entre centralizar e descentralizar, contribuindo para o entendimento dessa temática:

A centralização significa a concentração de recursos e/ou competências e/ou poder decisório nas mãos de entidades específicas no “centro” (governo central, agência central etc.). Descentralizar é deslocar esses recursos do “centro” e colocá-los em outras entidades específicas (os entes descentralizados). A primeira tem sido identificada como antidemocrática, na medida em que ensejaria a possibilidade de dominação política. Contudo, não existe uma garantia prévia - intrínseca ao mecanismo da descentralização - de que o deslocamento desses recursos implique a abolição da dominação. Deslocar recursos do “centro” para subsistemas mais autônomos pode evitar a dominação pelo “centro”, mas pode permitir essa dominação ao interior desse subsistema.

É interessante destacar o que Affonso (2000, p. 127) assinalou também sobre quais seriam os determinantes que desencadearam o processo de descentralização global:

Como determinantes gerais do espraiamento dos movimentos de descentralização e federalização, pode-se citar, de um lado, o desmoronamento do chamado “socialismo real” e, de outro, nos países do Terceiro Mundo, a desestruturação do nacional-desenvolvimentismo; e, nos países desenvolvidos, a crise do *Welfare-State*.

Também como fator de difusão da descentralização e da federalização, devem-se considerar, ainda, a emergência do fenômeno da “globalização” ou da “mundialização do capital” e o enfraquecimento simultâneo do poder regulatório dos Estados nacionais; a emergência dos *regional states* – espaços econômicos que se conectam com a economia internacionalizada, “acima” do controle do Estado-nação; e a reascensão do ideário liberal – com a subsequente redução do papel do Estado na economia – aliada à crença de que, com a descentralização, aumentaria a eficiência do setor público como prestador de serviços à população.

Em todos esses processos, observam-se um aumento considerável das disparidades inter-regionais e intrarregionais e a explicitação crescente de diferenças étnicas, religiosas e culturais.

Tendo se tornado voga, o discurso neoliberal apropria-se do significado do termo, “utilizando a descentralização como mecanismo de transferência da responsabilidade pelos problemas sociais para a sociedade, visando a privilegiar o ajuste fiscal através da redução dos gastos públicos ante a crise do capital, reforçando o poder dominante.” (OLIVEIRA, 2009, p. 29). Stein (1997, p. 86) também advoga essa proposição ao afirmar:

Dentre as diferentes concepções sobre o termo descentralização, há aquela, de corte neoliberal, que a identifica como estratégia de redução do gasto público, determinado pela chamada crise fiscal do Estado Moderno. Tal redução tem se constituído numa das medidas que mais têm afetado os setores sociais, principalmente os marginalizados, cuja capacidade de

negociação dos recursos públicos difere das frações de classe média ou trabalhadora com maior poder de pressão.

Para Oliveira (2009, p. 30), a descentralização vem se transformando, gradualmente, em desconcentração. Ainda segundo a opinião desse autor, ao transferir responsabilidades e competências, retira o poder e a autonomia dos entes federados; e ao se apresentar como estratégia para diminuir os gastos públicos, é contrária ao princípio da universalização dos direitos. “Isso tem favorecido a privatização das políticas sociais, com a qual predomina a lógica mercantil e a racionalização dos gastos públicos em detrimento das demandas sociais da população, seguindo as orientações da política neoliberal.” (OLIVEIRA, 2009, p. 30).

Porém, Coutinho (2011, p. 99) acrescenta:

A descentralização limita-se a operacionalizar ações, e não há qualquer desconcentração das decisões políticas mais estratégicas, nem da gestão dos fundos. Como não objetivam a democratização da ação pública (mas a privatização), repassam para o nível local a responsabilidade do financiamento, da administração e da produção de serviços.

Assim, os defensores dessa nova reconfiguração das políticas públicas proclamam que, como forma de garantir sua participação ativa, os beneficiários devem ser corresponsáveis em uma política que tenha um desenho de gestão partilhada com instituições locais.

Na verdade, querem convencer que essa seria a melhor forma de exercício do “controle social”. Porém, conforme observamos, no que se refere à descentralização como forma de assegurar uma gestão participativa, esta não se efetivou, no Programa Casa Brasil, na unidade analisada.

E quanto ao aspecto da privatização? Porto (2007, p. 148) assegura que “uma das implicações mais nefastas ocorridas em decorrência da prática da descentralização, vigente no Brasil contemporâneo, têm sido a privatização.” E sobre essa questão Coutinho (2011, p. 99) também esclarece:

A privatização ocorre em duas vias: a primeira, de transferência dos serviços prestados por organizações estatais [...] ao setor privado; a segunda, de transferência da gestão e/ou operação de serviços ao setor privado ou ao chamado “terceiro setor”.

Mesmo que essas análises refiram-se a um outro momento político (Collor, FHC e Lula), ao que parece o Governo Dilma Rousseff segue a mesma linhagem neoliberal de seus antecessores. A Carta resultante do II Fórum da Internet deixa clara essa asserção:

Lamentavelmente, a opção do governo tem sido pela restrição dos diálogos com a sociedade civil e movimentos sociais, privilegiando a interlocução com o setor privado. Com 18 meses de governo, essa parece ser uma escolha consciente do Governo Dilma Rousseff, materializada em ações dos Ministérios das Comunicações e Cultura. (COMITÊ GESTOR DA INTERNET, 2012, p.31).

Com parcerias realizadas com empresas representantes do capital, tais como: Companhia Vale do Rio Doce, Serviço Nacional de Aprendizagem-SENAI, Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial-SENAC, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas-SEBRAE, entre outras, o Programa Casa Brasil acaba por transferir a execução de determinados serviços ao setor privado, quando, na realidade, esses serviços deveriam ser assegurados pelas modalidades de financiamento do Governo Federal em uma articulação com o governo local de cada unidade implantada. Aliás, no tocante à forma de repasse de recursos, este foi um dos grandes entraves para a implantação do Casa Brasil, conforme apresentaremos no item que se segue.

4.2 O jogo da implementação: determinantes institucionais e socioculturais que incidiram sobre a dinâmica do Programa Casa Brasil em São Luís

Para que possamos avançar na avaliação de processo do Programa Casa Brasil, necessário se faz que tenhamos como referências as diretrizes apontadas por seus idealizadores, isto é, em que medida o Casa Brasil foi implementado de acordo com tais diretrizes e, ainda, analisar a relação entre os produtos que gerou e as metas que foram inicialmente previstas e desejadas. Também foram analisadas as dimensões consideradas nos modelos de avaliação de implementação de políticas, destacando-se: os determinantes institucionais e socioculturais que incidiram sobre a dinâmica da implementação; a relação entre o desenho ou formulação da política e o formato que o programa adquiriu ao final do processo de sua implementação; e as condições que facilitaram ou dificultaram o processo de implementação do programa avaliado. (SILVA, 2008, p. 153). Deve-se levar em consideração, ainda, que “a questão central da avaliação de processo refere-se ao funcionamento do programa e aos serviços prestados.” (SILVA, 2008, p. 152).

Nesse sentido, convém demonstrar, inicialmente, quais os serviços que o Casa Brasil tinha como intenção oferecer aos seus beneficiários. Com vistas a atender os elementos constitutivos do Programa em tela, analisados no capítulo

anterior, o Casa Brasil deveria ser estruturado como um espaço comunitário de acesso universal, livre e gratuito, constituído por uma “estrutura modular”, isto é, um local para uso comunitário, planejado para reunir diversos módulos implantados simultaneamente ou em etapas. Estruturada em módulos, a unidade Casa Brasil propiciaria a conexão de múltiplos saberes. As atividades desenvolvidas nos espaços da Casa deveriam articular temas e ações diversas. A participação popular, através do conselho gestor local, deveria auxiliar na utilização do espaço pela comunidade. (CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO, 2005, p. 4).

Dessa forma, as unidades poderiam conter os seguintes módulos:

TELECENTROS

Os Telecentros são espaços de inclusão digital e social que visam a universalizar o acesso público, livre e gratuito aos meios, ferramentas, conteúdos e saberes através das tecnologias da informação e da comunicação. A combinação de computadores e acesso à Internet faz com que o Telecentro seja um espaço de uso intensivo de tecnologias para ampliar o acesso da população à Sociedade do Conhecimento. O Telecentro contribui também para promover a inclusão social e o desenvolvimento socioeconômico local. São espaços públicos equipados com computadores conectados à Internet em banda larga. Cada unidade alocada no PROJETO CASA BRASIL deverá possuir no mínimo 10 e no máximo 20 microcomputadores, com software livre. As principais atividades oferecidas à população são:

Uso livre;

Cursos de introdução à informática;

Oficinas especializadas.

O Telecentro deve ser um espaço que proporcione ao cidadão a interação com o poder público e a interação social com o mundo exterior à sua realidade. Portanto, é imprescindível que o Telecentro da Casa Brasil esteja conectado à Internet em banda larga para possibilitar aos usuários acesso às ferramentas, conteúdos e saberes. O acesso à internet para um Telecentro é tão importante quanto os livros para uma biblioteca.

AUDITÓRIO

Compreende-se como Auditório, uma sala com espaço para, no mínimo, 50 assentos, equipamentos para áudio e vídeo como caixas acústicas, tela de apresentação e canhão de projeção de imagens. Esse espaço servirá para reuniões da comunidade, apresentação de palestras, filmes e demais usos adequados a um auditório de pequeno / médio porte. Sua estrutura poderá estar, ou não, alocada no mesmo espaço dos outros módulos, tendo em vista a dificuldade de um arranjo de espaço para essa determinada função.

SALA DE LEITURA

A Sala de Leitura é um espaço que concentrará as doações de livros, revistas e periódicos para a Casa Brasil. Serão organizadas rodas de leitura visando a incentivar esse hábito. Também haverá a organização de encontros de poesias, leituras dramáticas de peças teatrais e textos escolhidos pelos educadores locais. A estrutura da sala de leitura será simples e contará com estantes, mesas e cadeiras.

ESPAÇO MULTIMÍDIA

O Espaço Multimídia é um espaço de criação que visa, não apenas à eficácia social e cultural, mas também à sustentabilidade e ao estímulo à construção de visões críticas sobre cultura, trabalho, produção de conteúdo e gestão da própria vida. No Espaço Multimídia, a população aprende a se expressar através da criação em multimídia e a compreender as dimensões técnicas de *hardware* e *software* envolvidas na cultura digital, preparando-se para a inserção crítica na Sociedade do Conhecimento. O Espaço Multimídia é uma combinação de oficinas para criação de conteúdo multimídia (gravação e tratamento de áudio e vídeo, oficinas de produção de conteúdo para a rede e programação em linguagens de *software* livre) e de difusão interna/externa (sala com recursos de áudio/vídeo/web ou oficina orientada à difusão dos conteúdos produzidos nas oficinas do centro). Dessa maneira, o Espaço Multimídia configura-se como um nó dentro de uma rede que absorve e difunde conteúdo interagindo com outros nós da rede. Uma oficina é composta por membros que promovem a identificação do grupo com uma tarefa criativa dentro de uma dinâmica emergente de aglutinação por interesse. Assim, uma mesma pessoa pode integrar mais de uma oficina, embora seja estimulada a dedicação e a identificação a uma única oficina. Cada uma das oficinas deve ser alocada em um espaço/laboratório. O projeto concebe a existência de 8 (oito) oficinas. São elas:

- Auditório (Oficina Social);
- Oficina de Texto;
- Laboratório Gráfico;
- Laboratório de Vídeo;
- Laboratório de Áudio;
- Laboratório de Rádio;
- Laboratório de Reciclagem;
- Laboratório *Hacker*.

No entanto, há espaço para o surgimento de novas oficinas, a partir de iniciativas internas de cada centro. Não se trata de um projeto fechado, mas de um conceito de organização de um espaço multimídia em um equipamento de uso comunitário.

LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA E LABORATÓRIO DE DIVULGAÇÃO DA CIÊNCIA

O PROJETO CASA BRASIL propõe dois tipos de laboratórios:

- Laboratório de Informática (montagem e manutenção de equipamentos de informática);
- Laboratório de Divulgação da Ciência.

O Laboratório de Informática ensina a montagem e manutenção de equipamentos de informática com a função de oferecer à população a possibilidade de conhecer o funcionamento eletroeletrônico dos equipamentos de informática (*hardware*), aprofundando o processo de inclusão digital e preparando os jovens para o mercado de trabalho. Os Laboratórios de Divulgação da Ciência são espaços destinados à popularização e disseminação da ciência em todo o território nacional e possuem a missão de divulgar a ciência através da técnica, da cultura e da arte. As Oficinas de Ciências comportarão atividades direcionadas à popularização da ciência, exposições, experimentos científicos e manifestações artísticas, dependendo da vocação local e do plano para a utilização do laboratório apresentado pelo Parceiro Estratégico.

MÓDULO DE REPRESENTAÇÃO DO GOVERNO FEDERAL

Um dos objetivos do PROJETO CASA BRASIL é levar os programas e serviços do Governo Federal para perto das comunidades. Para que isso se concretize, é necessário disponibilizar espaços para que os diversos órgãos do governo possam desenvolver atividades que venham a atender às necessidades específicas de uma comunidade ou se fazerem presentes

para implementação de projetos e programas. O objetivo é facilitar a vida da população mais pobre, aproximando os serviços públicos do cidadão.

OFICINA DE RÁDIO

Oficina de Rádio é um tipo especial de emissora de rádio FM, operada em baixa potência e de cobertura restrita, criada para propiciar informação, cultura, entretenimento e lazer às comunidades. Algumas unidades do PROJETO CASA BRASIL poderão contar com uma emissora comunitária, dependendo da não duplicação de iniciativas, bem como o estabelecimento de parcerias com setores populares já envolvidos com a comunicação comunitária.

UNIDADE BANCÁRIA

A Unidade Bancária é um modelo de correspondente bancário popular, criada para atuar no segmento de microcréditos e promover a inclusão bancária de pessoas de menor renda, que hoje não são atendidas pelo Sistema Financeiro tradicional, localizada próxima à residência dos clientes e em local de grande fluxo desse público, assim como a CASA BRASIL. (CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO, 2005, p. 4-6).

Se nos detivermos na análise de cada módulo que deveria ser implantado nas unidades e traçarmos a equivalência com os elementos constitutivos do Programa Casa Brasil, logicamente vamos observar que essa estrutura modular foi pensada em não só atingir os objetivos inicialmente propostos pelo Programa, como também foi resultado da conjunção de sujeitos e fatores políticos dentro do Governo que o gerou. Corrêa (2007, p. 143) ressalta a importância dessa ação ao revelar:

Essa necessidade de articulação política, contrapartidas de propaganda e necessidade de obtenção de recursos acabaram favorecendo a incorporação ao projeto de diversas atividades de inclusão social desenvolvidas pelos ministérios. Assim, o Ministério da Educação trouxe a sala de leitura, o Ministério da Ciência e Tecnologia contribui com o laboratório de Divulgação da Ciência, o Ministério da Cultura poderia entrar com sua experiência dos pontos de cultura e colaborar na implementação de um Espaço Multimídia e, assim, por diante. Dessa forma, o objetivo geral do projeto é o resultado da conjunção de atores e fatores políticos dentro do Governo, em uma tentativa de encontrar uma forma de aglutinar seus projetos de inclusão digital e, ao mesmo tempo, tornar a inclusão digital diretamente vinculada à inclusão social em um mesmo projeto.

Entretanto, entendemos que quanto maiores forem os objetivos pretendidos de um programa de inclusão digital, mais complexo torna-se o seu processo de implantação e manutenção. No caso específico do Casa Brasil, com um grande número de sujeitos e órgãos envolvidos e com a pretensão de atingir objetivos tão ousados, a necessidade de um aporte maior de recursos e de maior articulação política com diversos segmentos sociais seria imprescindível.

Além disso, a meta inicial do Programa Casa Brasil constituía-se na implantação de 1.000 (mil) unidades em bolsões de pobreza pelo país afora; porém,

com todas as dificuldades que se instalaram, o início do Programa é bem mais tímido do que inicialmente pensado, conforme depoimento colhido por Corrêa (2007, p. 128):

Inicialmente as pessoas que estavam à frente disso imaginavam um projeto do qual se implantassem 1.000 unidades do Casa Brasil, Brasil a fora, sempre em bolsões de pobreza, lugares de baixo IDH, isso [sic], estabelecessem uma política de inclusão digital do Governo que fosse crescendo, crescendo, mas isso implicaria num aporte de recursos muito grande e muito pouca experiência. [...] a experiência global de fazer um projeto nacional, não tinha sido efetivamente levada a efeito. Então, o que se acordou foi que se fizesse uma experiência piloto. Essa experiência implicaria na implantação de 90 unidades, isso seria aproximadamente 1/10 (um décimo) do plano original e que essas unidades fossem avaliadas no que diz respeito a sua eficácia, se realmente os propósitos que se imaginavam que elas cumprissem seriam efetivamente cumpridos, se seria viável, praticável. (entrevista 09).

Para instalar uma Casa, as instituições interessadas concorreram com projetos por meio do Edital MCT-Secis/CNPq/Casa Civil – ITI/CGPCB nº 041/2005, lançado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Nos projetos apresentados, era obrigatória a apresentação de um plano de sustentabilidade para os dois anos seguintes ao ano de implantação da Casa.

Porém, conforme Brandão (2010, p. 11), tal intento não obteve êxito:

Apesar da ciência dos parceiros de que haveria um compromisso com a sustentabilidade da unidade após o primeiro ano de fomento, esse processo não se concretizou durante a operacionalização das unidades. Após sucessivas prorrogações do projeto de fomento pelo CNPq, essa solução tornou-se inviável a partir de 2009.

No Edital inicial participaram cerca de 230 instituições. Dessas, 90 foram selecionadas para serem implantadas em comunidades de baixo Índice de Desenvolvimento Humano, em cerca de 60 cidades brasileiras.

Foram selecionados 90 locais para implantação inicial do PROJETO CASA BRASIL, sendo um considerado Unidade Piloto do PROJETO CASA BRASIL, localizado na cidade de Valente, no Estado da Bahia, e outros 89 em [outras] cidades, [...], tendo como referência populacional a estimativa oficial do IBGE de julho de 2004, segundo os seguintes critérios:

- As capitais que possuem população acima de um milhão e duzentos mil habitantes poderão ser contempladas com até 3 (três) unidades do PROJETO CASA BRASIL;
- As capitais que possuem população entre setecentos e hum mil até hum milhão e duzentos mil habitantes poderão ser contempladas com até 2 (duas) unidades do PROJETO CASA BRASIL;
- As capitais que possuem população de até setecentos mil habitantes poderão ser contempladas com 1 (uma) unidade do PROJETO CASA BRASIL;

- Excluídas as capitais, em cada região do país foram selecionadas as 7 (sete) cidades de maior densidade populacional, ressalvadas as cidades de população inferior a 50.000 mil habitantes.

Na hipótese de não haver candidato para as cidades relacionadas, será selecionada a cidade de maior densidade populacional no respectivo estado. (CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO, 2005, p. 9).

O Maranhão, obviamente, concorreu e foi contemplado com 4 unidades, sendo 2 instaladas na Capital e as outras 2 nos municípios de Caxias e Imperatriz. A instalação da Casa, a compra de equipamentos e móveis e a manutenção do primeiro ano seria a contrapartida do Edital, que contou com recursos totais na ordem de R\$ 24,3 milhões. Foram também concedidas bolsas pelo CNPq aos técnicos e coordenadores que trabalhavam nas Casas, que não fizeram parte dos recursos totais inicialmente despendidos para as despesas acima elencadas.

Podemos observar, ainda, que o critério adotado para a elegibilidade dos beneficiários do Programa Casa Brasil foi que ele deveria funcionar em áreas de baixo Índice de Desenvolvimento Humano, fornecendo a essas comunidades computadores e conectividade e pautado nas condições descritas em seu projeto inicial, conforme segue:

Cada unidade do PROJETO CASA BRASIL deverá apresentar as seguintes pré-condições para a sua implantação:

- Espaço físico de, no mínimo, 300 (trezentos) metros quadrados de área útil para abrigar a unidade do PROJETO CASA BRASIL;
- Para a instalação das unidades do PROJETO CASA BRASIL, serão observadas as condições mínimas de habitabilidade e qualidade ambiental;
- O local a ser implantada a unidade do PROJETO CASA BRASIL deverá apresentar documentação garantindo que ela permanecerá instalada no mesmo local por no mínimo três anos;
- O local deverá oferecer instalações elétricas, conforme especificações mínimas previstas no site: www.iti.br/casabrasil, adequadas para o recebimento dos equipamentos, segundo especificações técnicas do CGPCB;
- O Parceiro Estratégico¹⁵ que receberá a unidade deve ter existência comprovada de atendimento à população de pelo menos 1 (um) ano;
- O Parceiro Estratégico deverá aceitar e manter a identidade visual padrão do PROJETO CASA BRASIL. Haverá adequações no espaço cedido interna e externamente. Os detalhes técnicos podem ser consultados no Manual de Identidade Visual do PROJETO CASA BRASIL, publicado em formato eletrônico no site <http://www.iti.br/casabrasil>;
- A unidade do PROJETO CASA BRASIL deverá funcionar em áreas de exclusão social, com baixo Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, em área de grande densidade populacional e com fácil acesso à população do entorno;

¹⁵ O Parceiro Estratégico é a instituição que abriga a unidade do Programa Casa Brasil.

- A unidade do PROJETO CASA BRASIL será sempre instalada e mantida em espaços laicos. (CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO, 2005, p. 7).

Ademais, no tocante ao modelo de financiamento do Programa Casa Brasil, vale lembrar que os recursos previstos inicialmente só seriam suficientes para o primeiro ano de instalação das unidades. Os parceiros estratégicos teriam que se manter durante os dois anos seguintes ao ano de implantação da Casa e, conforme Brandão (2010, p. 11) assinalou anteriormente, tal intento não logrou êxito, tornando-se inviável a partir de 2009.

Corrêa (2007, p. 149), em suas análises a respeito da “sustentabilidade” do Programa Casa Brasil, já havia sinalizado para a inviabilidade de funcionamento com essa forma de provisão de recursos, inclusive enriquecendo com depoimentos dos próprios gestores à época da implantação das primeiras unidades:

Cada entidade parceira que implanta uma unidade da casa Brasil recebe recursos para implantação de todos os módulos, como mobiliário e equipamentos, gratuitamente, até o fim do primeiro ano. Em contrapartida, o parceiro deve garantir que irá sustentar a unidade da Casa Brasil a partir do segundo ano e que permanecerá instalada no mesmo local por no mínimo três anos. Acontece que, dependendo da quantidade de módulos implantados, os custos são muito maiores do que a instalação de um telecentro comum. Um dos entrevistados aponta a incerteza dessa manutenção nos seguintes termos:

“O Casa Brasil tem um problema [...] um ano depois o município tem de bancar aquilo. Ele tem de se autossustentar. O que acontece? É muito custoso para um município pobre bancar uma estrutura dessas, com biblioteca, salas de multimídia. Por exemplo: uma câmera de filmar, se ela quebrar, uma prefeitura pequena não tem condições de consertar nem de comprar outra”.

Verificamos, desse modo, mais um dos limites que o Programa Casa Brasil enfrentou em sua implementação, relativo à capacidade administrativa, financeira e organizativa dos municípios, em um país com realidades tão diversificadas, como o Brasil. No Maranhão, mais especificamente na unidade analisada de São Luís, essa dificuldade de apoio financeiro também se estabeleceu, uma vez que o Governo local, representado pela figura da Prefeitura Municipal, pouco contribuiu para o desenvolvimento das ações de inclusão digital do Programa em tela.

Dessa forma, é vital, para a sobrevivência e expansão da política brasileira de inclusão digital, que sejam definidas fontes estáveis e não contingenciáveis de recursos, de modo que o Programa Casa Brasil, assim como os

demais programas de inclusão digital, possam consolidar-se com a autonomia necessária ao desempenho de suas atividades.

Brandão (2010, p. 10), ainda em relação ao modelo de financiamento do Casa Brasil, apresentou o seguinte esclarecimento sobre como se deu a licitação e a busca por recursos orçamentários para a implementação e manutenção do referido Programa:

A licitação foi realizada com os recursos do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), através de pregão eletrônico realizado no dia 29 de dezembro de 2005, mas que ficou suspenso, aguardando solução orçamentária para a continuidade ao Projeto Casa Brasil no exercício de 2006. A busca por recursos orçamentários que pudessem ser aplicados no Casa Brasil, no ano de 2006, de forma a aproveitar os esforços de realização da licitação e do pregão de dezembro de 2005, identificou recursos do Programa CVT (Centros Vocacionais Tecnológicos) do MCT/SECIS, viabilizando a aplicação de tal fonte em 2006. Após decisão do Comitê Gestor do Projeto Casa Brasil, no dia 4 de julho de 2006 os recursos foram descentralizados ao ITI para compra dos itens licitados, sendo que os primeiros deles foram entregues ao ITI em outubro de 2006.

[...]

Em 2008, o repasse parcial dos recursos para o Projeto comprometeu as ações de institucionalização previstas para 2009, culminando em uma fase crítica [...] com a dificuldade de manutenção das bolsas para as unidades. Em outubro de 2009, a partir da designação do MCT como responsável pelo projeto, a SECIS – Secretaria de Inclusão Social do MCT – solicitou uma avaliação do projeto, em caráter prioritário, para analisar a situação e as perspectivas de continuidade das unidades e do próprio Projeto.

[...]

O MCT, com base nessa avaliação, reposicionou o Projeto Casa Brasil: das 87 unidades inicialmente implementadas, 56 foram consideradas aptas a continuarem em funcionamento, por meio do fomento de bolsas, que foram prorrogadas de fevereiro a agosto de 2010.

Contudo, o que observamos é exatamente o que Dagnino et al. (2002) aponta em suas análises sobre as políticas públicas, notadamente sobre a questão da implementação: o Programa Casa Brasil sofreu um *gap*, isto é, um hiato de implementação. Tal programa não pôde ser colocado em prática exatamente pela falta da tão sonhada articulação política e da grandiosidade de suas pretensões. Em primeiro lugar, como explicitamos no capítulo 2, o Casa Brasil perdeu força política pela grave crise ocorrida no Governo Lula. Ou seja: apesar de inúmeros esforços para a implantação do referido Programa, não foi possível contornar barreiras externas.

A crise desestabilizou política e financeiramente o programa Casa Brasil, devido a sua hierarquia dentro da presidência, já que atingiu parte de seus apoiadores, como o Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República até 2005, José Dirceu de Oliveira e Silva, coordenador e defensor maior do programa. (VARGAS, 2008, p. 107).

O Maranhão, que contava inicialmente com 4 (quatro) unidades, assim distribuídas: **Unidade Sá Viana** (Parceria: União dos Moradores do Bairro do Sá Viana); **Unidade Anjo da Guarda** (Parceria: Prefeitura Municipal de São Luís/Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento-SEMPPLAN); **Unidade Imperatriz** (Parceria: Prefeitura Municipal de Imperatriz); **Unidade Caxias** (Parceria: Prefeitura Municipal de Caxias), após esse processo de avaliação realizado por iniciativa da Secretaria de Inclusão Social do Ministério da Ciência e Tecnologia, passou a contar apenas com 2 (duas) unidades: a do Anjo da Guarda, em São Luís (objeto empírico de nosso estudo); e a de Imperatriz.

É interessante frisar que, em contextos federativos como o do Brasil, políticas públicas baseadas em diretrizes definidas no nível federal geralmente sofrem alterações determinadas pela situação econômica, cultural e político-institucional dos estados subnacionais, uma vez que são adaptadas à realidade de cada um desses. Assim, a política passa a apresentar traços particulares de cada um dos estados e municípios em que é implantada. (SOUSA, 2008, p. 186). Nesse aspecto, Arretche (2001, p. 56) também esclarece:

[...] o contexto de implementação de cada governo local [...] provocará simultaneamente efeitos benéficos e efeitos devastadores em diferentes governos locais. Tais efeitos, por sua vez, tenderão a produzir diferentes reações dos implementadores. Estes não poderiam ser, no entanto, inteiramente previstos pelos formuladores, dadas justamente a diversidade e a complexidade de situações no território nacional.

Não foi diferente com a Unidade Casa Brasil por nós analisada no contexto do estado do Maranhão. Em 18 de setembro de 2011, realizamos nossa primeira visita à Unidade Casa Brasil, localizada no Bairro Anjo da Guarda, em São Luís. Nessa visita, contactamos com o Administrador da Casa, José Antonio Pinheiro, que nos forneceu alguns esclarecimentos a respeito do início do funcionamento do Programa: o processo de implantação do Programa Casa Brasil foi iniciado em 2005, quando esta unidade concorreu com as outras 229 instituições, por meio do Edital MCT-Secis/CNPq/Casa Civil – ITI/CGPCB nº 041/2005, mas somente em 2009 é que realmente a unidade foi inaugurada, contando com os repasses de recursos financiados pelo CNPq. Em 12 de julho de 2010 findou o prazo estabelecido para a concessão de recursos pelo CNPq, repassados através do convênio com a Prefeitura Municipal de São Luís, intermediada pela SEMPLAN, uma

vez que as unidades só contariam com esse aporte financeiro para o primeiro ano de sua instalação.

Dessa forma, não sendo mais possível o financiamento do Programa pelas instâncias federais, a Unidade Casa Brasil do Anjo da Guarda foi em busca de outros parceiros que pudessem fornecer subsídios financeiros para a continuidade das atividades ali desempenhadas. Assim, em 2011, essa Unidade foi reinaugurada, contando agora com o apoio da Vale do Rio Doce (colaborou na reforma do prédio) e da Prefeitura Municipal, por intermédio da Secretaria Municipal da Criança e Assistência Social (SEMCAS), que assumiu, então, a função de gestora da Unidade em tela.

Convém ressaltar, também, que esse deslocamento da gestão dos órgãos municipais deu-se em decorrência da mudança de prefeitos no município de São Luís. O Programa Casa Brasil, conforme depoimento colhido pelo Administrador da Unidade do Anjo da Guarda, contava inicialmente com o apoio do Sr. Tadeu Palácio, então Prefeito da capital maranhense, razão de o programa ter sido alocado, à época dessa gestão municipal, na SEMPLAN. Após o término do seu mandato, a interlocução com a SEMPLAN tornou-se inviável, o que fez com que essa Unidade fosse em busca de outras parcerias, resultando em um convênio com a SEMCAS.

Assim, no Maranhão, esse aspecto do financiamento interferiu consideravelmente na implantação do Programa, gerando uma série de entraves na Unidade analisada. Em primeiro lugar, observamos que as ações de inclusão digital vislumbradas pelos objetivos do Programa Casa Brasil foram completamente desvirtuadas, dando espaço para que se transformassem em uma não política “onde [a escassez de recursos] é figurada como dado a ser administrado tecnicamente ou gerido pelas práticas da filantropia.” (TELLES, 1998, p. 15). Prova disso foram as atividades que passaram a ser realizadas com as parcerias firmadas não só com as instituições acima citadas, como também com organizações representantes do capital (SENAI, SENAC e SEBRAE), isto é, entidades executoras para a oferta de cursos, tais como: Informática Básica, Construção Civil, Formação de Frentistas, Fabricação de Remédios Caseiros, Artesanatos e outros, que, segundo José Antonio Pinheiro, visavam a “qualificar para o mercado de trabalho”.

Diante desses desvios de rota, o Programa Casa Brasil passa então a configurar-se como uma política que foi implementada de acordo com um arcabouço teórico em que o reflexo é a herança cultural de práticas assistencialistas e

clientelistas que sempre fizeram parte do processo histórico das políticas públicas no Brasil.

[...] historicamente as políticas sociais brasileiras foram marcadas por concepções e práticas assistencialistas, clientelistas e patrimonialistas, além de se caracterizarem pela ausência de parâmetros públicos no reconhecimento de direitos sociais que buscavam atender, reiterando a imensa fratura entre direitos e possibilidades efetivas de sua realização. (YAZBEK, 2010, p. 62).

Nesse sentido, cabe ressaltar outro aspecto que influenciou negativamente as ações de inclusão digital do Programa Casa Brasil. A partir do momento em que a SEMCAS passou a ser gestora da Unidade do Anjo da Guarda, as atividades voltaram-se também para práticas assistencialistas a pessoas portadoras de deficiência, passando a assumir, assim, um novo enfoque que não estava previsto em seu desenho original. O Casa Brasil tinha uma proposta de inclusão digital para pessoas com qualquer tipo de necessidade especial, porém o que se verificou foi que as práticas adotadas para esses usuários não contemplavam sequer o acesso às tecnologias disponíveis naquela Unidade, muito menos seu uso crítico e autônomo. Assim, os demais módulos do Programa na unidade em pauta ou não foram implantados, ou funcionaram precariamente.

O curso de Montagem e Manutenção de Computadores, que funcionou no início do primeiro ano da Casa e que fazia parte do objetivo inicial do Programa, inclusive como atividade para o Laboratório de Informática, foi desativado, conforme depoimento do Administrador da Casa.

Em relação aos módulos implantados, verificamos que, na Unidade analisada, nem mesmo o Telecentro funcionava a contento, pois não havia acesso à Internet disponível para a comunidade, a não ser para aqueles que frequentavam os cursos oferecidos no espaço destinado ao funcionamento deste. Ademais, o curso de Informática Básica oferecido por essa Unidade e com uma demanda sempre significativa, fornece conhecimentos elementares, apenas relativos à questão técnica das ferramentas de um computador, mas sequer de acesso, uso e produção de informações.

Outra constatação negativa que apuramos deu-se em decorrência do uso da Sala de Leitura. Aliás, essa foi uma imperfeição apontada, inclusive, por uma das defensoras e integrantes da equipe do Casa Brasil, a Professora da Universidade de Brasília-UnB, Maria de Fátima Ramos Brandão, que, em seu depoimento, alertou

para o fato de que, no projeto inicial, não foi concebida a ideia de contratação de um profissional bibliotecário para oferecer suporte às atividades a serem desenvolvidas na Sala de Leitura. Assim, na Unidade do Anjo da Guarda, como nas demais unidades implantadas no país, a Sala de Leitura transformou-se em mero depósito de livros, sem capacidade para desenvolver atividades relativas ao hábito de leitura e produção textual, como previsto inicialmente.

Os demais módulos implantados na Unidade de São Luís também não funcionaram de modo satisfatório e, em alguns casos, sequer foram utilizados. A Oficina de Rádio que visava a oferecer um “tipo especial de emissora de rádio FM, operada em baixa potência e de cobertura restrita, criada para propiciar informação, cultura, entretenimento e lazer às comunidades”, (CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO, 2005, p. 6), também não foi instalada em decorrência da existência de uma emissora comunitária na localidade (já era previsto no Programa a não duplicação de iniciativas nesse aspecto).

Entretanto, não se pode deixar de atentar para o fato de que “a implementação de políticas ocorre em um ambiente caracterizado por contínua mutação, mutação esta que é inteiramente **alheia à vontade dos implementadores.**” (ARRETCHE, 2001, p. 51, grifo da autora). E com certeza foi o que ocorreu com o Programa Casa Brasil, em São Luís. O descaminho que tal Programa tomou não só na Unidade analisada, mas nas demais unidades espalhadas pelo território nacional, foi uma decorrência de fatores externos (como, por exemplo, a crise do Mensalão, que afetou o Governo no momento crucial do processo de construção do Programa) e internos, que provocaram momentos de instabilidade na implementação, principalmente no que se refere à dimensão temporal, aos atores estratégicos e ao apoio logístico e operacional.

Em outras palavras, o Programa Casa Brasil, em seu processo de implementação, apresentou-se ineficaz e ineficiente por deparar-se com obstáculos que dificultaram o alcance dos seus resultados. Além disso, não se deve negligenciar que as ações de inclusão digital, que seriam desenvolvidas por meio da estrutura modular do Casa Brasil, não tinham como ser alcançadas devido a fatores externos que fugiram do controle da política e às limitações imanentes que sobressaíam em sua concepção teórico-ideológica, pautada no discurso da classe dominante, que tem como único objetivo mascarar a dura realidade, sem constituir-se de fato como uma possibilidade de inserção da classe trabalhadora. E essa visão

atrelada à ideologia neoliberal é concebida exatamente por estarmos inseridos numa formação social dominada pelo modo de produção capitalista. É com essa visão de mundo e com esse modo de produção que pretendemos romper para que as ações de inclusão digital não se restrinjam tão somente à questão do acesso e sirvam apenas para ampliar os números das estatísticas. É necessário que a classe trabalhadora efetivamente aproprie-se das novas tecnologias, utilizando-as de modo autônomo e crítico.

Contudo, ainda em relação ao processo de implementação do Programa Casa Brasil, torna-se interessante destacar o que Silva; Melo (2000, p. 13) abordam sobre a questão dos impedimentos nos processos de sustentação política de programas:

O *policy cycle* [...] é melhor representado por redes complexas de formuladores, implementadores, *stakeholders*¹⁶ e beneficiários que dão sustentação à política; e por “nós” críticos. Esses “nós” ou “elos críticos” representam os pontos no tempo em que questões referidas ao processo de sustentação política dos programas, de coordenação interinstitucional e de capacidade de mobilizar recursos institucionais se conjugam. Nesse momento de conjugação se produz uma espécie de “crise”, concretizada no processo de tomada de uma decisão crítica por um ator estratégico, cujo desenlace impele o programa em uma direção nova.

Como forma de desatar esses “nós críticos” que iam se formando ao longo do processo de implantação e em busca de um novo rumo para o Programa Casa Brasil, Brandão (2010, p. 11) ressaltou que:

Mesmo com todas as incertezas, em 2007, a iniciativa era reconhecida em todo o país. Um estudo de transição do modelo de gestão do Projeto Casa Brasil foi iniciado em 2008 a partir de duas concepções alternativas para institucionalização do projeto na estrutura do MCT: a primeira por meio da criação de uma Organização Social e outra pela via da Rede de Extensão das Universidades Brasileiras.

É assim, então, que o Programa Casa Brasil passa a adquirir um novo formato, com a criação do Programa Rede de Extensão para Inclusão Digital – REID, concebido a partir dessa experiência negativa de implantação do Casa Brasil “e da necessidade de concepção de um novo modelo de gestão para as ações de inclusão digital e social no âmbito do MCT/SECIS e em outros espaços de governo e da sociedade.” (BRANDÃO, 2010, p. 9). Entra em cena, a partir dessa nova

¹⁶ Segundo Melo; Silva (2000, p.13), *stakeholders* são grupos envolvidos pela política e nela interessados.

concepção, a participação das Universidades Brasileiras que deveriam se articular por meio de projetos de extensão.

Na verdade, o debate político em busca da consolidação de uma política nacional de inclusão digital ainda se encontra em curso e disputa espaço no cenário brasileiro. O Programa REID, que nasceu com a intenção de ocupar esse espaço, até o momento ainda se encontra em fase de construção e em processo de experimentação. Tantas outras iniciativas de políticas nessa área também sofrem descompassos e interrupções. A realização do II Fórum da Internet, em Olinda-PE, em julho de 2012, que ocorreu como um espaço para discussão dos desafios atuais e futuro da Internet, demonstrou que ainda nos encontramos em um quadro crítico de políticas de comunicação e cultura digital:

18 meses após a posse de Dilma Rousseff, o Governo Federal demonstra que já fez as opções estratégicas na construção das políticas de comunicação e cultura digital. Lamentavelmente, essas opções não estão pautadas pela perspectiva da garantia de direitos. Isso fica claro quando vemos que programas estratégicos, como os telecentros e os pontos de cultura, correm o risco de serem descontinuados. Também o Programa Nacional de Banda Larga tem sido construído a partir de uma aliança com as grandes empresas do setor, com graves prejuízos ao interesse público. Essas opções, aliás, têm sido a marca principal das políticas nessa área: privilegia-se a lógica de mercado e de ampliação do consumo, sem estabelecer uma perspectiva de garantia de direitos. (COMITÊ GESTOR DA INTERNET, 2012, p. 31).

Além da não garantia de direitos, a opção do Governo Brasileiro para a política de inclusão digital volta-se única e exclusivamente para atender aos interesses do capital. Ademais, percebemos ainda que, historicamente, programas governamentais dessa natureza, com tal amplitude de atuação, não conseguem atingir o alcance esperado exatamente pela descontinuidade de suas ações. Nesse sentido, Silva (2001, p. 13) assevera que:

Os programas sociais implementados no Brasil são, cada vez mais, marcados pela insuficiência, precariedade e descontinuidade, representando muito mais esforços meramente simbólicos do que efetivas políticas capazes de alterar as condições de vida das populações atendidas; até porque registra-se profunda desarticulação entre as políticas sociais e as políticas macroeconômicas, reduzindo as primeiras a patamares meramente compensatórios, quando não assistencialistas e clientelistas. Apesar do destaque e exigências quanto à avaliação de políticas e programas sociais, no Brasil, marcadamente a partir da década de 80, registra-se ainda frequente falta de acompanhamento e avaliação dos processos e dos impactos dos programas sociais. Quando essas avaliações ocorrem, registra-se verdadeiro descaso quanto à aplicação de seus resultados nos processos decisórios das instituições responsáveis por esses programas. E, mais ainda, pouco ou nenhum avanço tem sido registrado em relação à publicização para a sociedade e, mais particularmente, para

grupos, organizações e instituições interessadas nos resultados das avaliações de políticas e programas sociais realizados, não efetivando, por conseguinte, a possibilidade de os resultados dessas avaliações funcionarem como mecanismo de democratização da sociedade e de avanço das lutas populares por ampliação dos direitos sociais [...].

Sobre a questão da efemeridade dos programas sociais, é interessante recorrer ao que Sposati (2002, p. 3) também aborda:

A dívida social acumulada nos países de regulação social tardia significam muitos anos humanos desperdiçados que não são recuperáveis por programas sociais de curta permanência, que ampliam nos seus relatórios o número de atendidos, mas nunca os de incluídos. São “políticas sociais” que operam sob a égide da alta rotatividade. Encurta-se o alcance em tempo de duração dos programas sociais para que garantam alta rotatividade e dêem mais resultados nos números e não propriamente na condição de vida dos cidadãos. Os usuários, no caso, não têm direito ao tempo de permanência e acesso ao programa que é estabelecido sem perspectiva de consolidação de um direito. Não se trata de um direito permanente. O acesso é determinado por um ano, meio ano, dois anos. Não ocorre a inclusão da perspectiva indenizatória àqueles que tiveram seus direitos negados por muito tempo.

Em síntese, diante de tantos percalços e descaminhos do Programa Casa Brasil, o Maranhão, tal como a maioria dos estados da federação nacional, não conseguiu ainda construir uma política de inclusão digital que consiga reverter o quadro de desigualdade digital e social, muito menos ainda uma política que esteja realmente a favor dos interesses da classe trabalhadora com vistas à sua emancipação. O Programa Casa Brasil, por mais interessante e adequado que pudesse ter sido em nível micro, não teve como pretensão romper com a lógica capitalista. A efetivação de uma política de inclusão digital ainda é uma utopia e um desafio para o Brasil.

5 CONCLUSÃO

No decorrer desta tese, optamos pela apresentação, de forma ordenada e coerente, do movimento no pensamento decorrente da análise e interpretação dos diferentes aspectos inerentes ao tema da inclusão digital e da avaliação do Programa Casa Brasil, conforme eles foram emergindo ao longo do estudo, de modo que cada capítulo encerrasse conclusões a respeito das questões que introduziu. Essa opção foi considerada a mais dinâmica e a mais coerente com o método de Marx por respeitar os diferentes níveis de abstração presentes em cada um dos capítulos.

Assim, ao final desta exposição, retomamos algumas análises e o contexto que lhes deram origem, mas, acima de tudo, esta conclusão dedica-se a resgatar a proposição inicial do trabalho, contida na introdução, em termos do objeto, do objetivo, dos pressupostos e dos questionamentos, bem como as principais interpretações a eles relacionadas.

Considerando o objeto específico da tese a análise dos determinantes estruturais e conjunturais expressos nos fatores políticos, ideológicos, econômicos, sociais, institucionais e culturais que condicionaram o desenho da política brasileira de inclusão digital, constatamos que, sem dúvida, foram as inovações das TIC e a financeirização do capital, como os elementos que movimentam o capitalismo contemporâneo, que imprimiram uma nova dinâmica na sociedade a tal ponto de a ideologia dominante disseminar que todos têm que acompanhar esse movimento, sob pena de ficarmos à margem desse processo.

Nesse sentido, os decisores políticos do país construíram, persuasivamente, uma consciência coletiva sobre a inserção do país na “Sociedade da Informação” como uma forma para a construção do consenso no que se refere à adoção dessa política.

Assim, ficou claro, logo de início, que não foi uma demanda da classe trabalhadora à procura do acesso à informação que provocou a constituição das diretrizes do país para a sua inserção na aparente “Sociedade da Informação”. Na verdade, o que verificamos é que o discurso apologético dominante apresenta-se como mais uma tentativa de mascarar as reais contradições existentes no capitalismo. O Socinfo foi elaborado para criar condições para um ambiente

regulatório das TIC, com vistas aos investimentos internos e externos, incorporando o espírito neoliberal que começava a ser implantado no Brasil.

Daí porque podemos afirmar que o suporte ideológico neoliberal e a dinâmica estrutural do capital constituíram-se como os elementos que consolidaram, no Governo FHC e nos governos que o sucederam, o novo modelo de acumulação orientado para a modernização e para a inserção da economia brasileira no mundo globalizado, sendo ainda o principal fator que desencadeou a ação do Estado para a origem de diversos programas governamentais de inclusão digital.

A partir desse marco inicial, o apelo ideológico que a elite dominante passou a difundir voltou-se para o fetichismo tecnológico acerca de uma suposta inclusão digital. É como se essa nova configuração de sociabilidade capitalista, decorrente do uso intensivo das TIC, funcionasse em benefício da classe trabalhadora, visando a oferecer melhorias para a sua vida. Desse modo, a inclusão digital é apresentada como a “solução” para todas as expressões da questão social. Apesar de admitirmos que, ao possibilitar o uso crítico e autônomo das TIC, acessando informações que não reproduzam o modelo social vigente, a inclusão digital possa se constituir como uma atividade voltada para a emancipação do homem, tais tecnologias nunca foram produzidas destinadas à real satisfação das necessidades humanas. As TIC, apresentadas aqui como fruto de conflitos e interesses políticos, ideológicos e, principalmente, econômicos, estão vinculadas à lógica do capital, excludente em sua essência. Foram criadas e sobrevivem preocupadas com a produção. A exclusão social, e por conseguinte, a exclusão digital, são consequências da lógica cruel do capitalismo.

Todavia, o discurso ideológico de promover a inclusão digital consolida-se e ganha força a partir da orientação estratégica do Governo Lula expressa no Plano Brasil de Todos. No megaobjetivo referente à “inclusão social e redução das desigualdades sociais” estabelece-se o desafio de “ampliar o acesso à informação e ao conhecimento por meio das novas tecnologias, promovendo a inclusão digital e garantindo a formação crítica dos usuários.” (SARTÓRIO, 2008, p. 75.). É a partir de então que começam a proliferar, com uma rapidez surpreendente, os diversos programas governamentais de inclusão digital, ao mesmo tempo em que se consolidam, no Governo Lula, as reformas neoliberais.

Tendo como referência um “novo mundo globalizado”, o neoliberalismo seria, então, a única forma de inserção possível, de entendimento e de proposição

prática para esta “era”. Dessa forma, as mudanças que ocorrem na base produtiva interferem diretamente na superestrutura, fazendo com que se desenvolvam as políticas também apregoadas por esse pensamento, buscando a aceitação ativa das classes dominadas pelo processo de reestruturação capitalista, por meio da propagação de valores, ideias e concepções de mundo de cunho neoliberal. O que nos conduz a assegurar que a lógica da reforma do Estado no contexto da reestruturação produtiva do capital, o fetichismo tecnológico e a ideologia neoliberal determinaram a política brasileira de inclusão digital, oportunizando a criação do Programa Casa Brasil, que, diante desse contexto, surge, no discurso oficial, como um programa que viesse unificar as diversas ações de inclusão digital, constituindo-se como a própria política pública do governo federal para essa área.

A partir dessas constatações, que ensejaram o surgimento do referido programa e, ao analisarmos sua concepção teórico-ideológica, temos que o contexto internacional e nacional de reestruturação e de crise capitalista, de transformações tecnológicas e de mutações no mundo do trabalho afetaram diretamente o desenho do programa em tela, que, embora tenha se constituído, pelo menos no discurso, numa proposta ousada, incorporando aspectos inovadores, principalmente no que se refere à apropriação autônoma e crítica das tecnologias, apresentou, em seu desenho originalmente concebido, conceitos e princípios totalmente inspirados no receituário neoliberal.

Não podemos deixar de ressaltar que, pelo menos no discurso oficial, novamente, visualizamos alguns elementos contidos no seu objetivo que poder-se-iam constituir como possibilidades de emancipação, ou seja, um dos objetivos do Programa Casa Brasil destacado por Brandão (2009, p.110) seria: “promover a emancipação dos cidadãos pelo uso crítico e inovador das tecnologias de informação e comunicação”. Todavia, a adoção do termo “cidadão” conforma uma visão de mundo dentro dos limites da sociedade capitalista.

Nessa perspectiva, a concepção de inclusão digital adotada pelo Programa Casa Brasil, apesar de realçar a emancipação “política”, difere da nossa própria concepção, voltada para a emancipação humana. A inclusão digital, nesse último sentido, poder-se-ia constituir como um instrumento de luta capaz de possibilitar a superação de toda e qualquer forma de exploração, de humilhação e de dominação do homem pelo homem. (FARIAS, 2009).

Comprovamos, assim, que os fundamentos que caracterizam o Casa Brasil, assim como as demais políticas que surgem nesse contexto, estão pautados na reestruturação capitalista como consequência de uma reforma no âmbito estrutural que vem ocorrendo nos países capitalistas de primeiro mundo e que se projeta para os países capitalistas periféricos com a perspectiva de que façam parte do circuito financeiro internacional e assim possam possibilitar sua participação na nova dinâmica capitalista. Ou seja: o Programa Casa Brasil foi elaborado para favorecer o capital e ainda que, em seu discurso, encontrem-se alguns indícios e elementos que possam oferecer a possibilidade da inclusão digital constituir-se como um instrumento de luta para a emancipação, ela é voltada para uma emancipação dentro dos limites do capitalismo; o que nos leva a afirmar, mais uma vez, que o Casa Brasil não se configurou como um programa de inclusão digital, cuja proposta estivesse pensando na emancipação humana, mas, sim, na preservação e expansão do capitalismo.

No que diz respeito aos elementos constitutivos do Programa Casa Brasil, ficou perceptível que, assim como esse programa, os programas governamentais, de maneira geral, encarregam-se de popularizar temas que a ideologia dominante dissemina para amortecer a luta de classes e para que o capitalismo continue se expandindo. Dessa maneira, os fundamentos que constituíram os elementos componentes do Casa Brasil também estão intrinsecamente relacionados com a ideologia neoliberal, já que o Programa elegeu temas que, em vez de libertarem, aprisionam ainda mais a classe trabalhadora.

Assim, o Programa Casa Brasil, tendo se pautado nos princípios do empreendedorismo, do cooperativismo, da economia solidária, da qualificação e requalificação profissional que integraram o conceito do termo “geração de trabalho e renda”, acaba por representar uma expressão de políticas compensatórias como resposta para o atual momento de reestruturação e crise capitalista, demonstrando que a classe dominante está na ofensiva, hegemônica pelo capital financeiro, levando “à progressiva substituição da mais-valia absoluta pela relativa.” (FREDERICO, 2008, p. 179). Este se apresenta como um dos principais limites do Casa Brasil, tendo em vista que não há programas de “qualificação profissional” capazes de inserir a totalidade dos desempregados pelas determinações da crise sistêmica, assim como também o programa em pauta não está interessado na possível participação do trabalhador como sujeito na construção de uma sociedade

emancipada em que o resultado da produção material e cultural esteja disponível para todos, mas, sim, para ajustar-se aos imperativos do capitalismo.

A “economia solidária” e o “desenvolvimento sustentável” são outros dos elementos que se constituíram como componentes do Casa Brasil. Também esses elementos apresentam-se como mais uma postura ideológica enganosa, servindo para intensificar processos de alienação humana, pois representam apenas iniciativas pontuais e localizadas. Como propostas que têm a intenção de superar a ordem do capital e extinguir as causas que a mantêm, não podem abrir mão de uma apreensão correta das determinações da totalidade social, demonstrando, portanto, que essas teses não se apresentam como uma função social revolucionária, mas, sim, como um retrocesso ideológico. (WELLEN, 2008). No que se refere especificamente ao “desenvolvimento sustentável”, não há como manter uma coexistência equilibrada entre a preservação ambiental e o desenvolvimento econômico capitalista, sem que este não acarrete a anulação daquela. (FIORILLO, 2002). “Sob as relações de produção capitalista é impossível qualquer modalidade de desenvolvimento sustentável.” (RAMOS, 2010).

No tocante ao acesso e à produção de informação e conhecimentos e à popularização da ciência e da arte como objetivos perseguidos pelo Programa Casa Brasil, também estes se constituíram em importantes condicionantes das ações de inclusão digital, tornando evidentes os limites inerentes à concepção do referido programa e revelando ainda, algumas contradições internas que influenciaram o seu desenho original. Isso porque sabemos que o conhecimento humano e a ciência, de um modo geral, também estão voltados para a geração ampliada de mais valia em consonância com o modo de produção capitalista, uma vez que contribuem para acentuar as desigualdades sociais e não para revertê-las.

O Programa analisado contou também com o propósito de ampliar a “cidadania” de seus beneficiários, tornando-se esta a questão norteadora das suas atividades e do seu campo de atuação, uma vez que conseguisse implantar e concretizar as ações de inclusão digital voltadas para a: “geração de trabalho e renda”, “economia solidária”, “desenvolvimento sustentável”, “acesso e produção de informação e conhecimentos” e “popularização da ciência e da arte”, com o apoio da “sociedade civil”.

O que ficou constatado, no que diz respeito à ampliação da cidadania, é que, mais uma vez, o discurso do citado programa revestiu-se de termos que

constituem mais um dos “pilares ideológicos fundamentais para a reprodução da dominação burguesa.” (ALMEIDA, 2012). Ou, ainda, como nos apresentou Silva (2012, p. 246): “a defesa da cidadania significa apenas uma defesa caduca da reforma da ordem social vigente”; em conformidade com o que o próprio Marx (1843) assinalou na sua obra “A Questão Judaica”: “a emancipação política é a redução do homem, de um lado, a membro da sociedade burguesa, a indivíduo egoísta independente e, de outro, a cidadão do Estado, a pessoa moral”.

Na preservação do discurso ideológico da classe dominante, a participação da “sociedade civil” foi um dos elementos-chave do Programa Casa Brasil. Esse discurso, aliás, está penetrado na maioria das propostas políticas atuais, com uma visão atrelada ao aporte ideológico neoliberal. Nessa matriz teórica, “a sociedade civil é considerada de uma maneira mais passiva e menos como uma esfera contraposta ao Estado e ao capitalismo.” Seria “o reino entre o Estado, o mercado e a família, não é o reino da luta e da emancipação, mas sim o reino da estabilidade, da provisão, da confiança e da responsabilidade social.” Enfim, “o terceiro setor.” Não considera-se, dessa forma, a possibilidade real da superação do capitalismo, mas aceita essa ordem e procura apenas melhorá-la numa vã tentativa de humanizá-la. (PINHEIRO, 2012). Em resumo, o Programa Casa Brasil, ao optar por essa forma de entendimento de sociedade civil, quer naturalizar a realidade capitalista atual, eternizando-a e submetendo-se a ela como se não houvesse uma outra alternativa.

Enfim, para que se possa realmente acreditar em uma possibilidade de emancipação humana, necessário se faz conceber os elementos fundantes das ações de inclusão digital para “além do capital” (MÉSZÁROS, 2002), e não relacionados a este, de tal maneira que dissimule as contradições que se ocultam ou se fetichizam na realidade contemporânea.

Em relação aos mecanismos de participação e controle social, vimos que o Programa aqui avaliado baseou-se no “novo” modelo de gestão descentralizada, com vistas a garantir a participação popular e comunitária através de um Conselho Gestor, devendo tal conselho tornar-se o espaço de articulação política para exercer o controle social na formulação, deliberação e fiscalização dessa política. Contudo, ante as “estratégias do capital de passivização no contexto atual de ofensiva neoliberal e reestruturação produtiva”, essa forma de participação e controle social apresenta-se, no mínimo, um desafio para o avanço desse movimento. (CORREIA,

2012). Além disso, “cercadas pela alta burocracia estatal e pela classe capitalista, tais experiências têm chances reduzidas de se prolongarem no tempo, já que o poderio dos grupos que desejam o seu fracasso é infinitamente superior ao poderio dos que lutam pelo seu sucesso.” (SAES, 2012, p.7).

No entanto, temos que reconhecer que, por mais interessantes que esses mecanismos de participação social possam se apresentar, as lutas são travadas no interior da ordem democrática, mantendo-as nos limites do jogo proposto. Isso significa a concordância do não questionamento da ordem social capitalista. Ou seja: desloca-se a luta dos trabalhadores para a centralidade da política em vez de ocupar o espaço central do trabalho – categoria fundante do ser social, conforme Marx – acabando por configurar-se no campo e nas regras estabelecidas pela classe dominante. Na perspectiva da classe trabalhadora, o controle e a participação social devem ser exercidos em comunhão com o seu projeto de classe: o de superação da racionalidade capitalista.

No âmbito do Programa Casa Brasil, nem de uma forma (como alargamento da cidadania ou no exame da aplicação do fundo público), nem de outra (em uma perspectiva de superação da ordem vigente), tal conselho e tais formas de participação da sociedade se efetivaram. Não houve sequer, na Unidade do Anjo da Guarda, o movimento de articulação que pudesse concretizar a composição do Conselho Gestor, levando a crer que essa forma de participação social também se refletiu nas demais unidades espalhadas pelo território nacional.

No que se refere à experiência do Maranhão no processo de implementação do Programa Casa Brasil, observamos que os determinantes institucionais foram os que mais prejudicaram a dinâmica da unidade analisada. Nesse sentido, a dificuldade de apoio financeiro foi um dos aspectos que mais interferiram no desenvolvimento das ações de inclusão digital, tendo em vista que os recursos federais previstos só seriam suficientes para o primeiro ano de instalação das unidades, ficando a cargo dos parceiros estratégicos, que nesse caso eram representados pelo governo local, de se manterem durante os períodos seguintes. Assim, a Prefeitura Municipal de São Luís, representada inicialmente pela SEMPLAN e depois pela SEMCAS, pouco ou quase nada contribuiu em termos financeiros, fazendo com que a unidade em tela fosse em busca de outros parceiros e organizações representantes do capital. Desse modo, no Maranhão, essa limitação financeira gerou uma série de entraves, dando espaço para que as ações de

inclusão digital se transformassem em uma não política, na qual a escassez de recursos é figurada como dado a ser administrado tecnicamente ou gerido pelas práticas de filantropia. (TELLES, 1998).

Em uma análise geral da situação do elo perdido do Casa Brasil, concluímos que as dificuldades que a unidade analisada enfrentou, de certo modo foram as mesmas que as diversas unidades também experimentaram, principalmente provocadas por fatores externos, que fugiram do controle da política. A crise do mensalão afetou o Governo Lula no momento crucial do processo de construção do Programa Casa Brasil, provocando momentos de instabilidades na implementação. Na verdade, este até pode ter sido um dos principais motivos de enfraquecimento e de desmobilização do Programa, mas devemos salientar que, também na concepção teórico-ideológica do Casa Brasil, já estavam contidas diversas limitações e contradições, o que nos conduz a asseverar que uma conjunção de fatores exógenos e endógenos interferiram negativamente na dinâmica da implementação dessa política.

Dessa maneira, o Programa Casa Brasil, em seu processo de implementação, apresentou-se ineficaz e ineficiente por deparar-se com limitações que dificultaram o alcance dos seus resultados. Além disso, tal proposta, por mais interessante e adequada que tivesse sido em nível micro, não teve como pretensão romper com a lógica da ordem estabelecida. E essa lógica, atrelada à ideologia neoliberal, é concebida exatamente por estarmos inseridos numa formação social dominada pelo modo de produção capitalista. É com essa visão de mundo e com esse modo de produção que pretendemos romper. Porém, para que as ações de inclusão digital não se restrinjam tão somente à questão do acesso e sirvam apenas para ampliar os números das estatísticas, é necessário que a classe trabalhadora efetivamente aproprie-se das novas tecnologias, utilizando-as de modo autônomo e crítico para que consiga desenvolver sua consciência de classe de modo a favorecer a luta por seus interesses.

REFERÊNCIAS

ABREU, M. M. A relação entre o Estado e a sociedade civil: a questão dos conselhos de direitos e a participação do serviço social. **Serviço Social & Movimento Social**, v.1, n.1, p. 61-76, jul./dez. 1999.

AFFONSO, Rui de Britto Álvares. Descentralização e reforma do Estado: a federação brasileira na encruzilhada. **Economia e Sociedade**, Campinas-SP, n. 14, p. 127-152, jun. 2000.

ALMEIDA, Lúcio Flávio de. Lutas sociais e questões nacionais na América Latina: importantes vitórias, novos desafios. In: COUTINHO, Joana Aparecida; LOPES, Josefa Batista (Orgs.). **Crise do capital, lutas sociais e políticas públicas**. São Paulo: Xamã, 2012.

_____. Lutas Sociais na nova (des)ordem: o 11 de setembro e após. **Lutas Sociais**, São Paulo, n. 8, 2002.

ALVES, Giovanni. Internet: arcabouço midiático na era da financeirização. **Novos Rumos**, Ano 15, n. 32, 2000. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br>>. Acesso em: 12 nov. 2009.

ANDRADE, Fabrício Fontes de. Reestruturação produtiva: dos novos padrões de acumulação capitalista ao novo parâmetro de políticas sociais. **Revista Urutagua**, Maringá, v. 10, ago./nov. 2004. Disponível em: <www.urutagua.uem.br>. Acesso em: 5 maio 2012.

ANDRIOLI, Antônio Inácio. A atualidade de Marx para o debate ambiental. **Crítica Marxista**, Campinas-SP, n. 27, p. 11-25, 2008. Disponível em: <http://www.unicamp.br/cemarx/criticamarxista/CM_1.3.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2013.

ANTUNES, Ricardo. **A desertificação neoliberal no Brasil**: Collor, FHC e Lula. 2. ed. Campinas-SP: Autores Associados, 2005.

_____. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. Introdução. In: MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. 2.ed. rev. ampl. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **Uma esquerda fora do lugar**: o Governo Lula e os descaminhos do PT. Campinas-SP: Armazém do Ipê/Autores Associados, 2006.

ARAÚJO, Renan. **Marx & Gramsci**: divisão do trabalho, flexibilização e controle social. Disponível em: <www.estudosdotrabalho.org>. Acesso em: 2 fev. 2009.

ARRETCHE, Marta. **Mitos da descentralização**: mais democracia e eficiência nas políticas públicas? Disponível em: <http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_31/rbcs31_03.htm>. Acesso em 21 jan. 2013.

_____. Uma contribuição para fazermos avaliações menos ingênuas. In: BARREIRA, Maria Cecília Roxo Nobre; CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. **Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais**. São Paulo: IEE/PUC-SP, 2001.

ASSUMPÇÃO, Rodrigo; MORI, Cristina. **Inclusão digital**: discursos, práticas e um longo caminho a percorrer. 17 maio 2006. Disponível em: <<http://www.inclusaodigital.gov.br/inclusao>>. Acesso em: 31 ago. 2009.

AUN, M. P. (Ed.). **Observatório da inclusão digital**: descrição e avaliação dos indicadores adotados nos programas governamentais de infoinclusão. Belo Horizonte: Gráfica Orion, 2007.

BARBOSA, Raquel de Moura. **Uma análise sobre os discursos que tratam do terceiro setor no Brasil**: a ação das ONGs. 2006. 120 f. Dissertação (Mestrado em Política Social), Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2006.

BAVA, Sílvio Caccia. **Políticas sociais são o band-aid da sociedade**. Disponível em: <http://amaivos.uol.com.br/amaivos09/noticia/noticia.asp?cod_noticia=14278&cod_canal=41>. Acesso em: 5 fev. 2013.

BENETT, R. J. **Descentralization, local governments and markets**: towards a postwelfare agenda. Oxford: Clarendon Press, 1990.

BOLAÑO, César Ricardo Siqueira. Sociedade da informação, reestruturação produtiva e economia do conhecimento. **Telos**, jul./set. 2005. Disponível em: <<http://www2.eptic.com.br/sgw/data/bib/artigos>>. Acesso em: 12 ago. 2012.

BOTELHO, Tânia Mara, BATISTA, Sofia Galvão, AMARAL, Sueli Angélica do. **Informação e sociedade**: uma sociedade inteligente em transformação? Brasília, [ca.1994]. (Projeto de Pesquisa em Economia da Informação, financiado pelo CNPq).

BRANDÃO, Maria de Fátima Ramos. **Um modelo de avaliação de programa de inclusão digital e social**. 2009. 138 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações)-Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2009.

_____ et al. Rede de Extensão para Inclusão Digital (REID): uma experiência brasileira de articulação acadêmica, governo e sociedade para enfrentamento das desigualdades sócias. In: CONGRESSO IBEROAMERICANO DE EXTENSION UNIVERSITARIA, 11., 2011, Santa Fe, Argentina. **Anais...** Santa Fe, Argentina: UNL, 2011.

_____ (Org.). **Relatório de Atividades Rede de Extensão para Inclusão Digital – REID**: parcerias entre academia, governo e comunidade. Brasília, DF, 2010.

_____; TRÓCCOLI, Bartholomeu Torres. **Um modelo de avaliação de projeto de inclusão digital e social**: Casa Brasil. Disponível em: <www.bibliotecadigital.sbc.org.br> Acesso em: 12 nov. 2008.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal/Subsecretaria de Edições Técnicas, 2011. 578 p.

_____. **Decreto de 10 de março de 2005**. Institui, no âmbito da Casa Civil da Presidência da República, o Comitê Gestor do Projeto Casa Brasil – CGPCB, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Dnn/Dnn10473.htm>. Acesso em 17 nov. 2011.

_____. Ministério das Comunicações. **Ações Governamentais em inclusão digital**: análise de utilização do FUST. 2006. Disponível em: <<http://portal2.tcu.gov.br/portal/pls/portal/docs/670102.PDF>>. Acesso em: 8 set. 2008.

_____. Presidência da República. **Gestão**. Disponível em: <www.casabrasil.gov.br>. Acesso em: 15 nov. 2008a.

_____. Presidência da República. **O que é o Casa Brasil**. Disponível em: <www.casabrasil.gov.br>. Acesso em: 15 nov. 2008b.

CABETTE, Eduardo Luis Santos. **É sustentável a tese do desenvolvimento sustentável?** Disponível em: <www.lo.unisal.br/sistemas/bioetica/arquivos/textoetica.doc>. Acesso em: 13 set. 2012.

CARCANHOLO, Marcelo Dias; BARUCO, Grasiela Cristina da Cunha. Pós-modernismo e neoliberalismo: duas facetas ideológico-políticas de uma pretensa nova era. **Lutas Sociais**, São Paulo, n. 21/22, p. 132-145, jun. 2009.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Avança Brasil**: proposta de governo. Brasília, 1998.

CARVALHO, Alba Maria Pinho de et al. Estado e políticas públicas Brasil e Portugal: novas configurações, desafios do presente. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, Número Especial, p. 233-256, ago. 2010.

_____. Sociedade, Estado e políticas na civilização do capital: um olhar sobre o presente. In: CONGRESSO LUSO-AFRO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, Braga-Portugal, 2009. **Anais...** Brasa-Portugal, 2009.

CARVALHO, Juliano Maurício de. O vade-mécum verde: políticas de tecnologias da informação e comunicação na era FHC. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 30., Santos, 29 de agosto a 2 de setembro de 2007. **Anais...** Disponível em: <www.intercom.org.br>. Acesso em: 28 jul. 2009.

_____. Políticas e gestão da informação: uma releitura sobre cidadania e inclusão digital. In: ENCONTRO DA ULEPICC-BRASIL: economia política da comunicação: interfaces sociais e acadêmicas do Brasil, 1., Niterói, 18 a 20 de outubro de 2006. **Anais...** Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2006.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

CASTRO, Manoel Cabral de. Desenvolvimento sustentável. **Revista Economia e Empresa**, Universidade Mackenzie, São Paulo, v. 3, n. 3, p.1-12, jul./set. 1996.

CHESNAIS, François. A globalização e o curso do capitalismo de fim de século. **Economia e Sociedade**, Campinas-SP, n. 5, 1995.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: FGV, 1991.

COMITÊ GESTOR DA INTERNET. Pré IGF brasileiro 2012. In: FÓRUM DA INTERNET NO BRASIL, 2., 2012, Olinda. **Relatório completo**. Disponível em: <<http://forumdainternet.cgi.br/>>. Acesso em: 08 mar. 2013.

COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DA BAHIA. **Número de residências com Internet cresce 72% em 4 anos**. Salvador, 2 abr. 2013. Disponível em: <<http://www.prodeb.ba.gov.br/modules>>. Acesso em 2 abr. 2013.

CONHEÇA a Plataforma Moodle. 10 fev. 2012. Disponível em: <prismatreinamentos.com.br/mod/resource>. Acesso em: 21 dez. 2012.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO. **Projeto Casa Brasil**. 2005. Disponível em: <www.iti.gov.br>. Acesso em: 28 jul. 2009.

CORRÊA, Rômulo de Amorim. **A construção social dos programas públicos de inclusão digital**. 2007. Dissertação (Mestrado em Sociologia)-Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

CORREIA, Maria Valéria Costa. O poder político do mercado e seu reflexo nas políticas públicas e na democracia. In: _____. **Desafios para o controle social: subsídios para capacitação de conselheiros de saúde**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.

_____. **Controle social na saúde**. Disponível em: <http://www.fnepas.org.br/pdf/servico_social_saude/texto1-6.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2012.

COUTINHO, Joana Aparecida. **ONGs e políticas neoliberais no Brasil**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2011.

_____; LOPES, Josefa Batista (Orgs.). **Crise do capital, lutas sociais e políticas públicas**. São Paulo: Xamã, 2012.

CRANSTON, Maurice. Introdução. In: ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do contrato social, ou, Princípios do direito político**. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2011.

CRONIM, Blaise; MCKIM, Geoffrey. Internet. In: INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA. **A informação: tendências para o novo milênio**. Brasília: IBICT, 1999.

DAGNINO, Renato et al. **Gestão estratégica da inovação**: metodologias para análise e implementação. Taubaté, Cabral Universitária, 2002.

DANTAS, Marcos. A lógica do capital-informação: fragmentação dos monopólios e monopolização dos fragmentos num mundo de comunicações globais.

Comunicação & Política, v.3, n. 1, p. 34-57, jan./abr. 1996.

DIAS, Maria do Carmo da Silva. **Geração de emprego, renda e Política de Qualificação Nacional**: elementos para uma análise no Estado do Pará. Disponível em: < <http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/segundosimposio/mariadocarmodasilvadias.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2012.

DIEGUES, Antonio Carlos S. Desenvolvimento sustentável ou sociedades sustentáveis: da crítica dos modelos aos novos paradigmas. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 6, n. 1-2, p. 22-29, jan./ jun. 1992.

DYE, Thomas R. **Understanding public policy**. 11.ed. New Jersey: Pearson Prentice Hall, 2005.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. São Paulo: Escala, 2005.

_____. **A questão da habitação**. São Paulo: Acadêmica, 1988.

EPIPHÂNIO, Pedro Paulo Diniz; ARAUJO, Handrey Borges. É o desenvolvimento sustentável, sustentável? Uma análise crítica a toda a retórica que se tem feito em torno do tema. **Revista Científica Eletrônica de Engenharia Florestal**, n. 11, fev. 2008.

FARIAS, Flávio Bezerra de. A economia política do financeiro. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v.7, n.2, p. 141-174, jul./dez. 2003.

_____. **Aula expositiva sobre o Estado**. São Luís, 2009.

_____. **O Estado capitalista contemporâneo**: para a crítica das visões regulacionistas. São Paulo: Cortez, 2000.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. 5. ed. São Paulo: Globo, 2006.

FERREIRA, José Rincon; TARAPANOFF, Kira. **Sociedade da informação**: conteúdos informacionais. Brasília: IBICT, 1999.

FERREIRA, Maria Mary. **Informação e desigualdade social no Maranhão**: as bibliotecas, os arquivos e o profissional da informação: desafios para pensar o Estado Democrático. 2007. Projeto de pesquisa desenvolvido na UFMA com financiamento do CNPq. Em fase de publicação.

FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. **Curso de Direito Ambiental Brasileiro**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. **Discussões sobre economia solidária**. 2009. Disponível em: <<http://www.fbes.org.br>>. Acesso em: 5 jul. 2011.

FREDERICO, Celso. Marx na pós-modernidade. In: _____; TEIXEIRA, Francisco. **Marx no século XXI**. São Paulo: Cortez, 2008. Pt. 2.

FREITAG, Barbara. Prefácio. In: MOREL, Regina Lúcia de Moraes. **Ciência e Estado: a política científica no Brasil**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.

GOHN, Maria G. **Conselhos gestores e participação sociopolítica**. São Paulo: Cortez, 2001.

GOLDMANN, Lucien. A reificação. In: LÖWY, Michael; NAÏR, Sami. **Lucien Goldman**, ou, A dialética da totalidade. São Paulo: Boitempo, 2008.

GOMES, Maria de Fátima Cabral Marques. Avaliação de políticas sociais e cidadania: pela ultrapassagem do modelo funcionalista clássico. In: SILVA, Maria Ozanira da Silva e (Coord.). **Avaliação de políticas e programas sociais: teoria e prática**. São Paulo: Veras Editora, 2001.

GOMEZ, Maria Nélide Gonzáles de. O papel do conhecimento e da informação nas formações políticas ocidentais. **Ciência da Informação**, Brasília, v.16, n.2, p. 157-167, jul./dez. 1987.

GRACIOLLI, Edilson José; TOITIO, Rafael Dias. A responsabilidade social empresarial como aparelho de hegemonia. **Lutas Sociais**, São Paulo, n. 21/22, p. 166-178, jun. 2009. Dossiê: Embates teóricos.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**, volume 3. Tradução Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

GUDYNAS, Eduardo. Ética, ambiente e ecologia: uma crise entrelaçada. **Revista Eclesiástica Brasileira**, Petrópolis, n. 52, fascículo 205, p. 64-74, mar. 1992.

GURSTEIN, M. Effective use: a community informatics strategy beyond the Digital Divide. **First Monday**, v. 8, n.12, 2003. Disponível em: <http://www.firstmonday.dk/issues/issue8_12/gurstein/index.htm>. Acesso em: 15 de dezembro de 2011.

HOSSOÉ, Hayleno Santos. **A política de reordenação do sistema público de TV brasileiro e o processo de implementação da TV Brasil**. 2012. 173 f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas)-Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2012.

HUNGARO, Edson Marcelo. **Trabalho, tempo livre e emancipação humana**. 2008. Tese (Doutorado em Educação Física)-Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 2008. Disponível em: <www.cutter.unicamp.br>. Acesso em: 21 mar. 2013.

HUSSON, Michel. **Le grand bluff capitaliste**. Paris: La Dispute, 2001.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 6.ed. São Paulo: Cortez/Celats, 1988.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira 2009. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.

_____. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

JAMESON, Fredric. **Pós-modernismo**: a lógica cultural do capitalismo tardio. São Paulo: Ática, 1996.

KATZ, Cláudio. O pós-marxismo: uma crítica. In: COGGIOLA, Osvaldo. **Marxismo hoje**. São Paulo: Xamã, 1994.

_____. Sete teses sobre as novas tecnologias da informação. In: _____; COGGIOLA, Osvaldo. **Neoliberalismo ou crise do capital?** São Paulo: Xamã, 1995.

KEYNES, John Maynard. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. São Paulo: Atlas, 1990.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

KRIPPENDORFF, K. Information, information society and some marxian propositions. In: SCHEMENT, J. R.; RUBEN, B. D. (Edits). Between communication and information. **Information and Behavior**, New Brunswick , v. 4, p. 487-521, 1993.

KURZ, Robert. A ignorância da sociedade do conhecimento. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 13 jan. 2002. Caderno Mais, p.14.

LEAL, Renata. Cadê a Internet? **Revista Info Exame**, mar. 2010. Disponível em: <<http://planetasustentavel.abril.com.br>>. Acesso em: 19 nov. 2010.

LIMA, Valéria Ferreira Santos de Almada. **Qualificação e emprego no Brasil**: uma avaliação dos resultados do PLANFOR. 2004. 189 f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas)-Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2004.

_____. Qualificação e emprego: uma avaliação de impactos do PLANFOR no Maranhão. In: SILVA, Maria Ozanira da Silva e (Coord.). **Pesquisa avaliativa**: aspectos teórico-metodológicos. São Paulo: Veras Editora, 2008.

_____. Reforma do Estado e controle social: limites e possibilidades da descentralização e do “terceiro setor”. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v.6, n. 2, p. 127-147, jan./jun. 2002.

LIMOEIRO-CARDOSO, Miriam. Ideologia da globalização e (des)caminhos da ciência social. In: GENTILI, Pablo (org). **Globalização excludente**. desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial. Petrópolis: Vozes, 1999.

LOJKINE, Jean. **A revolução informacional**. São Paulo: Cortez, 1995.

LOPES, Josefa Batista. Resistência de classes e o PT na construção de alternativas no Brasil. In: COUTINHO, Joana Aparecida; LOPES, Josefa Batista (Orgs.). **Crise do capital, lutas sociais e políticas públicas**. São Paulo: Xamã, 2012.

LÖWY, Michael. As utopias indisciplinadas de um marxismo para o século XXI: o marxismo como crítica da modernidade: entrevista. Entrevistador: Fabio Mascaro Querido. **Lutas Sociais**, São Paulo, n. 21/22, p. 179-185, 2. sem. 2008/1. sem. 2009. Dossiê: Embates teóricos.

LUCCI, Elian A., BRANCO, Anselmo L., MENDONÇA, Cláudio. **Território e sociedade no mundo globalizado**. São Paulo: Saraiva, 2005.

MALIN, Ana Maria Barcellos. **Estado e Sociedade da Informação no Brasil: uma investigação sobre o papel da informação na gestão pública**. 2003. 157 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação)-Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

MARCONDES, Carlos Henrique; GOMES, Sandra Lúcia Rebel. O impacto da Internet nas bibliotecas brasileiras. **Transinformação**, Campinas-SP, v.9, n. 2, p. 57-68, maio/ago. 1997.

MARSHALL, T.H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

MARX, Karl. A lei geral da acumulação capitalista. In: _____. **O capital: crítica da economia política: livro 1 – volume 2: o processo de produção do capital**. 12. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.

_____. **A questão judaica**. 1843. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/marx/1843/questaojudaica.htm>>. Acesso em: 8 out. 2012.

_____. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

_____. **O Capital: crítica da economia política: livro 1 – volume 1**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos de 1844**. Lisboa: Avante, 1993.

_____; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

_____; _____. **Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã: obras escolhidas**. São Paulo: Alfa-Omega, 1975. V. 3.

_____; _____. **Manifesto do partido comunista**. Porto Alegre: L&PM, 2001.

MATTELART, Armand. **Comunicação-mundo: história das ideias e das estratégias**. Petrópolis: Vozes, 1994.

MATTOS, Fernando Augusto M. Inclusão digital e desenvolvimento econômico na construção da sociedade da informação no Brasil. *Revista de Ciência da Informação DataGramZero*, Brasília, v.7, n.3, jun. 2006. Disponível em: <<http://www.datagramazero.org.br/>>. Acesso em: 26 out. 2009.

MELO, Marcus André. As sete vidas da agenda pública brasileira. In: RICO, Elizabeth Melo (Org.). **Avaliação de políticas sociais**: uma questão em debate. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

MELO, Nildo Aparecido de. Reestruturação capitalista e precarização do mundo do trabalho: os projetos de economia solidária em Presidente Prudente. **GeoAtos**: Revista de Geografia da FCT/UNESP, Presidente Prudente, v.2, n.11, p.16-32, jul./dez. 2011. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/>>. Acesso em: 14 dez. 2012.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. 2. ed. rev. ampl. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **Filosofia, ideologia e ciência social**, São Paulo: Boitempo, 1993.

_____. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.

MILANESI, L. **Biblioteca**. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2002.

MOTA, Ana Elizabete. **Cultura da crise e seguridade social**: um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

NARDELLI, Eduardo Sampaio. **Exclusão digital**: o desafio da cidadania na era da tecnologia da informação. Disponível em: <http://cumincades.scix.net/data/works/att/sigradi2003_130.content.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2008.

NASCIMENTO, Alberico Francisco do. **Educação a distância e fetichismo tecnológico**: Estado e capital no projeto de ensino superior no Brasil. 2011. 233f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas)-Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2011.

NAVES, Márcio Bilharino. Democracia e dominação de classe burguesa. **Crítica Marxista**, Campinas-SP, n. 4, p. 58-66, 1997. Disponível em: <http://www.unicamp.br/cemarx/criticamarxista/CM_1.3.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2013.

OLIVEIRA, Iranir de. **O controle social nas Conferências Nacionais de Saúde**: concepções, avanços e limites. 2009. 128 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social)-Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2009.

OLIVEIRA, Francisco de. Política numa era de indeterminação: opacidade e reencantamento. In: _____; RIZEK, Cibele Saliba. (Orgs.). **A era da indeterminação**. São Paulo: Boitempo, 2007.

PARTICIPAÇÃO e controle social na garantia dos direitos humanos: Módulo II: Conselhos dos Direitos no Brasil. Disponível em: <dhnet.org.br>. Acesso em: 02 fev. 2011.

PAULO NETTO, José. A importância da obra de Lukács para o marxismo humanista: entrevista. 7 dez. 2012. Entrevistador: Rodrigo Petronio. **Jornal O Estado de São Paulo**, São Paulo, 7 dez. 2012.

_____. Palestra apresentada no Encontro Nacional de Assistentes Sociais, CEFESS, nov. 1997. 1 videocassete.

PINHEIRO, Jair. Direito e política: uma relação mal-resolvida. **Lutas Sociais**, São Paulo, n. 21/22, p. 111-121, 2. sem.. 2008/1. sem. 2009.

PINHEIRO, Paulo Sergio. **O conceito de sociedade civil**. Pt. 4. Disponível em: <http://www.lambda.maxwell.ele.puc-rio.br/6617/6617_5.PDF>. Acesso em: 15 dez. 2012.

PIRES, Marília Freitas de Campos. O materialismo histórico-dialético e a educação. **Interface: Comunicação, Saúde, Educação**, Botucatu, v.1, n.1, ago. 1997.

POCHMANN, Marcio. Proteção social na periferia do capitalismo: considerações sobre o Brasil. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 18, n. 2, abr./jun. 2004.

PORTO, Maria Célia da Silva. **A condição do Estado assistencialista no Brasil pós-constituente**: um exame sobre as determinidades das políticas sociais brasileiras em face das imposições do ajuste neoliberal. Maceió: EDUFAL, 2007.

POULANTZAS, Nicos. **Poder político e classes sociais**. São Paulo: Martins Fontes, 1977a.

_____. Org. **O Estado em crise**. Rio de Janeiro: Graal, 1977b.

RAMOS, Maria Helena Rauta. Desenvolvimento sustentável numa perspectiva crítica. **Rede Comuna Verde**, 31 jul. 2010. Disponível em: <<http://www.redecomunaverde.org>>. Acesso em: 14 set. 2012.

REICH, Robert B. **O futuro do sucesso**: o equilíbrio entre trabalho e qualidade de vida. São Paulo: Manole, 2002.

ROCHA, Roberto. A gestão descentralizada e participativa. **Revista Pós Ciências Sociais**, São Luís, v.1, n.11, 2009. Disponível em: <<http://www.ppgcsoc.ufma.br>>. Acesso em: 22 dez. 2012.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do contrato social, ou, Princípios do direito político**. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2011.

RUSSEL, Peter. Is Sustainable Development Compatible with Western civilization? Originally published in **Perspectives, The Journal of The World Business Academy**, 1995. Disponível em: <<http://www.worldbusiness.org/>>. Acesso em: 04 dez. 2009.

SAES, Décio A. M. **República do capital**: capitalismo e processo político no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2001.

_____. Democracia representativa e participativa. **Marxismo 21**: política, estado, democracia. Disponível em: <www.marxismo21.org>. Acesso em: 15 dez. 2012.

SAMPAIO JR., Plínio de Arruda. **Entre a nação e a barbárie**: os dilemas do capitalismo dependente. Petrópolis: Vozes, 1999

SANTOS, Laymert Garcia. Brasil contemporâneo: estado de exceção? In: OLIVEIRA, Francisco de; RIZEK, Cibele Saliba. (Orgs.). **A era da indeterminação**. São Paulo: Boitempo, 2007.

SANTOS, Milton dos. Contribuição à compreensão da “Era da Informação” no contexto das organizações: um ensaio teórico plural. **Técnica Administrativa**, Buenos Aires, v. 5, n. 28, oct./dic. 2006. Disponível em: <www.cyta.com.ar>. Acesso em: 27 set. 2012.

SANTOS, Tania Steren dos. Globalização e exclusão: a dialética da mundialização do capital. **Sociologias**, Porto Alegre, n.6, jul./dez. 2001. Disponível em: <www.scielo.br>. Acesso em: 10 set. 2009.

SARTÓRIO, Kelly Cristiane. **Exclusão social e tecnologia**: os desafios da política pública de inclusão digital no Brasil. 2008. 128 f. Dissertação (Mestrado em Política Social)-Departamento de Serviço Social do Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

SERRA JUNIOR, Gentil Cutrim. **Políticas públicas de incentivo às tecnologias abertas**: sujeitos e interesses na indústria do software livre. São Luís, 2009. Trabalho não publicado.

SERRES, Michel. **O contrato natural**. Trad. Serafim Ferreira. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.

SILVA, Felipe Henrique Gonçalves da. **Democracia e socialismo nos debates do Partido dos Trabalhadores (1987-1991)**. 2012. 298 f. Dissertação (Mestrado em História Social)-Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

SILVA, Heloisa Helena Corrêa da; FERREIRA, Luciana Paes Barreto; BARROS, Maria Lúcia. Estado/sociedade e o controle social. **Divers@ Rev. Elet. Interdisc.**, Matinhos, v. 1, n. 1, p. 23-39, jul./dez. 2008. Disponível em: <www.litoral.ufpr.br>. Acesso em: 02 fev. 2011.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. Avaliação de políticas e programas sociais: aspectos conceituais e metodológicos. In: SILVA, Maria Ozanira da Silva e (Coord.).

Avaliação de políticas e programas sociais: teoria e prática. São Paulo: Veras Editora, 2001.

_____. Avaliação de políticas e programas sociais: uma reflexão sobre o conteúdo teórico e metodológico da pesquisa avaliativa. In: SILVA, Maria Ozanira da Silva e (Coord.). **Pesquisa avaliativa:** aspectos teórico-metodológicos. São Paulo: Veras Editora, 2008.

_____; YAZBECK, Maria Carmelita; GIOVANNI, Geraldo di. **A política social brasileira no século XXI:** a prevalência dos programas de transferência de renda. São Paulo: Cortez, 2004.

SILVA, Pedro Luiz Barros; MELO, Marcus André Barreto de. O processo de implementação de políticas públicas no Brasil: características e determinantes da avaliação de programas e projetos. **Caderno NEPP**, Campinas-SP, n. 48, p. 1-17, 2000.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. **Exclusão digital:** a miséria na era da informação. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001. 45p.

_____. **Hackers, monopólios e instituições panópticas:** elementos para uma teoria da cidadania digital. 2006. Disponível em: <<http://samadeu.blogspot.com/2006/11/hackers-monoplios-e-instituies.html>>. Acesso em: 12 out. 2009.

_____. **Inclusão digital, software livre e globalização contra-hegemônica.** Disponível em: <www.cgee.org.br>. Acesso em: 12 nov. 2008.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SOARES, Danielle de Queiroz. **A reestruturação produtiva e as políticas públicas de inclusão digital no Brasil hoje:** o caso PROINFOR. 2007. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas)-Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2007.

SOARES, Delfim. Globalitarismo e dependência tecnológica: considerações sobre a transnacionalidade de uma crise. **Ciberlegenda**, n. 2, 1999. Disponível em: <www.compland.com.br>. Acesso em 16 fev. 2011.

SOKOL, Markus. O fórum não defende os trabalhadores. **Crítica Marxista**, São Paulo, n. 16, p. 134-142, 2003.

SORJ, Bernardo. **A luta contra a desigualdade na Sociedade da Informação.** Rio de Janeiro: UNESCO, 2003.

_____; GUEDES, Luís Eduardo. **Exclusão digital:** problemas conceituais, evidências empíricas e políticas públicas. Disponível em: <www.centroedelstein.org.br>. Acesso em: 12 nov. 2008.

SOUSA, Salviana de Maria Pastor Santos. Descentralização e participação no PLANFOR: uma avaliação da dinâmica de inserção dos sujeitos sociais no processo de gestão. In: SILVA, Maria Ozanira da Silva e (Coord.). **Pesquisa avaliativa: aspectos teórico-metodológicos**. São Paulo: Veras Editora, 2008.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologia**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, jul/dez. 2006.

SPOSATI, Adailza. Regulação social tardia: características das políticas sociais latino-americanas na passagem entre o segundo e terceiro milênio. In: CONGRESO INTERNACIONAL DEL CLAD SOBRE LA REFORMA DEL ESTADO Y DE LA ADMINISTRACIÓN PÚBLICA, 7., Lisboa, 8 a 11 out. 2002. **Anais...** Lisboa: CLAD, 2002.

STEIN, Rosa Helena. A descentralização como instrumento de ação política e suas controvérsias. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 54, 1997.

TARGINO, Maria das Graças. Biblioteconomia, informação e cidadania. In: _____. **Olhares e fragmentos: cotidiano da Biblioteconomia e Ciência da Informação**. Teresina: EDUFPI, 2006. Cap. 6, p. 67-73.

_____. Internet e a sociedade: um sonho a mais? In: _____. **Olhares e fragmentos: cotidiano da Biblioteconomia e Ciência da Informação**. Teresina: EDUFPI, 2006. Cap. 4, p. 39-61.

TAKAHASHI, Tadao (Org.). **Sociedade da Informação no Brasil: Livro Verde**. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000.

TELLES, Vera da Silva. No fio da navalha: entre carências e direitos: notas a propósito dos Programas de Renda Mínima no Brasil. **Revista Polis**, São Paulo, 1998.

TOLEDO, Caio Navarro de. A modernidade democrática da esquerda: adeus à revolução? **Crítica Marxista**, Campinas-SP, n. 1, p. 27-38, 1994. Disponível em: <http://www.unicamp.br/cemarx/criticamarxista/CM_1.3.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2013.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VARGAS, Diana Alexandra Cubillos. **Inclusão digital: estudo comparado de políticas públicas da Colômbia e do Brasil**. 2008. 156 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação)-Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo horizonte, 2008.

WALLIS, Victor. Socialismo e tecnologia: uma visão setorial. **Crítica Marxista**, Campinas-SP, n. 22, p. 55-74, maio 2006. Disponível em: <http://www.unicamp.br/cemarx/criticamarxista/CM_1.3.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2013.

WELLEN, Henrique André Ramos. Contribuição à crítica da “economia solidária”. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 11, n. 1, jan./jun. 2008. Disponível em: <www.scielo.br>. Acesso em: 14 dez. 2012.

YAZBEK, Maria Carmelita. Mudanças atuais no capitalismo e perspectivas para as políticas públicas. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, Número Especial, p. 59-65, ago. 2010.-